

Relatório

Ação Educativa

Ano 2008

2008

 ação **15!**
educativa A N O S

Sumário

Siglário	3
Apresentação.....	6
Juventude	8
Educação	17
Espaço de Cultura e Mobilização Social.....	45
Gestão e Desenvolvimento Institucional.....	49
Corpo Diretivo e Pessoal.....	60
Apoios.....	64
Anexos.....	66
I. Assessorias.....	66
II. Atividades de formação.....	69
III. Promoção de eventos	71
IV. Participação em eventos.....	76
V. Participação em redes, foruns, articulações e conselhos	84
VI. Inserções na mídia	86

Siglário

ABAVE – Associação Brasileira de Avaliação Educacional
ABONG – Associação Brasileira de ONGs
ABPN – Associação Nacional de Pesquisadores/as Negros
ACP – Ação Civil Pública
ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade
AIN – Ajuda da Igreja da Noruega
ALESP – Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo
APEOESP – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
CDHEP – Centro de Direitos Humanos e Educação Popular
CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de São Paulo
CEAFRO – Educação e Profissionalização para a Igualdade Racial e de Gênero
CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
CEERT – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e da Desigualdade
CENPEC – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária
CEPPE – Programa de Atendimento a Discentes da USP com Deficiência Visual
CESEP – Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular
CLADE – Latino-Americana pelo Direito à Educação
CMJ – Centro de Mídia Juvenil
CNAEJA – Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNPQ – Conselho Nacional de desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CONEB – Conferência Nacional de Educação Básica
CONFINTEA – Conferência Internacional de Educação de Adultos
CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude
CONTEE – Confederação Nacional dos Trabalhadores Em Estabelecimentos de Ensino
COOPERAPIC – Cooperativa de Promoção da Cidadania
COOPERIFA – Cooperativa dos artistas da periferia
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DhESCA – Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Plataforma Brasil)
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DJ – Disc Joquey
EC – Emenda Constitucional
EE – Escola Estadual
EED – Serviço das Igrejas Evangélicas na **Alemanha** para o Desenvolvimento
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental

ENCCEJA – Exame Nacional de Certificação de Competências para Educação de Jovens e Adultos
ENEJA – Encontro Nacional de Educação de Adultos
FAJUDES – Federação das Associações Juvenis do Distrito de Santarém
FEPA – Fórum de Experiências Populares em Audiovisual
FES ILDES – Fundação Friedrich Ebert
FISC – Fórum Internacional da Sociedade Civil
FNEPTI – Fórum Nacional de Erradicação e Prevenção do Trabalho Infantil
FUMEC – Fundação Municipal de Educação Comunitária
GAJOP – Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares
GBA – Grupo Buenos Aires
GDI – Gestão e Desenvolvimento Institucional
GPOPAI – Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação
GT – Grupo de Trabalho
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
ICAE – International Council for Adult Education
ICCO – Organização Intereclesiástica de Cooperação para o Desenvolvimento
ICP – Inquérito Civil Público
INAF – Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional
IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
INDIQUE – Indicadores da Qualidade na Educação
IPJ – Instituto Paulista de Juventude
IPM – Instituto Paulo Montenegro
ITCC – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania
JADE – Jovens Agentes pelo Direito à Educação
MCPC – Movimento Creche para Todos
MDF – Movimento de Defesa dos Favelados
MEC – Ministério da Educação
MIEB – Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil
MNDH – Movimento Nacional de Direitos Humanos
MNSP – Movimento Nossa São Paulo
MP – Medida Provisória
MP – Ministério Público
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSU – Movimento dos Sem-Universidade
NCA – Norwegian Church Aid
NEPSO – Nossa Escola Pesquisa sua Opinião (projeto)
OIJ – Organización Iberoamericana de Juventud
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONU – Organização das Nações Unidas
OPA – Obstáculos e Possibilidades de Acesso à Justiça
PAD – Processo de Articulação e Diálogo

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
PMCS – Prêmio Minha Comunidade Sustentável
PME – Plano Municipal de Educação
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PRONASCI – Programa Nacional de Segurança com Cidadania
SAF – Setor de Administração e Finanças
SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEE – Secretaria Estadual de Educação
SESC – Serviço Social do Comércio
SESI – Serviço Social da Indústria
SOF – Sempre Viva Organização Feminista
STF – Supremo Tribunal Federal
STF – Supremo Tribunal Federal
TAC – Termos de Ajustamento de Conduta
TCC – Trabalhos de Conclusão de Curso
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNICAMP – Universidade de Campinas
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
USP – Universidade de São Paulo
VAI – Valorização das Iniciativas Culturais

Apresentação

O ano de 2008 foi intenso em atividades, aprendizagens e novas questões para a Ação Educativa.

Sua mais nova área programática, criada a partir do Espaço de Cultura e Mobilização Social, deu mais passos rumo à sua consolidação: manteve a regularidade das atividades dos núcleos de cultura periférica, publicou regularmente a Agenda Cultural da Periferia, envolveu-se na promoção de grandes eventos, como a Feira Preta, lançou-se num novo projeto de grande magnitude, por meio do qual, as artes chegam a mais de mil adolescentes de baixa renda que cumprem medidas sócio-educativas em regime fechado. Além do colorido que tomou conta do prédio de nossa sede, grafitada no evento anual organizado pelo Núcleo de Grafite, ou do ritmo dos atabaques, das rodas de samba de comunidades, ou das fotografias feitas com caixinhas de fósforo por adolescentes internos na Fundação Casa, há muita coisa que emociona e entusiasma a equipe, sócios e diretores da Ação Educativa nessa nova frente de atuação que se abre: são novas possibilidades para a organização exercitar e desenvolver sua concepção ampla de direitos educativos e de juventude, com foco no objetivo geral proposto no Plano Trienal em curso: o combate às desigualdades, de renda, gêneros e raça.

As áreas de Juventude e Educação, por sua vez, mantêm seu dinamismo dando continuidade a seus principais projetos e envolvendo-se com novas problemáticas, ações e parcerias. Ao apreciar os relatos das atividades dessas duas áreas juntas, um aspecto que se destaca, marcando a trajetória da organização neste ano é a intensa participação em articulações e espaços de incidência da sociedade civil visando influir nas políticas públicas, nos planos internacional, nacional e local. O Fórum Internacional da Sociedade Civil e demais articulações visando influir na VI Conferência Internacional de Educação de Adultos, a realizar-se no Brasil em 2009, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Conselho Nacional da Juventude e a I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude; a Conferência Nacional de Educação Básica, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, o Movimento Nossa São Paulo e o Movimento Creche para Todos estão entre os espaços em que a Ação Educativa se empenhou, assumindo papel de liderança e buscando a aglutinação de atores diversos em prol dos direitos educativos e da juventude.

Toda essa movimentação constituiu importantes oportunidades de promoção de intercâmbio e politização das grandes questões nacionais, mas não deixou de gerar perplexidades, dúvidas sobre a real capacidade de tais instâncias de fato influenciarem as políticas no sentido da superação das desigualdades. A Constituição Federal de 1988 completou 20 anos em 2008, cobrando uma revisão sobre o alcance dos espaços de participação cidadã criados ou legitimados a partir de seus marcos. Esse foi o tema central dos debates ocorridos por ocasião da Reunião da Assembléia de Sócios da Ação Educativa ocorrida em junho. Não há dúvida que os conselhos e conferências, ou ainda as audiências públicas no plano local, têm servido para democratizar as informações sobre as políticas públicas, mas sua capacidade de agregar novos atores políticos e de fato influir nessas políticas mostra-se ainda limitado.

Ação Educativa continua apostando na democracia participativa como estratégia de promoção dos direitos humanos, sociais, econômicos e ambientais. Assume, assim, o desafio de superar os limites encontrados nas experiências vividas este ano, trabalhando para criar institucionalidades participativas que favoreçam a pluralidade e garantam possibilidades de

monitoramento das decisões tomadas coletivamente, por um lado, e disseminando informação qualificada para subsidiar uma ação mais consistente dos atores políticos.

Essas frentes de trabalho, somadas à implementação de um programa amplo de formação política para fortalecer atores sociais, são tarefas que Ação Educativa pretende assumir com mais determinação no próximo ano, ampliando sua capacidade de incidência por meio de uma ação articulada com outras organizações de cidadania ativa.

São Paulo, maio de 2009.

Juventude

Dentre os objetivos específicos projetados para esse Plano Trienal, três são os diretamente relacionados às questões de juventude:

- Ampliar a capacidade de intervenção dos jovens no espaço público.
- Ampliar e qualificar a participação de atores da sociedade civil na formulação, implementação e controle social de políticas públicas que atendam às necessidades dos jovens.
- Colaborar na construção de sistemas integrados de políticas públicas que respondam às necessidades dos jovens, considerando sua singularidade etária, sua diversidade (de gênero, raça, classe social e pertencimento territorial) e seu direito a participar das definições dessas políticas.

Considerando os acúmulos da Ação Educativa e suas possibilidades de ação nessa área, foram estabelecidas as metas institucionais para as ações e projetos. Na seqüência, são descritas as atividades e produtos desenvolvidos em 2007, faz-se um balanço dos resultados e apontam-se as perspectivas para os próximos períodos.

META 1

TER APOIADO JOVENS E GRUPOS DE JOVENS (PELO MENOS 180 JOVENS AO ANO) PARA INTERVIR NO ESPAÇO PÚBLICO, POR MEIO DE CAPACITAÇÃO, ASSESSORIA E ACESSO A RECURSOS.

Atividades e produtos

As atividades de formação e apoio para jovens e grupos de jovens procuraram fortalecer sua atuação em três âmbitos: o do direito à educação, o da participação social por meio de diferentes linguagens e o da participação política.

Foi realizada uma formação com oito jovens agentes pelo direito à educação (JADEs), somando 179h de atividades formativas, que compreenderam participação em eventos e seminários, encontros de formação e oficinas com temas específicos, ligados à Educação. Esses jovens participaram de um Grupo de Trabalho misto, reunindo também professores, que foi capacitado na temática da Orientação Profissional e elaborou um Programa para orientar os estudantes de Ensino Médio em suas escolhas profissionais. O GT foi assessorado por Sílvio Bock, especialista no tema. Em 2009, professores e jovens vão implementar este Programa de 24 horas de duração, junto a 80 estudantes do ensino médio, e realizarão atividade de sensibilização junto a outros 800 estudantes.

No mesmo período, o Centro de Mídia Juvenil (CMJ) continuou apoiando os grupos juvenis na área do audiovisual e avançou no apoio aos grupos que atuam com mídias sonoras. Foram realizadas cerca de 120 reuniões sobre assuntos diversos com grupos de jovens, parceiros e outros grupos que procuraram apoio do CMJ. Foram apoiados 25 grupos juvenis, envolvendo diretamente 94 jovens, por meio de assessoria a projetos, empréstimo de acervo de referência e/ou equipamentos de filmagem, bem como cessão de horas da ilha de edição. Nesse processo, foi viabilizada a participação de 45 jovens envolvidos com o audiovisual no encontro nacional do Fórum de Experiências Populares em Audiovisual (FEPA), realizado no Rio de Janeiro – RJ, e apoiada a realização da 1ª Semana de Vídeo Popular, promovida pelo

Fórum Audiovisual São Paulo, que contou com a participação de pelo menos 200 pessoas, onde os jovens puderam exibir suas produções audiovisuais.

Em 2008, a Ação Educativa voltou a ser selecionada pela Secretaria Municipal de Cultura para oferecer uma formação em Elaboração de Projetos para o Programa Valorização das Iniciativas Culturais (VAI), da Prefeitura Municipal de São Paulo. A carga horária foi ampliada para 20 horas e 267 jovens inscreveram-se no curso.

Foi realizada uma oficina temática com jovens frequentadores do Centro de Mídia Juvenil sobre gênero. A atividade contou com 11 participantes, em especial mulheres. Houve um intenso debate, em especial sobre homossexualidade e religião e, em menor proporção, em decorrência do tempo, sobre o aborto. Os jovens animaram-se em desenhar projetos de ação sobre a temática, mas não apresentaram suas propostas.

No que diz respeito à participação política dos jovens, em 2008, foram apoiadas três redes e articulações políticas de jovens: Instituto Paulista de Juventude, Graffiteiras.br e Jovens Feministas de São Paulo.

Ao Instituto Paulista de Juventude (IPJ), foi oferecido apoio para a realização de duas iniciativas. De um lado, mais uma vez foi realizado o curso de formação Borandá, destinado a jovens integrantes da Pastoral da Juventude do Estado de São Paulo. Com carga horária de 24h, a formação contou com 21 participantes tendo como foco as políticas culturais e maneiras de intervir na pauta pública sobre a temática. O diferencial de 2008 foi uma partilha maior das responsabilidades que envolviam a disseminação de conteúdos e, para tanto, foram oferecidas formação e assessoria aos jovens do IPJ para moderarem parte do encontro. De outro, foi oferecida uma assessoria ao seu GT de Cultura tendo em vista a organização e realização de um encontro intitulado Cultura e Educação, que reuniu jovens ativistas culturais da Zona Leste de São Paulo.

Para a rede Graffiteiras.br foi oferecido apoio no planejamento do seu encontro regional, com duração de dois dias (18hs), que contou com a participação de 17 jovens oriundas das regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Além de ter sido o primeiro encontro presencial das graffiteiras, a atividade selou um pacto para a realização de um encontro nacional.

Às Jovens Feministas de São Paulo foi oferecido apoio na realização de um encontro preparatório ao XII Encontro Latino-Americano e Caribenho de Feministas, que reuniu 30 jovens feministas brasileiras e latino-americanas. Além de oferecer apoio material ao encontro, a Ação Educativa realizou uma oficina sobre o campo das ONGs como atores que podem apoiar e/ou fortalecer a ação juvenil.

Resultados e perspectivas

O processo de formação dos jovens do JADE foi intenso e possibilitou explorar diferentes temáticas no âmbito da Educação. Ao longo do processo formativo houve um estímulo à leitura e à produção escrita dos jovens, um aspecto bastante valorizado por eles em sua avaliação. Outro aspecto destacado pelos jovens, e reconhecido também pelos professores parceiros, foi a ampliação da sua capacidade de intervenção nas escolas. Os jovens planejaram e conduziram reuniões com professores e diretores, e tiveram papel ativo no processo de organização do Programa de Orientação Profissional, desde a elaboração do seu conteúdo, até a das próprias atividades que serão realizadas nas escolas. Uma destas atividades, a

sensibilização de 800 estudantes para o tema da escolha profissional, será realizada diretamente pelos jovens agentes, em 2009.

Espera-se que a experimentação de um Programa de Orientação em escolas públicas traga novos elementos para o debate público, uma vez que se orienta pela perspectiva de que os alunos dessas escolas têm direito a fazer escolhas, o que de forma geral é reconhecido, no Brasil, apenas para jovens de classes médias e altas.

A intensa demanda registrada demonstra que o apoio oferecido pela Ação Educativa aos grupos que atuam com o audiovisual e outras mídias permanece sendo de fundamental importância para que estes possam viabilizar e aprimorar seus projetos. De um lado, dos 178 jovens formados em elaboração de projetos no período 2007-2008, 15 tiveram seus projetos aprovados pelo VAI. De outro, o apoio da Ação Educativa contribuiu para que os grupos, apoiados ou não pelo VAI, produzissem cerca de 20 vídeos, exibissem suas produções nos circuitos alternativos de exibição de vídeos (cineclubes, mostras e aulas), realizassem seus projetos nas áreas de hip-hop, literatura periférica, educação em espaços não-formais, mídias sonoras e audiovisual e se articulassem para demandar de forma organizada a ocupação conjunta de espaços públicos (ex: realização de reuniões mensais do Fórum Audiovisual São Paulo e da Semana do Vídeo Popular na Galeria Olido).

A decisão de responder às demandas de jovens por formação e assessoria de maneira mais pontual, sem a oferta de cursos abertos e com uma pauta genérica, apresentou-se no ano de 2008 como uma estratégia acertada. Tanto assim que os grupos apoiados já apresentaram novas demandas para 2009. Respondendo às inquietações e buscando apoiar com insumos, difusão de conhecimento e pequenos aportes de recursos foi possível apoiar os coletivos e grupos juvenis nas ações que se apresentam como mais prementes para o cotidiano dessas organizações. Esse trabalho fortaleceu laços de confiança entre os grupos e a instituição, diminuindo uma desconfiança que paira entre estes coletivos sobre "o que a ONG quer ganhar com isso"?

Contudo, no apoio aos coletivos, cada vez mais, cresce a solicitação de investimentos em recursos financeiros – para auxílio para alimentação, compra de material, passagens aéreas nacionais e internacionais – e/ou o registro de pessoa jurídica emprestado para o encaminhamento de projetos de encontros e articulações. O financiamento destas redes e articulações é um grande desafio, para o qual a instituição tem poucos mecanismos para contribuir. Foi possível identificar que sem acesso a fundos públicos, a relação dos jovens com os governos (que tem garantido a viabilidade de alguns encontros) tem sido marcada por relações clientelistas e pouco transparentes. A partir dessa constatação, a Ação Educativa defenderá no Conselho Nacional de Juventude a proposta de criação, pelo governo federal, de um fundo de apoio a processos de organização e articulação juvenis, com critérios e processo de seleção transparentes.

META 2***TER FORTALECIDO E AMPLIADO A EFICÁCIA DE ARTICULAÇÕES DE SOCIEDADE CIVIL E GOVERNOS ENGAJADAS NA FORMULAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE.******Atividades e produtos***

A Ação Educativa manteve-se participando ativamente do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), tendo sido eleita, no período, para a vice-presidência representando a sociedade civil. Como membro da mesa diretora, participou de todas as reuniões ordinárias do pleno, da Comissão Organizadora Nacional da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, da condução das plenárias da Etapa Nacional dessa Conferência (que reuniu mais de 2000 jovens) e de diversas outras atividades desse campo. Nesse processo, especial atenção foi dada à articulação das organizações da sociedade civil com assento no Conjuve, tendo em vista a construção de uma pauta comum para o fortalecimento de sua incidência.

No plano estadual, a Ação Educativa atuou na Comissão Organizadora da I Conferência Estadual de Juventude, integrando a Comissão de Metodologia e Sistematização, onde buscou mediar conflitos entre os atores e garantir uma metodologia democrática e participativa. A Conferência teve a participação de mais de 1.300 jovens e gestores municipais. Ao final foram eleitas 21 propostas e 7 prioridades do Estado de São Paulo para políticas de juventude.

No município de São Paulo, além de uma participação mais moderada na Conferência Municipal de Juventude, a Ação Educativa apostou na participação no GT de Juventude do Movimento Nossa São Paulo, processo já iniciado em 2007. Contudo, em reunião do grupo de trabalho no mês de maio os participantes desta articulação optaram pela participação exclusiva de coletivos juvenis no espaço, fazendo com que a instituição se afastasse deste processo. A mobilização do GT foi então acompanhada apenas à distância.

No mesmo município, foi consolidado um grupo de seis organizações em torno da proposta da Rede Educação, Juventude e Mobilização Comunitária. Foram realizados seis encontros em torno de questões de duas áreas identificadas como de interesse comum: educação e trabalho.

Além desses espaços que se conformam em torno do tema juventude de forma ampla, em 2008 a Ação Educativa deu início à participação também em outros dois que se constituem a partir de temas específicos de interesse dos jovens: o Ensino Médio no Brasil e a produção audiovisual.

O processo de articulação em torno do Ensino Médio foi iniciativa de algumas organizações não-governamentais, entre elas a Ação Educativa, que participaram do Seminário de Educação Secundária promovido pelo Unicef em Buenos Aires. O grupo, apelidado de Grupo de Buenos Aires (GBA), realizou uma reunião com o ministro da Educação e apresentou documento solicitando a realização de um Seminário Nacional sobre o Ensino Médio, envolvendo atores escolares e não-escolares, e manifestando preocupação quanto à proposta da obrigatoriedade para este nível de ensino.

No que diz respeito à produção audiovisual, a Ação Educativa engajou-se no Fórum Audiovisual São Paulo que reúne fundamentalmente jovens produtores ligados a coletivos juvenis e

algumas organizações de apoio. O objetivo maior é fortalecer o campo do vídeo popular, desenvolvendo atividades conjuntas.

Por fim, foi realizado o Colóquio Juventude(s): Questões e Atores no Espaço Público, que reuniu 60 pessoas, entre militantes juvenis (ligados a diferentes causas), membros de ONGs, pesquisadores e gestores do campo da juventude, em torno do debate, da reflexão e da problematização dos atores no campo da juventude. A questão de fundo foram as formas pelas quais a categoria "juventude" tem sido acionada na construção das ações públicas.

Resultados e perspectivas

O processo da Conferência Nacional de Juventude mobilizou mais de 400 mil pessoas pelo país e provocou inúmeros processos de articulação de caráter local ou estadual. Suas resoluções e prioridades passaram a orientar o plano de trabalho do Conselho Nacional de Juventude – Conjuve, juntamente às diretrizes e perspectivas da Política Nacional de Juventude por ele mesmo anteriormente elaborada. Como estratégia de divulgação dessas diretrizes e comprometimento de candidatos às eleições municipais, o Conjuve lançou o Pacto Pela Juventude, que motivou a realização de 128 atividades, distribuídas por todos os estados e distrito federal, que envolveram cinco governadores de estado, dois ministros e o presidente Lula. Nesse processo ampliou-se a legitimidade da juventude como tema da agenda pública e do Conjuve como espaço de interlocução, de articulação e de participação na definição de políticas. Movimento esse que foi reforçado com a realização do 1º Encontro Nacional de Conselhos de Juventude.

No entanto, esse processo não se dá de forma uniforme pelo país. No plano estadual, a Conferência de Juventude foi realizada com um volume significativo de participantes e marcada por um processo de tensão e discussão sobre temáticas, propostas e prioridades, demonstrando a existência (positiva) de disputas e pautas que polarizam grupos e movimentos. Contudo, passado o furor desse episódio, as articulações de nível estadual em torno de suas resoluções não ocorreram. O mesmo se pode dizer a respeito da cidade de São Paulo. Mesmo antes das eleições municipais o GT Juventude do Movimento Nossa São Paulo se arrefeceu, tendo uma participação bastante opaca no debate em torno das eleições municipais. É possível perceber que, em São Paulo, organizações antes bastante envolvidas com processos de discussão sobre políticas públicas de juventude arrefeceram suas mobilizações em torno da temática, ou têm se mobilizado em torno de processos de nível mais nacional. No processo de articulação da Rede Juventude, Educação e Mobilização Comunitária pode-se perceber que algumas organizações, em especial as mais modestas em termos de recursos e suportes para suas ações, parecem estar sobrecarregadas com suas ações e desafios cotidianos das atividades dirigidas aos jovens.

Nesse sentido, é preciso problematizar as estratégias de ação coletivas articuladas em torno do tema guarda-chuva "políticas públicas de juventude". Elas são operativas para a mobilização de jovens e organizações? Se forem, como retomar processos locais ou, de fato, atuar no plano nacional de maneira articulada? Parece ser essa uma discussão de fundo para a discussão do próximo trienal. Para o ano de 2009, contudo, a Ação Educativa convidará os atores locais para uma discussão sobre a gestão municipal que se inicia, numa tentativa de articulação em torno das propostas de campanha do atual prefeito, no que diz respeito a

projetos dirigidos para moças e rapazes da cidade. E a perspectiva é que esse processo possa contribuir para o fortalecimento do GT Juventude do Movimento Nossa São Paulo.

No processo de articulação em torno do Ensino Médio, o grupo GBA ganhou visibilidade em 2008, em nível nacional, mas avançou pouco na elaboração de propostas. O grupo precisa ser rearticulado tendo em vista, sobretudo, a pressão pela realização do Seminário Nacional, compromisso assumido pelo ministro. A Ação Educativa pretende investir para que esta rearticulação ocorra, e que se desdobre preferencialmente numa articulação de âmbito estadual, tendo em vista a centralidade desta esfera para as políticas de ensino médio.

A articulação do Fórum Audiovisual de São Paulo tem-se mostrado positiva para a ampliação da rede de relações dos jovens que produzem audiovisual nas periferias dos circuitos já consolidados, favorecendo que eles se encontrem, planejem e realizem ações conjuntas, como foi o caso da Semana de Vídeo Popular, realizada na Galeria Olido em novembro de 2007. No Fórum Audiovisual de São Paulo, os jovens encontram não apenas um local onde podem ser discutidas propostas, mas também uma oportunidade concreta de realizar suas ações, ocupando espaços públicos e proporcionando visibilidade para as suas ações. Passam a ser reconhecidos pelos gestores públicos como agentes culturais que têm não apenas propostas e idéias, mas também capacidade de realizá-las.

META 3

TER PRODUZIDO ESTUDOS E PROMOVIDO DEBATES QUE INFLUENCIEM A OPINIÃO PÚBLICA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA JUVENTUDE.

Atividades e produtos

As atividades de produção e disseminação de conhecimentos sobre juventude centraram-se especialmente nos campos do trabalho e da educação.

Foi finalizada a análise dos dados da Pnad 2006 e publicado o livro "Jovens e Trabalho no Brasil – Desigualdade e desafios para as políticas públicas"¹, que evidencia significativas desigualdades no processo de inserção dos jovens no mundo do trabalho, especialmente considerando as idades no tempo da juventude, o sexo, raça e rendimentos da família. O estudo também trouxe elementos para reflexão sobre as ações públicas dirigidas a jovens no campo do trabalho. Enquanto os dados quantitativos revelam a significativa presença juvenil nesta esfera, grande parte das ações públicas concentra-se mais intensamente no campo da educação.

Os resultados desta pesquisa foram debatidos em um seminário realizado em São Paulo que contou com a presença de 60 participantes e teve como debatedores uma representante da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e um representante do Coletivo Nacional de Juventude da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Ainda no campo do trabalho, foi realizada a oficina "*Jovens Mulheres e Trabalho: Desafios e Perspectivas*", com objetivo de estabelecer um diálogo inicial entre pesquisadores, militantes

¹ CORROCHANO, M. Carla; FERREIRA, M. Inês; FREITAS, M. Virgínia; SOUZA, Raquel. Jovens e trabalho no Brasil: desigualdades e desafios para as políticas públicas. São Paulo. Instituto Ibi e Ação Educativa, 2008.

feministas e militantes jovens acerca das relações entre desigualdades de gênero, juventude e trabalho. Num contexto de dificuldades para os jovens conseguirem um emprego estável, com salário e condições de trabalho decentes, para as jovens mulheres, especialmente as negras, as dificuldades são maiores ainda. Por esta razão, a oficina concentrou-se especialmente em torno deste segmento da população juvenil. O debate contou com a presença de 15 participantes que ao longo de um dia (8 horas) debruçaram-se sobre as especificidades da condição da mulher jovem e negra no mercado de trabalho. Os resultados da oficina foram sistematizados e serão disponibilizados na página da Ação Educativa.

Na área de educação, as atenções estiveram voltadas ao Ensino Médio. O relatório da pesquisa "Que Ensino Médio queremos?"², realizada em 2007, foi finalizado e publicado no site da Ação Educativa, juntamente a todos os instrumentos metodológicos dos grupos de diálogo (caderno de trabalho, guia do facilitador, ficha inicial e final)³. Para 2009 planeja-se uma publicação impressa.

Foram publicados três números do boletim eletrônico Juventude na Cena com reportagens, artigos e entrevistas sobre as seguintes temáticas: cultura de periferia; população migrante jovem (bolivianos, em especial) na cidade de São Paulo; e demandas juvenis para as eleições municipais.

A Ação Educativa trabalhou na edição de 12 artigos, elaborados pelas jovens integrantes do Fórum Cone-Sul de Mulheres Jovens Políticas (FORITO), onde apresentam uma síntese de suas propostas. Esse processo será finalizado em 2009, quando o livro será publicado.

A Ação Educativa integrou 29 de mesas de debate, desenvolveu uma atividade formativa sobre juventude para 500 ativistas sociais, teve dois artigos publicados em revistas sobre juventude, e 17 entrevistas publicadas em diferentes veículos: jornais de grande circulação (4), rádio e tv (8) e Internet (5).

Finalmente, deu-se continuidade à produção e edição de livros para a coleção Conexão Juventude, cuja proposta levar a um público jovens, com escolaridade média, análises sobre temas da atualidade tendo como eixo condutor princípios fundamentais da Ação Educativa, como o respeito aos direitos humanos, à diversidade, democracia participativa, justiça social e desenvolvimento sustentável. Foram recebidas dez propostas de autores sobre temas diversos, demandando, entretanto, um forte trabalho de edição para se adequar ao público alvo. Três volumes estarão prontos para serem lançados no primeiro semestre de 2009: sobre rádios comunitárias, direito à comunicação e segurança pública.

² AÇÃO EDUCATIVA. Programa de Juventude. Projeto Jovens Agentes pelo Direito à Educação. *Que ensino médio queremos?*: relatório final pesquisa quantitativa e grupos de diálogos sobre ensino médio. São Paulo: Ação Educativa, 2008, 102. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/portal/images/stories/pdfs/queensinomedioqueremos.pdf>. Acesso em 28 abril de 2009.

³ AÇÃO EDUCATIVA. *Grupo de diálogo sobre ensino médio: guia do facilitador*. São Paulo: Ação Educativa, 2007, 6p. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/portal/images/stories/pdfs/guiafacilitadorsiteae.pdf>. Acesso em 28 de abril de 2009.

AÇÃO EDUCATIVA. *Que ensino médio queremos?: guia para a realização de grupos de diálogo*. São Paulo: Ação Educativa, 2007, 15p. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/portal/images/stories/pdfs/ensino-medio-conferencia.pdf> Acesso em 28 de abril de 2009

AÇÃO EDUCATIVA. *Grupo de diálogo sobre ensino médio: ficha de opinião final*. São Paulo: Ação Educativa, 2007, 2p. Disponível em: http://www.acaoeducativa.org.br/portal/images/stories/pdfs/fichaopiniaofinal_siteae.pdf. Acesso em 28 de abril de 2009.

AÇÃO EDUCATIVA. *Grupo de diálogo sobre ensino médio: ficha de opinião inicial*. São Paulo: Ação Educativa, 2007, 4p. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/portal/images/stories/pdfs/choice-work-resultados.pdf> Acesso em 28 de abril de 2009

Resultados e perspectivas

A publicação da pesquisa "Jovens e Trabalho no Brasil – desigualdades e desafios para as políticas públicas" traz novos elementos para a discussão acerca das relações entre jovens e trabalho uma vez que, além de revelar a importância da esfera do trabalho para os jovens – um dos segmentos mais atingidos pelo desemprego – evidencia as intensas desigualdades que atingem este segmento quando este já se encontra inserido no mercado de trabalho. Os elementos ali apontados já vêm contribuindo para alguns debates em torno das ações públicas (governamentais ou não) destinadas aos jovens, especialmente no campo do trabalho, e deve contribuir para pautar a discussão na Comissão Nacional Intersetorial para formulação da Agenda Nacional do Trabalho Decente para a Juventude, instituída por decreto presidencial. Organizações da sociedade civil, tais como a CUT e algumas fundações empresariais têm evidenciado interesse na publicação e convidado a Ação Educativa para realização de debates em torno de seus resultados. Do ponto de vista das perspectivas, caberá, além de manter a presença nesses espaços de debate, construir estratégias para ampliar a visibilidade do tema Juventude e Trabalho e colaborar para a construção de propostas que ultrapassem o fenômeno do desemprego juvenil, focalizando a presença dos jovens nos diferentes espaços de trabalho. Soma-se a isso a necessidade de um olhar atento para novas ocupações exercidas prioritariamente por jovens, dentre as quais, agentes culturais, educadores sociais, dentre outras.

Os debates ocorridos na oficina "Jovens Mulheres e Trabalho: Desafios e Perspectivas" evidenciaram que as desvantagens enfrentadas pelas jovens mulheres no mundo do trabalho estão assentadas em representações sociais que consideram tanto os jovens como as mulheres enquanto forças de trabalho secundárias. Assim, para além da publicação dos resultados da oficina no site da Ação Educativa, a perspectiva é incorporar o debate em torno das especificidades das jovens mulheres, especialmente negras, no interior da temática Juventude e Trabalho, mesmo cientes de que, se há grandes obstáculos para a legitimidade do tema juventude e trabalho, a relação com as questões de gênero pode torná-los ainda maiores.

No que diz respeito à Educação, a divulgação dos resultados da pesquisa *Que Ensino Médio Queremos?* despertou tamanho interesse tanto por parte de órgãos de imprensa, como por parte de educadores e pesquisadores, que apontou a necessidade de uma versão impressa do relatório final. O ineditismo dos dados ali apontados tem contribuído para que a Ação Educativa seja reconhecida como um ator do debate em torno do Ensino Médio, inclusive pelo MEC.

Finalmente, espera-se que o lançamento da coleção Conexão Juventudes subsidie o desenvolvimento de programas de educação política voltada para o segmento juvenil. A retomada da Educação Popular focada em temas emergentes nos movimentos sociais é uma necessidade que Ação Educativa já vem detectando. Para o próximo trienal, em parceria com outras organizações do campo, pretende desenvolver uma proposta que de fato venha a servir de referência nesse campo.

META 4

TER DESENVOLVIDO E/OU APOIADO PROGRAMAS QUE ATENDAM ÀS NECESSIDADES DOS JOVENS NAS ÁREAS DO TRABALHO, EDUCAÇÃO E CULTURA, COM PARTICIPAÇÃO DE PELO MENOS 100 EDUCADORES, TÉCNICOS E GESTORES, AO ANO, E FORMAÇÃO DE PELO MENOS 100 JOVENS AGENTES SOCIOEDUCATIVOS NO TRIÊNIO.

Atividades e produtos

Foi desenvolvido um Programa de Orientação Profissional para escolas públicas de ensino médio, que será implementado junto a 80 estudantes em caráter experimental, com o objetivo de ser ajustado e disseminado de forma mais ampla. Com carga horária de 24 horas, o Programa é inovador na medida em que, tradicionalmente, os programas sobre o tema são dirigidos a jovens de classes médias e altas, enquanto esse é dirigido a jovens de classes populares. Para dar conta desse desafio, a elaboração do Programa contou com a assessoria de um especialista na temática da Orientação Profissional e a participação ativa de oito jovens agentes pelo direito à educação e cinco professores de escolas públicas de ensino médio. A implementação e avaliação do programa será conduzida, em 2009, por esses mesmos jovens e professores.

Foi elaborada uma publicação que será lançada em 2009 com o título de "Letramentos no Ensino Médio", que tem como objetivo auxiliar professores e educadores das várias disciplinas do Ensino Médio a apoiar o processo de letramento dos adolescentes e jovens.

Resultados e perspectivas

A elaboração do Programa de Orientação Profissional buscou responder aos resultados da pesquisa *Que Ensino Médio Queremos?* que em 2007 havia identificado a necessidade de uma articulação do ensino médio com o mundo do trabalho e com o prosseguimento dos estudos pós-ensino médio. Assim, o processo dessa elaboração tem despertado o interesse das escolas e de professores, pois há um amplo reconhecimento sobre a relevância desta temática para os alunos. Isto aponta boas perspectivas para a ampliação do projeto nas escolas, e também para a defesa da Orientação Profissional como direito dos jovens.

A iniciativa de elaborar uma publicação com subsídios para os educadores do Ensino Médio na dimensão do letramento parece estar no caminho correto, uma vez que, no percurso, as autoras se depararam com a escassez de produções acadêmicas e bibliografias de referência na tríade jovens/letramento/ensino médio. Todo o processo de elaboração e de distribuição da publicação tem sido uma experiência bastante enriquecedora para a Ação Educativa, e tem contribuído para fortalecer nossa capacidade de intervir na promoção dos direitos educacionais e de juventude, defendendo uma educação de qualidade para todos e todas as jovens.

É importante registrar que outras iniciativas, que estavam planejadas para acontecer em parceria com escolas públicas, não puderam ocorrer. A Secretaria de Estado da Educação promoveu mudanças curriculares e de gestão que impediram que os professores da rede pública participassem de formações presenciais em seu horário de trabalho, tal como as iniciativas desenhadas previam.

Educação

No campo da educação, as mudanças qualitativas de situação almejadas pela Ação Educativa e expressas em seus objetivos específicos são:

- Ampliar e qualificar a participação de atores da sociedade civil na efetivação do direito à educação pública e de qualidade – entendido como direito humano –, influenciando a opinião pública, a atuação dos poderes executivo, legislativo e judiciário.
- Fortalecer a escola pública e outras instâncias que atendem aos setores sociais mais desfavorecidos pela situação de desigualdade, promovendo um conceito de qualidade educativa baseado nos princípios da participação e da equidade, na relevância social e cultural das aprendizagens.

Seis metas foram estabelecidas a partir desses objetivos, às quais são referidas as atividades, os produtos, o balanço de resultados e as perspectivas relatadas a seguir.

META 1

TER APOIADO PROGRAMAS EDUCATIVOS, NO ÂMBITO A EDUCAÇÃO BÁSICA E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, CONTRIBUINDO PARA O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE APRENDIZAGEM DE PELO MENOS 250 MIL EDUCANDOS JOVENS E ADULTOS.

Atividades e produtos

Produção de materiais didáticos

A elaboração de materiais didáticos para a modalidade EJA continuou sendo uma das principais estratégias de apoio à escolarização de jovens e adultos. Ao longo desse ano, continuaram a ser editados novos volumes da coleção *Viver, Aprender*: a reorganização a coleção voltada para o 2º segmento do Ensino Fundamental e a obra destinada ao Ensino Médio. No caso da obra do 2º segmento, foram feitos textos totalmente novos para as disciplinas da área de Ciências Humanas. Os capítulos de ciências e inglês foram revisados e redimensionados. A Coleção mudou também a sua organização interna, procurando dar mais ênfase na seqüência didática de trabalho em cada um dos capítulos. No Ensino Médio, a nova coleção será publicada em 3 formatos: Expandido (4 volumes), Integrado (3 volumes) e Unificado (2 volumes). A obra foi organizada em áreas de conhecimento, além de inserir atividades relacionadas ao que foi denominado de participação social e orientações para a inserção no mundo do trabalho.

Todas as coleções são organizadas a partir de temas que articulam diversas áreas curriculares, combinando o desenvolvimento de habilidades básicas com o tratamento de temas relevantes para os educandos jovens e adultos, enfatizando a promoção dos direitos humanos, a solidariedade e o desenvolvimento sustentável. Ao longo do ano, foram comercializados livros da coleção para programas públicos de EJA de todo o país.

Consultoria e Formação

Dois importantes programas de EJA em âmbito nacional, o Programa SESC Ler e a Rede SESI de Educação, foram apoiados por meio da realização de grandes projetos de avaliação realizados pelas equipes da Ação Educativa.

O programa SESC Ler, mantido pelos departamentos regionais das regiões Norte e Nordeste do SESC, sob a coordenação do Departamento Nacional, consiste na manutenção de Centros Educativos dedicados à Educação de Jovens e Adultos, dispondo de bibliotecas e cursos de alfabetização. A avaliação visou apurar o impacto da iniciativa no que se refere às aprendizagens dos alunos, influências nas organizações comunitárias, serviços públicos de educação e cultura. Foi desenvolvido um projeto didático do qual resultavam produções dos alunos que serviram como material de avaliação. Pesquisadores de campo visitaram sete centros educativos, orientaram os educadores para o desenvolvimento do projeto didático e realizaram entrevistas individuais e em grupo com gestores e educadores do SESC, familiares dos educandos e lideranças locais de organizações governamentais e não governamentais. Os resultados confirmaram que o programa realiza um trabalho de qualidade, como já constatado por outras premiações recebidas, mas conseguiu detectar alguns problemas específicos, como o ensino de matemática e a rotatividade dos educadores.

A avaliação da Rede SESI de Educação, cujo atendimento majoritário é na modalidade EJA, teve como objetivo aferir as condições de provimento dos serviços, tendo em vista as metas estabelecidas em um plano estratégico da instituição. A pesquisa foi realizada em três etapas: na primeira, coletaram-se informações por meio de questionário aplicado aos coordenadores de educação dos Departamentos Regionais, para caracterizar a diversidade de tipos e arranjos dos serviços e organizar um cadastro das escolas da rede; na segunda etapa, 277 diretores ou coordenadores de escolas responderam questionário on line descrevendo e comentando a situação das unidades onde atuam; na terceira etapa, foram feitas visitas a 54 escolas distribuídas em todas as regiões do país, ocasião em que foram realizadas entrevistas com coordenadores pedagógicos, grupos focais com mais de 200 professores e observação in loco para caracterizar as condições de funcionamento dos prédios escolares. Dentre as recomendações mais relevantes geradas a partir do estudo estão a ampliação da oferta de educação básica integrada ao ensino profissional, com destaque para o ensino técnico de nível médio, e reversão da tendência de queda de matrículas na modalidade EJA, uma vez que os trabalhadores são público prioritário da Rede, investindo na qualificação e condições de trabalho dos educadores que atuam nessa modalidade, nos equipamentos e materiais didáticos nela utilizados, e na ampliação da atratividade dos cursos também pela integração do ensino profissionalizante à educação básica.

Quanto à formação de educadores, a atividade principal foi realizada junto à Fundação Municipal de Educação Comunitária (FUMEC), ligada à Secretaria de Educação do Município de Campinas. Foram realizados vários encontros com professores que atuam na EJA correspondente ao primeiro segmento do ensino fundamental. O objetivo era mapear e dar encaminhamento às questões presentes no cotidiano dos educadores, estabelecendo o diálogo entre a teoria e a prática. Participaram 75 educadores organizados em 3 grupos e mais um composto por diretores educacionais. Para realizar a formação foram feitas visitas a todos os núcleos que possuem salas de EJA para fazer o levantamento das demandas dos educadores. Foi feito também um seminário de abertura do processo, discutindo a organização de currículo para a EJA e no final foi realizado outro para discutir o sentido da formação de educadores e a continuidade desse processo.

Finalmente, na linha de assessoria a órgãos públicos, destaca-se a continuidade da participação de Sergio Haddad, coordenador geral da Ação Educativa, na Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, órgão consultivo que assessora a Secretaria

de Educação, Alfabetização e Diversidade (SECAD), do Ministério da Educação, em relação às políticas para o setor. Foram quatro reuniões anuais, nas quais foram discutidos os temas relativos à política de EJA no Brasil.

Pesquisa e disseminação de conhecimentos

Em 2008, o Projeto Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF) realizou mais avanços metodológicos, agora com apoio financeiro do CNPq, agência oficial de fomento à pesquisa, conseguido por meio de concorrência em edital. Trabalhou-se na construção de uma escala única de alfabetismo, que oferece uma medida concisa para estudos de natureza sociológica e mostra os nexos existentes entre as habilidades de leitura (letramento) e matemática (numeramento). Com base nos resultados obtidos com essa nova escala, foi refeita a matriz de referência que descreve as opções conceituais e metodológicas, as habilidades medidas, os tipos de texto de leitura utilizados dos testes. Iniciou-se também um trabalho de organização da base de dados do INAF, que reúne os levantamentos realizados de 2001 a 2007, para que esses dados possam ser disponibilizados para o público interessado. Uma proposta inicial de matriz de referência foi discutida num seminário técnico que reuniu 10 pesquisadores de diversas universidades que vão assim se constituindo como um grupo de referência para o INAF. A nova escala de alfabetismo foi apresentada na Reunião Anual da Associação Brasileira de Avaliação Educacional (ABAVE) e um artigo sobre ela foi publicado na Revista Estudos em Avaliação Educacional⁴. Ainda como parte do projeto financiado pelo CNPq foi realizada a testagem de novos itens para complementar a matriz de referência para medição de habilidades. Além desse campo, foram desenvolvidos instrumentos para a avaliação de um programa de educação complementar voltados a adolescentes das 7ª e 8ª série.

Ocorreu ainda a pesquisa sobre o Estado da Arte sobre Educação Não Escolar de Adultos, tendo por base a produção discente dos Programas de Pós-graduação – dissertações de mestrado e teses de doutorado – nas áreas Pedagogia, Serviço Social e Ciências Sociais, entre os anos 1999- 2006. A pesquisa foi financiada pelo CNPq e pela FAPESP e tem encerramento previsto para o primeiro semestre de 2009, com a publicação de um livro com os resultados do trabalho.

No período, foram publicados dois artigos sobre a temática produzidos por membros da Ação Educativa. Em livro que tematiza a legislação educacional brasileira publicou-se texto de Sergio Haddad e Salomão Ximenes sobre a legislação de EJA⁵. A Revista *Adult Education and Development*, distribuída também em versões em francês e espanhol, saiu artigo de Vera Masagão Ribeiro, coordenadora de programas, com Cláudia Vóvio e Camilla Croso, ambas sócias da instituição, discutindo a importância e as dificuldades envolvidas na construção e divulgação de indicadores de alfabetização⁶.

Foi também apresentado, no Encontro Latino-Americano sobre Educação nas Prisões, um trabalho sobre a educação de mulheres encarceradas, área em que Ação Educativa vem atuando na perspectiva da equidade e promoção dos direitos humanos.

⁴ RIBEIRO, V. M. ; SOARES, T. M . Construção de escala combinada para medição do alfabetismo em contexto não escolar. Estudos em Avaliação Educacional, v. 19, p. 449-464, 2008.

⁵ 1. HADDAD, S., XIMENES, S. A educação de pessoas jovens e adultas e a nova LDB: um olhar passados dez anos In: LDB dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares. 1ª ed. São Paulo : Cortez, 2008, p. 130-148.

⁶ SILVA, C. C. ; VÓVIO, C. L. ; RIBEIRO, V. M. . Latin America: literacy, adult education and the international benchmarks for adult literacy. Adult Education and Development, v. 71, p. 145-158, 2008.

Para a disseminação de informações para um público mais amplo, continuou-se utilizando o boletim Informação em Rede, que nas sete edições do ano, abordou os temas de políticas de EJA que emergiram da conjuntura, como os resultados do Projovem, resolução do CNE sobre idade mínima para cursar a EJA, realização de censo da demanda educacional dos adultos subescolarizados, preparação da Confintea e educação prisional.

Balanço dos resultados e perspectivas

As propostas relacionadas à formação de professores precisam ainda ser revistas, pois não podem ocorrer de maneira isolada sem um projeto norteador que insira as formações em uma proposta mais ampla da instituição. Corre-se o risco de apenas se transformar em uma prestação de serviço sem que se tenha uma concepção própria do que venha a ser o trabalho de formação de professores na Educação de Jovens e Adultos. Continua a ser um problema a inexistência de uma equipe estável de formadores e a imposição de formatos pelo financiador. É necessário que se reflita sobre o modelo de formação que se quer realizar, sendo necessário avaliar o impacto efetivo dessas formações no processo de ensino-aprendizagem. Para tanto, será também necessário que o programa EJA tenha estrutura adequada para a realização de um projeto de maior fôlego.

Sobre a produção de materiais didáticos, estamos há mais de dois anos produzindo a coleção de Ensino Médio e retomando a produção da nova coleção do 2º segmento. O trabalho tem exigido grande dedicação e cada vez mais são transferidas funções editoriais para a Ação Educativa, o que nos coloca a necessidade de rever e repactuar a organização de trabalho e financeira na parceria entre a Editora Global e a Ação Educativa.

Com relação ao INAF, no ano de 2009, a matriz de referência deverá ser finalizada, assim como a organização da base de dados a ser divulgada e do banco de itens. Além da finalização da avaliação do programa educativo avaliado voltado a adolescentes, espera-se também poder utilizar a metodologia e os instrumentos do INAF para uma grande avaliação da EJA no Brasil. Respondendo a um edital do MEC, foi apresentado projeto nesse sentido, cujos resultados deverão ser brevemente publicados. Um novo levantamento junto à população brasileira de 15 a 64 anos também terá lugar em 2009, permitindo consolidar os avanços metodológicos realizados no último ano.

Com relação à avaliação do programa SESC Ler, a metodologia desenvolvida para gerar dados de modo adequado às opções metodológicas do programa foi um dos destaques do trabalho. Com relação ao SESI, cuja rede tem uma magnitude expressiva, o principal ganho com relação a avaliação foi o conhecimento dos problemas do sistema, que vem cada vez mais sendo questionado, uma vez que utiliza recursos de contribuição compulsória de empresas (que para muitos é o mesmo que imposto, ou seja, recurso público) para projetos que se afastam da missão original. Nas conclusões do estudo, os avaliadores da Ação Educativa destacam os limites relacionados à promoção da qualidade e recomendam uma melhor focalização nas atividades que cabem a uma organização desse tipo – a educação profissionalizante e a educação de jovens e adultos –, além de uma política de gratuidade que viabilize o princípio do livre acesso aos serviços.

Após a apresentação dos resultados para os gestores e educadores do SESC, a Ação Educativa deve se dedicar a sistematizar as lições aprendidas no processo de avaliação, cotejando as dificuldades e achados com a avaliação do SESI, realizada no mesmo período.

META 2***TER APOIADO ANUALMENTE 1000 EDUCADORES ENVOLVIDOS COM A INOVAÇÃO PEDAGÓGICA EM ESCOLAS PÚBLICAS, POR MEIO DE ASSESSORIA, FORMAÇÃO, INTERCÂMBIO E ARTICULAÇÃO DE REDE, PROMOVENDO SEU ENGAJAMENTO NA DISPUTA PELAS ORIENTAÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.***

No período, deu-se continuidade a dois projetos que já estavam em andamento no período anterior – Nossa Escola Pesquisa sua Opinião (Nepso) e Indicadores da Qualidade na Educação (Indique) – e iniciou-se um novo: o Prêmio Minha Comunidade Sustentável (PMCS). Foi também realizado estudo sobre Trabalho Infantil para diagnóstico e monitoramento da situação de crianças e adolescentes atendidos em programa de educação complementar financiado pela Fundação Telefônica.

Atividades e produtos**Nepso**

O projeto consiste na disseminação de uma metodologia de ensino que propõe o uso da pesquisa de opinião como instrumento pedagógico. Os projetos são planejados e realizados em sala de aula, em conjunto com os alunos, contribuindo para a contextualização dos conteúdos e o trabalho interdisciplinar.

Em 2008 participaram da rede Nepso 584 professores e 7.201 alunos de 182 escolas públicas de redes estaduais e municipais e 8 universidades. Foram realizados 262 projetos de pesquisa de opinião nos estados de SP, RJ, MG, PR, RS, PE, DF e BA. Também na Argentina, Chile, México, Colômbia e Portugal.

Esses números e abrangência resultaram das seguintes ações, realizadas pela equipe:

1. divulgação da proposta em eventos regionais, estaduais, nacionais e internacionais por meio da promoção de seminários estaduais e Congresso Internacional;
2. formação na metodologia para novos educadores, especialmente em São Paulo – território sede do projeto, mas também em outros estados (Pernambuco e Bahia) e países (Argentina, Colômbia e México);
3. assessoria ao processo de realização da pesquisa, presencialmente no Estado de São Paulo, por meio de encontros periódicos com educadores e jovens. Também, à distância, aos outros estados e países como responsabilidade da Ação Educativa na coordenação internacional do Projeto.

Procuramos integrar esses educadores em ações de disputa pelas orientações das políticas públicas principalmente facilitando sua participação em outras iniciativas da Ação Educativa e Campanha Nacional pelo direito à Educação. Trouxemos a visão dos professores para definir os temas dos seminários promovidos pelo Observatório da Educação e apoiamos sua participação qualificada nesses eventos. Articulamos escolas que participam do Nepso para se integrarem ao projeto “Educando para as relações Raciais na Escola” e das atividades da Semana de Ação Global pelo Direito à Educação, liderada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Essa parceria com outros Programas da Ação Educativa inspirou, como em 2007, o conceito e organização do VII Congresso IBOPE UNESCO. Com o tema “Aprendizagens em rede” professores e alunos tiveram a oportunidade de refletir sobre as singularidades de cada pólo,

escola, nível e modalidade de ensino e sobre como essa diversidade se constitui em conteúdos de aprendizagens, ao mesmo tempo que é constitutiva da identidade do Projeto. A novidade em 2008 foi a descentralização do Congresso, que aconteceu em Minas Gerais e Rio Grande do Sul, além de um Simpósio que reuniu os coordenadores dos pólos no Chile.

Quanto à parceria com a Cátedra Celso Daniel, da Universidade Metodista, continua o projeto financiado pela FAPESP, agora na fase II, que se constitui na elaboração de uma metodologia participativa para elaboração de políticas públicas integradas no município. Essa metodologia tem como inspiração a experiência do Nepso na cidade de Mauá.

No que se refere à tarefa de sistematização foi lançado o 1º. Almanaque NEPSO, que registra e organiza todas as pesquisas realizadas pelos pólos em 2007 e se constitui no primeiro exercício de reflexão acerca das experiências inovadoras no uso da metodologia pelas escolas.

Indique

O Indique é uma metodologia de avaliação de escolas baseada na participação de toda a comunidade. O primeiro instrumento, voltado para o ensino fundamental foi elaborado em 2003 e desde então vem sendo disseminado e aperfeiçoado.

Durante o ano 2007, numa parceria com o MEC, o Unicef, a Undime e a Fundação Orsa, elaborou-se um novo instrumento baseado na metodologia, voltado especificamente para instituições de educação infantil. Ação Educativa responsabilizou-se pela execução, amparada pela coordenação das instituições parceiras e um grupo técnico formado por aproximadamente 20 especialistas na área de diversas regiões do país. Foram feitas várias reuniões do grupo técnico e comissões, além de consultas em quatro regiões regionais. O novo conjunto de dimensões, indicadores e perguntas de avaliação passou por várias revisões nesse processo e ficou para ser finalizado em 2009.

Paralelamente, continuou-se o trabalho de disseminação dos Indicadores voltados ao Ensino Fundamental. Pelo terceiro ano consecutivo, prestou-se assessoria ao Instituto Embraer, que desenvolve nas regiões de São José dos Campos, Araraquara e Botucatu (SP) um programa de apoio a escolas públicas, por meio de atividades de formação e financiamento de projetos. Assessoras da Ação Educativa realizaram sete oficinas de formação junto a 100 profissionais das escolas participantes. Esses profissionais utilizaram o Indique para fazer um diagnóstico participativo sobre a qualidade da educação nas escolas e elaboraram planos de ação tendo em vista as prioridades apontadas pelas comunidades escolares. As assessoras da Ação Educativa analisaram os 45 projetos inscritos e elaboraram pareceres que orientaram a seleção das escolas apoiadas financeiramente pelo Instituto Embraer.

Com o apoio da Fundação Telefônica, durante o ano de 2008, o Indique foi utilizado por oito escolas no município de São Vicente (SP). Foram realizados 04 encontros de formação com 47 profissionais das escolas, da Secretaria de Educação e das organizações que atendem as crianças no contra-turno escolar. As escolas realizaram as avaliações de forma participativa junto a 550 membros das comunidades escolares e elaboraram planos de ação coletivos com vistas à melhoria da qualidade na educação.

A pedido de membros do Conselho Municipal de Educação município de Ribeirão Preto (SP), foram apoiadas dez escolas do município na realização de avaliações participativas com utilização do Indique. Foram realizados dois encontros de formação com 20 profissionais das escolas, que realizaram as avaliações participativas no mês de novembro.

Finalmente, para apoiar o trabalho das comunidades escolares e discutir as dimensões da qualidade educativa existentes no material, conteúdos relativos ao Indique foram produzidos em formato eletrônico e publicados no Portal Educarede, mantido pela Fundação Telefônica como serviço aos educadores de escolas públicas. Além disso, houve a criação de um fórum de discussão sobre “dicas de melhoria da qualidade na educação” que envolveu 221 participantes em reflexões sobre práticas educativas desenvolvidas para a melhoria da qualidade do ensino.

Prêmio Minha Comunidade Sustentável

Concebido em parceria com a Revista Carta na Escola, o Prêmio teve sua primeira edição em 2008 e seu principal objetivo é estimular e apoiar a criação e execução de projetos escolares inovadores que busquem soluções de sustentabilidade da vida no planeta, incluindo-se aí as dimensões social, ambiental e econômica. Nessa 1ª edição recebemos 501 inscrições de escolas de 26 estados do país. A iniciativa mobilizou muitas escolas que procuraram construir projetos que mobilizassem ao mesmo tempo a comunidade escolar, alunos e professores para construir um projeto que criasse soluções sustentáveis. O Prêmio teve também significativa repercussão na mídia, que divulgou e se interessou em explorar o tema e noticiar os vencedores. Após o julgamento dos projetos, 10 escolas foram vencedoras e, em 2009, a Ação Educativa tem ainda como tarefa acompanhar a implementação dos projetos vencedores.

Trabalho Infantil

Durante este ano, a Ação deu continuidade ao levantamento da situação de trabalho de crianças e adolescentes atendidas pelo Programa Pró-menino, da Fundação Telefônica, para viabilizar o monitoramento do programa. Foram levantadas informações de mais de 5 mil crianças. Considerando-se o volume dos dados e a abordagem inovadora da coleta e categorização das informações, passou-se a elaboração de uma publicação voltada a um público mais amplo.

Negociou-se também com o Fórum Nacional de Erradicação e Prevenção do Trabalho Infantil (FNEPTI) o desenvolvimento de um guia voltado às comunidades escolares com esclarecimentos e orientações sobre como atuar frente a essa problemática. O trabalho será desenvolvido em 2009.

Balanco dos resultados e perspectivas

Nepso

Os número de professores e alunos participantes e pesquisas realizadas em 2008 sofreu uma redução na comparação com 2007. Essa redução ocorreu, principalmente, no pólo São Paulo em função das mudanças promovidas pela Secretaria Estadual de Educação, que coibiram a participação dos professores em projetos. Vários professores/escolas deixaram de participar do Nepso, especialmente aqueles que gozavam de condições especiais de participação, com o apoio da Diretoria de Ensino Leste 1, que se traduzia na realização dos encontros de assessoria/formação continuada em horário de trabalho. No entanto, muitos outros professores/escolas permaneceram, enfrentando condições adversas para realizar o processo da pesquisa e participarem de todas as atividades propostas. Essa decisão dos educadores em continuarem, foi justificada por eles porque “participar da rede os alimenta e permite a partilha dos desafios e inseguranças enfrentados no ofício docente”. Para este grupo

trabalhar com o Nepso em 2008 significou também reafirmar a autonomia e autoria do ofício docente, na resistência frente à orientação oficial.

Destacamos também que houve crescimento na quantidade de Escolas/Instituições que participam da rede, especialmente, no pólo Minas Gerais, que em 2008 disseminou a proposta para escolas públicas municipais de Belo Horizonte, como parte do trabalho de formação em matemática realizado pela UFMG.

O processo de ampliação e incidência nas escolas se concretiza por meio de duas estratégias, que são estabelecidas como metas:

- disseminação da metodologia para novas escolas/instituições e pólos (cidades, estados e países);
- consolidação/enraizamento nas escolas/instituições nas quais a proposta já foi experimentada.

Essas duas metas sempre são perseguidas por todos os parceiros, de forma articulada e concomitante, mas o acento em cada uma delas depende, principalmente, da trajetória de cada pólo/núcleo em termos do tempo de pertencimento à rede NEPSO. Os pólos mais antigos da rede – São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco e o núcleo do DF, concentram seus esforços principalmente no objetivo do enraizamento da proposta nas escolas já parceiras. A meta de disseminação, nestes casos classificada como “vertical”, tem como foco provocar a adesão de novos professores das instituições já parceiras. É dessa maneira que o Programa vem sendo fortalecido e, acreditamos, provocará maior impacto no currículo, condições do trabalho docente, organização dos tempos, espaços e relações escolares na direção de uma aprendizagem mais significativa, que resulte na qualidade da educação que almejamos.

Indique

Parcerias com entidades privadas e públicas possibilitaram a disseminação do Indique junto às redes de ensino no ano de 2008. São experiências que geram reflexões sobre a participação da comunidade escolar tanto nas discussões sobre educação, como no desenvolvimento de ações concretas que contribuam para que haja mudanças nas escolas.

O principal desafio diz respeito, principalmente, ao acompanhamento da implementação dos planos de ação nas escolas. Entender o que mudou e o que permaneceu na vida dos beneficiados e de suas famílias é uma etapa importante do trabalho. Além disso, um acompanhamento mais a longo prazo permite a produção de conhecimentos e orientações sobre a realização de avaliações participativas e sobre processos desencadeados a partir delas.

Esse trabalho não foi realizado em 2008 em função de um período de três meses de paralisação das atividades do projeto no município de São Vicente por causa das eleições municipais. Assim, o acompanhamento e a avaliação dos resultados fica como perspectiva na continuidade do projeto em 2009.

Outro desafio é criar junto às comunidades escolares diferentes estratégias para socialização das experiências de uso do Indique, seja por meio da internet, seja pela participação dos profissionais em Seminários e Eventos.

PMCS

A organização do Prêmio trouxe para a instituição um significativo aprendizado acerca do conhecimento necessário para conduzir um trabalho desse tipo. Além disso, o Prêmio alcançou plenamente seu objetivo, que era, principalmente fazer as escolas refletirem e se mobilizarem acerca do problema ambiental que vivemos. As escolas inscritas se mostraram interessadas em continuar a discutir o desafio ambiental e começaram a integrar uma rede de emails para buscar mais informações, conhecer propostas e continuar participando.

Na 2ª edição espera-se ampliar o número de inscritos, fazendo com que o Prêmio se torne mais conhecido e os debates sobre os temas ambientais repercutam ainda mais nas escolas brasileiras, resultando em novas experiências práticas na busca de novas soluções para o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e conservação ambiental.

META 3

TER PRODUZIDO E DISSEMINADO CONHECIMENTOS QUE APÓIEM A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A AÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS EDUCATIVOS.

Atividades e produtos

A equipe do Programa Pesquisa e Monitoramento de Políticas Educacionais realizou o lançamentos da publicação concluída no ano anterior com os resultados da *Consulta sobre Relações Étnico-Raciais*⁷ em dez estados brasileiros, com apoio do Instituto C&A. Mais de 4 mil livros da Consulta foram distribuídos no país, com apoio da Unesco, o que possibilitou uma boa repercussão ao material e a sua disseminação para organizações e gestores públicos estratégicos. Também em 2008, foi realizada a devolutiva dos resultados da Consulta junto às cinco escolas de São Paulo que participaram da pesquisa, envolvendo a equipe pedagógica de cada uma delas e a realização de atividade artística sobre a cultura africana e afro-brasileira.

Iniciou-se também no período a implementação do projeto *Educando para a Igualdade Racial*, aprovado após seleção pública pela Comissão da União Européia no Brasil. O projeto será concluído em agosto de 2009. Conseguimos em 2008 um pequeno apoio complementar ao projeto por parte de Save the Children UK e do Instituto C&A, parceiros que apoiaram o desenvolvimento da Consulta sobre Relações Étnico-Raciais na Escola entre 2005 e 2007. O projeto visa desenvolver referências metodológicas e materiais de apoio que contribuam para o enraizamento da questão racial no projeto político pedagógico das escolas. Para isso, estamos analisando experiências educativas promovidas pelo movimento negro brasileiro nas últimas duas décadas e experiências internacionais como as da África do Sul, França e Estados Unidos e desenvolvendo experiência-piloto junto a quatro escolas. Como resultados do projeto, estão previstos os seguintes materiais educativos: indicadores escolares de Igualdade Racial, um conjunto de 10 cartazes sobre diversidade étnico-racial, um vídeo e um guia metodológico.

⁷ CROSO, Camilla e SOUZA, Ana Lúcia Silva (coord.). *Igualdade das relações étnico-raciais nas escolas: possibilidades e desafios para a implementação da Lei 10.639/03*. São Paulo: Peirópolis: Ação Educativa, Ceafro e Ceert. 2007.

Para complementar essas iniciativas, cujo foco é a escola, o Programa de Pesquisa e Monitoramento de políticas educacionais desenvolveu uma proposta de realização de diagnóstico referente à lei 10.639 na cidade de São Paulo. Elaborou-se um termo de cooperação técnica, onde foram detalhadas as etapas, a metodologia e os indicadores que seriam utilizados nesse diagnóstico. A Secretaria Municipal de Educação, que anteriormente havia manifestado interesse na realização do diagnóstico, no mês de março comunicou à equipe da Ação Educativa que tinha desistido da iniciativa, alegando que “qualquer ação diagnóstica poderia ser utilizada para fins de disputa eleitoral”, uma vez que as eleições municipais ocorreriam naquele ano. Apesar das nossas manifestações enfáticas dizendo que o diagnóstico não seria utilizado para esse fim, não foi possível reverter a decisão da Secretaria. Apesar disso, utilizamos os indicadores e dimensões de institucionalização da lei na gestão pública no processo de construção do Plano Nacional de Implementação da lei 10.639, elaborado por um Grupo Interministerial do qual participamos como representantes da sociedade civil (ver meta 6 da área Educação).

Como subsídio a esse Grupo Interministerial, a equipe do Programa de Pesquisa e Monitoramento das Políticas Educacionais elaborou um documento que apresenta uma análise do processo de implementação da lei 10.639 nos estados⁸. Outro documento sobre a temática elaborado no período foi *Educação em Durban*⁹, elaborado com base nas discussões realizadas em uma oficina de parceiros e divulgado na Conferência da Sociedade Civil das Américas para Revisão de Durban, em junho de 2008. Este último foi incluído também numa área específica do site da Ação Educativa, desenvolvida para divulgar reflexões e atividades vinculadas ao processo de revisão dos documentos da Conferência.

Outra linha de estudos do Programa Pesquisa e Monitoramento das Políticas Educacionais focalizou a situação educacional e as políticas educacionais no município de São Paulo. Encontra-se em fase de finalização a pesquisa Educação e Exclusão na cidade de São Paulo, realizada com o apoio de Save the Children UK. Ela é um desdobramento do estudo Educação e Exclusão no Brasil, publicada por Ação Educativa em 2007. Apresenta um panorama sobre a situação educacional na cidade e pretende-se que contribua para a linha de base do processo de elaboração do Plano Municipal de Educação de São Paulo.

Com foco no município de São Paulo, produziu-se também em estudo do orçamento da educação no período de 1995 a 2007¹⁰, que foi utilizado em setembro de 2009 pelo GT Educação do Movimento Nossa São Paulo como parte do processo de incidência na Câmara Municipal referente ao orçamento de educação para 2009.

Na temática orçamento, foi também concluída a publicação educativa *Bicho de sete cabeças – para entender o financiamento da educação brasileira* foi concluída e encontra-se em

⁸ BRASIL, GT Interministerial. Proposta de Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana - Lei 10.639/2003. Brasília: MEC: Unesco. 2008.

⁹ AÇÃO EDUCATIVA, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES NEGROS (ABPN), ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA LGBT, CAMPANHA LATINO-AMERICANA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO, CEERT – CENTRO DE ESTUDOS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E DESIGUALDADES, GELEDÉS INSTITUTO DA MULHER NEGRA, RELATORIA NACIONAL PARA O DIREITO HUMANO À EDUCAÇÃO/ PLATAFORMA DHESCA BRASIL. *Propostas sobre educação para o processo de avaliação de durban a partir da realidade brasileira*. São Paulo: 2008. Disponível em: www.acaoeducativa.org.

¹⁰ BASSI, Marcos Edgar. O financiamento da educação na prefeitura do município de São Paulo: uma análise exploratória de suas fontes e aplicações (1995-2006). São Paulo: Ação Educativa. 2008. (texto disponível para download em www.acaoeducativa.org)

gráfica, devendo ser lançada em junho de 2009¹¹. Produzida em parceria com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Save the Children UK e Editora Peirópolis, a publicação terá parte da tiragem distribuída para entidades de educação e deverá ser utilizada como material de apoio a processos de formação e sensibilização sobre o tema. Planejamos utilizá-la em uma experiência-piloto de formação para ativistas em educação, preparatória ao processo de construção do Plano Municipal de Educação.

No contexto da Relatoria pelo Direito Humano à Educação (ver meta 6), foram produzidos dois importantes documentos, com análises abrangentes sobre a relação das políticas públicas de educação e de segurança pública: *Educação e Violência Armada – missão ao Complexo do Alemão*¹² e *Educação nas Prisões do Brasil*¹³. Uma síntese do primeiro foi também publicada em artigo no periódico *Democracia Viva*, do Ibase¹⁴.

Divulgamos ainda o livro *Banco Mundial, OMC e FMI: o impacto nas políticas educacionais*¹⁵ junto às redes de sociedade civil Rebrip e Rede Brasil e na Conferência Nacional de Educação Básica, ocorrida em abril de 2008. O livro foi lançado em janeiro de 2008 na Assembléia da Campanha Global de Educação, realizada em São Paulo, e produzido por meio da parceria com a Editora Cortez.

Na Conferência Nacional de Educação Básica, também foi lançada a publicação *Participação e Controle Social em Educação*¹⁶, da série Em Questão, produzida por Ação Educativa. A publicação reúne artigos de especialistas do tema que analisam os desafios do controle social em educação e apontam propostas visando o aprimoramento dos processos e institucionalidades da gestão democrática. Um dos artigos é de autoria da coordenação do Programa e discute os desafios das Conferências Nacionais de Educação.

Balanco dos resultados e perspectivas

No segundo semestre de 2008, a equipe do Programa Pesquisa e Monitoramento das Políticas Educacionais apresentou e discutiu com o Colegiado de Coordenação da Ação Educativa sua perspectiva de programa, partindo do seu atual formato. Constatou-se que não é a atividade de pesquisa que caracteriza o Programa, uma vez que essa é uma atividade que perpassa outros programas, mas sim dois eixos temáticos que articulam as iniciativas de produção de conhecimento à atuação nos movimentos de defesa de direitos educativos: “Diversidades e Desigualdades em Educação” e de “Controle Social, Participação e Gestão Democrática em Educação”.

Com relação ao primeiro foco, o Programa parte dos acúmulos com relação às questões étnico-raciais (e da centralidade do racismo) para outros recortes de equidade e marcos

¹¹ BASSI, Marcos Edgar e EDNIR, Madza. *Bicho de sete cabeças – para entender o financiamento da educação brasileira*. São Paulo: Peirópolis: Ação Educativa, 2009.

¹² CARNEIRO, Suelaine e CARREIRA, Denise. *Educação e Violência Armada: missão ao Complexo do Alemão*. Rio de Janeiro: Plataforma DhESCA Brasil. 2008 (texto disponível para download em www.acaoeducativa.org e www.dhescabrasil.org.br).

¹³ CARNEIRO, Suelaine e CARREIRA, Denise. *Educação nas Prisões do Brasil*. Rio de Janeiro: Plataforma DhESCA Brasil. 2008 (texto disponível para download em www.acaoeducativa.org e www.dhescabrasil.org.br).

¹⁴ CARNEIRO, Suelaine e CARREIRA, Denise. Educação pede socorro no Complexo da Alemão. Rio de Janeiro: *Revista Democracia Viva*, setembro de 2008. (texto disponível para download em www.ibase.br).

¹⁵ HADDAD, Sérgio (org.). *Banco Mundial, OMC e FMI: o impacto nas políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 2008. HADDAD, Sérgio. Educação e Exclusão no Brasil. Série Em Questão nº 3. São Paulo: Ação Educativa, 2007.

¹⁶ SILVA, Camilla Croso (coor.) Vários autores. *Participação e controle social na educação*. Série Em Questão nº 5. São Paulo: Ação Educativa, 2008.

identitários como as questões de gênero, LGBT, deficiências, entre outras, visando construção de propostas para o Plano Municipal de Educação e para a Conferência Nacional de Educação. As ações de incidência no processo de avaliação da Conferência de Durban (2001) também apontaram possibilidades que pretendemos aprofundar em 2009. O processo de construção participativa do Plano municipal de Educação de São Paulo constitui nossa principal aposta com relação ao segundo foco para 2009.

Outra constatação feita pelo Colegiado de Coordenação da Ação Educativa foi que o Programa Pesquisa e Monitoramento de Políticas Educacionais não tem condições operacionais para assumir adequadamente a agenda internacional da educação, já que conta com uma equipe reduzida e bastante demandada pelos movimentos e articulações no plano nacional e local. Apesar de Ação Educativa continuar participando de articulações internacionais, a constituição de um programa que acompanhe de forma mais contínua e consistente a agenda nesse plano ainda é um desafio a ser enfrentado.

META 4

TER AMPLIADO A UTILIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS NA DEFESA DE DIREITOS EDUCACIONAIS, QUALIFICANDO A RECEPTIVIDADE DO SISTEMA DE JUSTIÇA E FORTALECENDO AS ESTRATÉGIAS DE JUSTICIABILIDADE NOS MOVIMENTOS SOCIAIS.

Atividades e produtos

Esta meta ficou a cargo do programa *Ação na Justiça*. Instituído em 2004, este programa tem como objetivo promover a justiciabilidade do direito à educação desde a perspectiva dos direitos humanos, o que envolve, além da atuação judicial propriamente dita, o aprofundamento e difusão de tais conceitos, a ampliação das garantias materiais e processuais relacionadas aos direitos sociais e a formação e mobilização de defensores do direito à educação.

Após um período inicial de implantação (2004 a 2006), no qual foram priorizadas iniciativas de pesquisa, voltadas ao conhecimento do posicionamento do Judiciário frente a demandas pelo direito à educação; de produção e difusão de informações públicas, através de boletim informativo específico e publicações especializadas; e de formação de atores estratégicos, educadores, militantes sociais e estudantes de graduação em direito e pedagogia; o programa *Ação na Justiça* vem se detendo nos últimos anos na promoção da justiciabilidade do direito à educação, na assessoria jurídica a movimentos e organizações sociais e no debate público sobre esse direito.

Para isso, em 2008 foi priorizada a promoção de ações jurídicas de defesa do direito à educação, tanto através da proposição direta de Ações Cíveis Públicas (ACP) e Mandados de Segurança, como através de articulações com o Ministério Público e a Defensoria Pública e do acompanhamento do debate constitucional junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Na proposição e acompanhamento das ações são priorizadas as demandas de caráter coletivo ou exemplar, em que, ademais dos interesses imediatos defendidos, estão em jogo teses jurídicas relacionadas à amplitude da exigibilidade do próprio direito à educação. Assim, em situações nas quais as demandas que nos chegam não apresentam esse caráter estratégico, cuidamos de encaminhar a questão unicamente no nível administrativo, repassando-a aos órgãos estatais de defesa.

No que se refere à produção e difusão de informações, as atividades principais foram: (i) produção e divulgação de cinco boletins *Obstáculos e Possibilidades de Acesso à Justiça – Boletim OPA*; (ii) realização de pesquisa e seminário sobre *Ensino Religioso, Direito à Educação e Estado Laico*; (iii) elaboração de um manual sobre o *Direito Humano à Educação*, em parceria com a Plataforma DhESCA Brasil.

As cinco edições de 2008 do *Boletim OPA* acompanharam alguns temas que vinham sendo objeto de outras ações do programa. Na *edição de março de 2008* tratamos da “Gestão democrática – a função dos Conselhos”, bem como noticiamos a ação que reivindica o censo para Educação de Jovens e Adultos; na *edição de abril e maio de 2008*, o texto principal versou sobre “Os riscos da Reforma Tributária para o direito à Educação”; a *edição de junho e julho de 2008* acompanhou as movimentações políticas e judiciais do Movimento Creche para Todos e tratou sobre “A demanda popular por educação infantil e o dever legal de atendê-la”; no número 44 do boletim, referente aos meses de *agosto e setembro de 2008*, o “Seminário sobre Ensino Religioso e Direito à Educação” foi objeto de análise do texto principal. Por fim, na edição n. 45, de *outubro e novembro de 2008*, o Piso Salarial Nacional para os profissionais da educação pública, a garantia de padrões mínimos de qualidade do ensino e o enfrentamento das desigualdades foram objetos do texto do *Em Foco*. Além dos textos de maior fôlego publicados na seção *Em Foco*, em 2008 foram divulgadas e analisadas 15 (quinze) novas *legislações e jurisprudências* que versavam diretamente sobre o direito à educação; 19 (dezenove) notícias publicadas em diferentes meios de comunicação que noticiam *boas práticas* de defesa do direito à educação, em diferentes locais do país; 6 (seis) *estudos e petições* produzidos sobre educação e direito à educação, bem como 5 (cinco) *dicas* de eventos, novas informações e publicações sobre o tema. O Boletim OPA é atualmente distribuído para um conjunto de endereços eletrônicos (mailing) composto por cerca de 3000 assinantes.

Preocupados com a crescente pressão pela implementação de modelos confessionais de ensino religioso no Brasil, que configura um importante pólo de debates sobre educação e sua relação com os direitos humanos e as liberdades fundamentais, desenvolvemos, desde o final de 2007, uma pesquisa sobre o tema: *Ensino Religioso, Direito à Educação e Estado Laico*. Nela realizamos um amplo levantamento das regulamentações estaduais do ensino religioso e da jurisprudência em torno do assunto. Tal pesquisa, alimentada ao longo de todo o ano de 2008, gerou um seminário de debates, realizado em agosto de 2008, bem como vem propiciando o acompanhamento qualificado da controvérsia sobre o acordo firmado entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé, regularizando o estatuto jurídico da Igreja Católica no país. Na pesquisa adotou-se enfoque eminentemente jurídico, tendo como objetivos específicos: (i) construir um completo mapeamento do estágio de implementação do ensino religioso nos sistemas de ensino estaduais, analisando-os comparativamente e com base nas categorias confessional, interconfessional e supraconfessional; (ii) produzir um estudo inicial sobre o atual estatuto jurídico do ensino religioso no Brasil e sua interpretação no marco conceitual dos direitos humanos; (iii) difundir e promover o debate sobre laicidade, ensino religioso e direitos humanos nas redes e movimentos educacionais, planejando a proposição de ações jurídicas, políticas e sociais no sentido de (re)incorporar a laicidade ao conteúdo material do direito à educação no Brasil.

Em agosto realizamos um seminário sobre o tema, que contou com a participação de aproximadamente 50 (cinquenta) pessoas e foi transmitido em tempo real pela internet. O resultado final do levantamento foi apresentado e debatido em Seminário promovido pela

Comissão de Cidadania e Reprodução (CCR), em 03 de dezembro de 2008. Os resultados do levantamento estão sendo sistematizados para publicação e difusão em 2009. Também está previsto o acompanhamento jurídico e a resistência à aprovação no Congresso Nacional do acordo firmado entre o Brasil e a Santa Sé. Tal acordo é flagrantemente inconstitucional por violar o princípio da laicidade estatal, uma vez que estabelece cooperação entre Estado e Igreja Católica em matéria de natureza eminentemente religiosa. Além desse aspecto geral, o acordo representa possibilidade de retrocesso em relação ao ensino religioso, ao retomar uma concepção incompatível com o atual ordenamento jurídico, prevendo um modelo puramente confessional de ensino, dividido entre “católico e de outras confissões religiosas”.

Finalmente, numa parceria da Ação Educativa com a Plataforma DhESCA, elaborou-se um manual sobre o direito humano à educação e sobre as diferentes formas de exigibilidade e justiciabilidade desse direito. Esta publicação faz parte de uma série organizada pela Plataforma Dhesca Brasil, cujo objetivo é tratar dos direitos econômicos e sociais. Disponibilizada em meio eletrônico, a publicação contou com uma tiragem inicial de 3.000 exemplares, cuja distribuição se dará em 2009.

Com relação à exigibilidade e a justiciabilidade do direito à educação a partir da perspectiva dos direitos humanos, desenvolvemos ações em dois diferentes eixos: monitoramento das garantias materiais e processuais relacionadas ao direito à educação e recurso ao sistema de justiça (local, nacional ou internacional) em ações paradigmáticas e/ou coletivas. Adotando uma perspectiva ampliada de atuação jurídica, denominamos “casos acompanhados” as grandes violações ao direito à educação enfrentadas, que podem tomar como estratégia um conjunto amplo de iniciativas políticas e jurídicas interdependentes. Abaixo os temas nos quais, ao longo de 2008, monitoramos garantias processuais e institucionais e agimos diretamente no sistema de justiça, aos quais deve ser somado o caso do ensino religioso mencionado acima:

a) Déficit de atendimento em educação infantil no Município de São Paulo: A partir do diagnóstico de que a limitação do acesso e os problemas da qualidade na educação infantil são relevantes questões para a educação no município de São Paulo, juntamente com diversas outras organizações sociais que têm atuações relacionadas ao tema, constituíram uma articulação em defesa da ampliação com qualidade da educação infantil: o Movimento Creche para Todos (ver meta 6 da área Educação). Em sua estratégia judicial, o Movimento interpôs dois mandados de segurança requerendo informações a respeito da demanda por educação infantil, em razão de reiterados descumprimentos quanto ao disposto na Lei 14.127/2006, que obriga o poder municipal a publicar a demanda por creche não atendida no município. Obtivemos dois resultados bastante positivos com as estratégias judiciais. O primeiro mandado de segurança, impetrado em 06 de junho de 2008, impulsionou a publicação dos dados referentes à oferta e à demanda não atendida por educação infantil uma semana mais tarde (13/06/2008). A segunda das ações civis públicas, cuja distribuição deu-se no dia 29 de outubro de 2008, resultou na concessão de uma liminar, que garantiu a publicação dos dados referentes à Lei 14.127/06, bem como o oferecimento de vagas para as mais de mil crianças de 0 a 5 anos identificadas no processo de cadastramento realizado pelo movimento. Por outro lado, a primeira ACP teve seu pedido sumariamente negado sob o argumento que seria impossível ao Judiciário imputar obrigação de fazer referente a apresentação de plano e construção de unidades. Por esta razão, recorreremos ao Tribunal de Justiça de São Paulo.

b) Descumprimento da obrigação legal de realizar censos periódicos para a observação da real demanda por educação de jovens e adultos (EJA): após a conclusão de Inquérito Civil Público iniciado em 2005 a pedido da Ação Educativa e de diversas outras organizações que compõem o Fórum EJA, o MP propôs Ação Civil Pública com pedido liminar para que Estado e Município de São Paulo sejam obrigados a realizar o censo estabelecido em lei e para que se abstenham de fechar salas e escolas que oferecem EJA. O pedido liminar foi negado e o processo se encontra em fase de instrução. Em 13 de abril de 2008, ingressamos como partes em apoio à ação do MP, como assistentes litisconsorciais ativos. Somente em 26 de fevereiro de 2009, após manifestação das partes contrárias, foi admitida a participação formal das organizações. Além dessa, foi aberto novo ICP para apurar a prática de improbidade administrativa dos gestores educacionais pelo descumprimento de suas obrigações legais.

c) Defesa do Piso Salarial Nacional dos Profissionais da Educação Pública no STF: A EC nº 53/2006, além de criar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb instituiu no inciso VIII do art.206 da Constituição, novo princípio do ensino: o piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública. Este foi parcialmente regulamentado pela Lei nº 11.738/2008, que dispõe sobre o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público. A Lei nº 11.738/2008 estabelece seu *valor inicial* (R\$ 950,00) para a carga-horária de 40h semanais de um(a) professor(a) com formação de nível médio, seus critérios básicos de implantação e a participação da União.

Cinco estados federados (MS, PR, SC, RS, CE) questionaram a implementação de alguns dispositivos dessa lei por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4167 (ADI 4167). A Ação Educativa, juntamente com 17 entidades, redes e pesquisadores da área da educação requereram sua admissão como *Amici Curiae* na Ação Direta de Inconstitucionalidade, cujo objetivo foi a defesa da integral implementação da Lei, com a garantia do necessário aporte de recursos da União. Nesse sentido, requereram que fossem negados os pedidos de declaração de inconstitucionalidade feitos pelos governadores na ADI, pois admiti-los descaracterizaria o conceito de piso e seu impacto positivo na equalização da educação nacional. Dentre todas as organizações peticionárias apenas a Confederação Nacional dos Trabalhadores Em Estabelecimentos de Ensino – CONTEE foi admitida na condição de *Amici*, sob o argumento que esta seria a única organização com interesses diretos na demanda, sendo que tal despacho do relator da ADI é irrecorrível. A posição das demais organizações e indivíduos foi recebida como memoriais. Em 17 de dezembro de 2008, por ocasião do julgamento cautelar, Salomão Ximenes, advogado e assessor da Ação Educativa, teve a oportunidade de fazer uma sustentação oral em nome das organizações e apresentar as razões em defesa da integral implementação da Lei.

Ao final, por maioria de votos, vencidos os Ministros Joaquim Barbosa (relator) e Carlos Brito, em decisão cautelar, o Tribunal determinou que até o julgamento final da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4167 (ADI 4167) a referência do piso salarial nacional para os profissionais da educação pública deve ser a remuneração, e não o vencimento inicial como determinado na Lei. Isso significa que os valores pagos aos professores a título de gratificações e vantagens poderão ser contabilizados para atingir o mínimo estabelecido pelo piso. Além disso, o Supremo decidiu também que, até o julgamento final, estados e municípios não estão obrigados a assegurar no mínimo 1/3 da carga horária da jornada de trabalho destes profissionais para atividades extraclasse, suspendendo também nesse ponto a Lei

11.738/2008. O julgamento cautelar é provisório e poderá ser modificado pelo mesmo tribunal na decisão final da Ação. A CNTE organiza no início de 2009 mobilizações para pressionar pela celeridade do julgamento final da ADI, bem como pela reversão da decisão cautelar tomada pelo STF. Os *Amici Curiae* acompanharão o caso e se manifestarão no curso do processo e também no momento do julgamento final.

d) Taxa de inscrição para vestibulares – regras para isenção: em 20 de dezembro de 2007, após ser aprovada na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, foi sancionada a Lei Estadual 12.782/2007, que garante o desconto no valor das taxas dos vestibulares das universidades estaduais de São Paulo para estudantes que não tenham renda própria, ou recebam até dois salários mínimos. O Programa Ação na Justiça e o Movimento dos Sem-Universidade (MSU) apresentaram em 6 de agosto de 2008 uma representação ao Ministério Público Estadual para a regularização dos editais dos vestibulares para ingresso em 2009, com base na lei mencionada acima. Uma semana após a representação ter sido entregue ao promotor, as fundações e comissões responsáveis pelos vestibulares divulgaram sua adequação à lei.

e) Publicidade abusiva durante o processo público de escolha dos livros didáticos: em 2007 já havíamos questionado frente ao FNDE a abusiva publicidade, promovida pelas editoras detentoras de direitos autorais, direcionada aos docentes e às escolas responsáveis pela escolha dos livros a serem adotados e, conseqüentemente, comprados através do Programa Nacional do Livro Didático (que movimenta cerca de R\$ 1 bilhão/ano). Entendemos que parte do problema advém de lacunas na regulamentação do processo de compra pública, a qual, apesar dos melhoramentos recentes, segue excessivamente permissiva neste campo, permitindo que prevaleça, em muitas situações, o poder econômico das empresas em detrimento da análise técnica sobre a adequação das obras ao projeto pedagógico das escolas. Tal quadro se agrava em um contexto de expansão do programa ao ensino médio e à EJA.

Frente à ausência de resposta por parte do FNDE, encaminhamos, em 26 de maio de 2008, pedido de instauração de inquérito civil ao Ministério Público Federal, o qual abriu procedimento investigatório que seguimos acompanhando. Tal iniciativa se somará, em 2009, ao projeto do Observatório da Educação no sentido de promover o debate sobre as interações entre direitos autorais e direito à educação.

f) Acompanhamento legislativo da PEC da reforma tributária: A Emenda Constitucional que trata da Reforma Tributária (PEC 233/2008), enviada pelo governo federal para tramitação no Congresso Nacional, altera significativamente a estrutura de financiamento da educação, tornando-o mais vulnerável à restrição de recursos públicos para a manutenção e desenvolvimento do ensino. Diante disso, em articulação com os parlamentares que dialogam com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, propusemos 14 emendas à PEC, sintetizadas no documento "Quadro de Emendas Sugeridas à PEC da Reforma Tributária em Defesa das Garantias de Financiamento da Educação Pública". Tais propostas, frente à desaceleração no trâmite da reforma, encontram-se à espera de apreciação.

g) Outros casos acompanhados: Seguimos apoiando as iniciativas jurídicas da *Campanha Fala educador! Fala educadora!*, levadas a cabo pela Ação Educativa, através do programa Observatório da Educação, e em parceria com APEOESP, CNTE e Artigo 19. Também apoiamos juridicamente as iniciativas da Relatoria Nacional sobre o Direito Humano à Educação da Plataforma DhESCA Brasil, sobretudo quanto aos desdobramentos do Relatório

da Missão no Complexo do Alemão (RJ). Também continuamos recebendo denúncias de violações por diversas fontes, sendo que a maior parte dos casos foi remetida diretamente ao Ministério Público ou à Defensoria Pública. Três casos, no entanto, por sua relevância jurídica, mereceram encaminhamento direto de nossa parte, sendo resolvidos através de procedimento administrativo.

O primeiro deles envolveu um grupo de cerca de 90 estudantes de EJA, concluintes do ensino fundamental em escola municipal de Embu das Artes. Apesar de haver uma escola da rede estadual (a quem cabe oferecer ensino médio) defronte à escola municipal, os estudantes viram negados seus pedidos de matrícula, sendo que a referida escola permaneceria fechada durante o turno noturno. Constando a denúncia em assembléia com os estudantes, inclusive quanto à ausência de escolas estaduais alternativas, enviamos requerimento administrativo à Diretoria Regional de Ensino da Região de Taboão da Serra, responsável pela jurisdição escolar, no sentido de que fosse assegurado aos estudantes jovens e adultos o direito constitucional à continuidade dos estudos e à acessibilidade escolar. Após reiterar o pedido e sob a pressão constante dos estudantes, foi firmado acordo entre a Secretaria Municipal de Educação de Embu das Artes e a Diretoria Estadual no sentido de, temporariamente, assegurar a permanência dos estudantes na escola municipal por eles freqüentada em 2008 mediante a cessão de pessoal e recursos por parte do estado.

Outro caso diz respeito a estudante que não obteve vaga escolar nos períodos diurnos, sendo-lhe disponibilizada apenas a opção da matrícula noturna, incompatível com a necessidade educacional especial decorrente de sua condição de pessoa com deficiência (Síndrome de Down). Após requerimento administrativo de nossa parte, a estudante foi por fim matriculada em condições que possibilitaram sua permanência na escola.

Por fim, acompanhamos o caso de um estudante cujos direitos ao trabalho na condição de aprendiz e à educação encontravam-se sob ameaça frente à negativa de sua escola em lhe assegurar a compatibilização de tais atividades (aprendizado profissional e educação) mediante sua transferência para o turno noturno. Absurdamente a escola lhe havia sugerido interromper os estudos devido à inviabilidade de transferência de turno. Após petição administrativa na qual requeríamos a imediata transferência, sob pena de ação judicial e responsabilização da autoridade coatora, foi-lhe assegurada vaga no período noturno da mesma escola.

Resultados e perspectivas

No último ano, foi muito positivo o fato de havermos consolidado importantes canais interlocução com órgãos do Ministério Público Federal e Estadual e da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, sendo que muitos foram os casos resolvidos em interlocução com tais órgãos. Atualmente, além do canal de repasse e acompanhamento de casos, estamos construindo estratégias judiciais comuns voltadas à proposição de novas demandas.

Em relação ao Poder Judiciário propriamente dito, como já afirmamos em outra oportunidade, o diálogo fica normalmente restrito à via processual, sendo que há posições judiciais muito divergentes quanto à admissibilidade de nossas demandas. Por outro lado, seguimos acompanhando as demandas relacionadas ao direito à educação em apreciação no Supremo Tribunal Federal (STF), o que culminou com nossa atuação direta em defesa da constitucionalidade da lei do piso. Nesse sentido, pretendemos fortalecer nossa capacidade de sistematizar as demandas em curso no STF e, em casos de grande relevância, atuar como *Amicus*

Curiae em articulação com outras organizações e redes. Cada vez mais este tribunal assume papel de destaque na determinação da extensão do alcance dos direitos econômicos, sociais e culturais em geral, tendendo tal posição se ampliar também ao direito à educação.

Tencionamos também, no próximo período, retomar o acompanhamento jurídico do financiamento da educação nos três níveis de governo. Por mais um ano, por exemplo, apesar dos esforços no âmbito legislativo desenvolvidos pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, foi mantida DRU, sendo que o único recurso restante é o Judiciário.

Como a prioridade em 2008 foi dada ao acompanhamento dos casos jurídicos, pretendemos retomar em breve as iniciativas de formação desenvolvidas nos anos anteriores, com a promoção de nova edição do curso *Cidadania e Direito à Educação* e do grupo de estudo com estudantes de graduação.

Assim, no próximo período pretendemos dar continuidade ao desenvolvimento de nossas estratégias jurídicas, priorizando as demandas capazes de fazer avançar o direito à educação, sobretudo em seu financiamento e no aprofundamento de sua função distributiva. Nesse sentido, procuraremos articular e equilibrar as iniciativas de defesa jurídica às de formação e difusão de informações estratégicas. Também tem sido fundamental, merecendo reforço, a articulação aos demais programas da casa.

No que se refere à disseminação de informações, está planejado para o próximo período a consolidação da periodicidade bimensal do Boletim OPA e ampliação da sua difusão.

META V

TER QUALIFICADO A COBERTURA DA MÍDIA SOBRE EDUCAÇÃO, DANDO VISIBILIDADE À PLURALIDADE DE PONTOS DE VISTA E A TEMAS RELEVANTES PARA A PROMOÇÃO DA EQUIDADE E DA CONCEPÇÃO DA EDUCAÇÃO COMO DIREITO HUMANO.

Atividades e produtos

Em 2008 permaneceram as estratégias de incidência na mídia, iniciadas em anos anteriores, com a produção dos boletins, aliada ao trabalho de atendimento cotidiano às demandas dos jornalistas por fontes e indicações de pautas exclusivas, ao incentivo e apoio à produção e publicação de artigos de opinião de diferentes atores, além do envio de cartas críticas, comentando a cobertura de certos temas, conformam uma estratégia de incidência que resultou em: publicação de 90 reportagens pautadas e outras 51 construídas com apoio do Observatório da Educação; 19 artigos opinativos publicados e 2 cartas enviadas (não publicadas).

Todo o trabalho de incidência na mídia está claramente centrado na tentativa de influenciar o exercício da profissão de jornalista, por meio de críticas, propostas e apoio aos comunicadores que cobrem educação; mesmo tendo em vista os limites colocados pelos interesses comerciais das empresas de comunicação e seus posicionamentos ideológicos.

Foi reconstituída a página eletrônica do Observatório da Educação, com a intenção de facilitar o acesso às informações e serviços produzidos, sobretudo dirigidos aos profissionais da comunicação. A página foi organizada com o material produzido pelo Observatório da Educação desde a sua constituição, em 2002, oferecendo variedade de artigos, reportagens, fontes e outras informações.

Lançada no final de novembro de 2008, registrou, em aproximadamente 40 dias, até o final dezembro, 1.423 visitantes, sendo que cada um deles, em média, acessou pelo menos 5 páginas. A seção *Artigos* foi a mais visitada, seguida pelo *Banco de Fontes*, que conta com aproximadamente 200 contatos de pesquisadores/as sobre: ciclos e progressão continuada; educação de jovens e adultos; ensino médio; educação especial; relações étnico-raciais e educação; gênero e educação; ensino religioso; educação escolar indígena; educação infantil e ofício docente.

Por fim, especificamente para jornalista, em abril foi realizada oficina sobre o financiamento da educação. Tanto do ponto de vista do conteúdo, quanto do público convidado, a idéia foi oferecer subsídios à cobertura do financiamento em educação considerando todo o ciclo: do orçamento na esfera federal aos recursos que chegam às unidades escolares. Para tanto, insistimos na participação de jornalistas que atuam em veículos regionais e locais, acreditando que esta é uma forma de estimular o controle social na base do sistema.

Balanco dos resultados e perspectivas

Permanece a avaliação do período anterior de que as estratégias adotadas pela Ação Educativa, por meio do programa Observatório da Educação em 2008, resultaram em oportunidades de intervenção no debate público no sentido de afirmar a educação como direito humano e estimular a pluralização de fontes, temas e enfoques adotados na produção jornalística.

A campanha *Fala Educador! Fala Educadora!* trouxe diferentes desdobramentos. No caso da mídia, nota-se que alguns jornalistas adotaram a prática de registrar em suas reportagens a dificuldade de ouvir professores, relatando quando pedem para não ser identificados, e o trâmite burocrático para chegar até a escola. Avaliamos ser este um importante indício de sensibilidade e, ao mesmo tempo, indignação em relação aos mecanismos restritivos à liberdade de expressão, que atinge, de forma diferente, tanto professores quanto jornalistas.

Outro resultado interessante é que a equipe do Observatório da Educação foi procurada para fornecer material e orientação à formulação trabalhos acadêmicos sobre o tema. Foram dois Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) na faculdade de comunicação e artes da Universidade de São Paulo; um projeto de mestrado apresentado no processo de seleção da faculdade de educação da mesma universidade; e um outro apresentado à faculdade de comunicação social da Universidade Estadual do Paraná. No caso dos projetos de mestrado, os dois autores são repórteres que mantêm contato permanente com o Observatório da Educação.

No último ano, avaliamos como positivos os resultados em relação à sensibilização de alguns profissionais e influência direta na cobertura da mídia, mas constatamos que a nossa atuação estava muito focalizada na intervenção nos profissionais e veículos da mídia comercial, de circulação nacional. Adotamos como meta prioritária o estabelecimento mais contínuo de relação com a mídia alternativa, bem como veículos de circulação regional e até mesmo de bairros.

Este desafio permanece, mas em 2008 foram dados dois importantes passos. O primeiro foi a realização da oficina sobre financiamento da educação, que teve resultado bastante interessante do ponto de vista da diversificação dos profissionais presentes – reunimos cerca de 15 profissionais, entre repórteres de jornais de circulação nacional (*Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo*); revistas (*Nova Escola*, *Educação*, *Viração* e *Fórum*); jornais regionais do

litoral e interior (Baixada Santista e Vale do Ribeira, São José do Rio Preto e Região); e Rádio Educativa da região metropolitana de Campinas, além de assessores de comunicação da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e Sindicato dos Professores Aposentados do Estado de São Paulo.

Outra conquista vem sendo a ampliação da reprodução do material produzido pelo Observatório da Educação em páginas eletrônicas de diferentes naturezas. As reportagens que abordam temas relacionados à diversidade e não discriminação foram amplamente divulgadas em sites de instituições que atuam na defesa de direitos de grupos socialmente discriminados, aquelas especializadas em educação e agências alternativas de notícias. Já as edições do *Ação na Mídia* têm sido reproduzidas por sites de sindicatos, partidos políticos e, também, agências alternativas de notícias.

Atribuímos esta ampliação do alcance das informações produzidas à constituição da página eletrônica do Observatório da Educação, que possibilita mais condições de acesso e visibilidade.

META 6

TER FORTALECIDO MOVIMENTOS SOCIAIS E ARTICULAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL QUE PROMOVEM DIREITOS EDUCACIONAIS E INCIDEM NAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

Esta é uma meta transversal aos programas e projetos de Ação Educativa. Cada um a seu modo, dentro de suas temáticas e redes de interlocutores, procura influenciar as políticas públicas por meio de modalidades de ação participativas, de modo a fortalecer a democracia e promover a equidade. Nesse ano, ocorreram processos importantes nos planos internacional, nacional e local.

Atividades e produtos

Conferência Internacional de Educação e Adultos (Confintea)

Sergio Haddad, coordenador geral da Ação Educativa, ajudou na organização da participação da sociedade civil no processo preparatório brasileiro, como membro do CNAEJA. Participou de seminário preparatório realizado em Leister (Inglaterra) na semana de 20 a 23 de maio, organizado pelo ICAE para discutir os temas de influência internacional da sociedade civil e o processo de mobilização e participação nos encontros regionais da CONFINTEA.

Participou da delegação brasileira no encontro regional na cidade México de 10 a 13 de setembro. Finalmente, ajudou na constituição do FISC Fórum Internacional da Sociedade Civil, que será realizado como atividade preparatória ao encontro oficial em 2009, em Belém do Pará, norte do Brasil. Colaborou também com a elaboração do Global Report on Adult Learning and Education (GRALE).

A viabilização da participação da sociedade civil na Confintea foi também a principal meta perseguida por Sergio Haddad como membro da CNAEJA, órgão consultivo do MEC.

Vera Masagão Ribeiro, coordenadora de programas da Ação Educativa, elaborou um texto base a partir do qual o ICAE fez a animação de um seminário virtual sobre indicadores. O

texto e o material resultante do debate ficaram disponíveis no site do ICAE¹⁷. No Plano Nacional, Vera foi convidada pelo Ministério da Educação a integrar uma comissão mista (Ministério, Universidades, ONGs) responsável pela elaboração do documento brasileiro para a Conferência, ficando responsável, junto com outro pesquisador, pela elaboração do diagnóstico da EJA no país na última década. Foram várias reuniões da comissão até a aprovação do documento final, que foi apresentado na Reunião Nacional Preparatória para a Confinteia, em outubro e depois encaminhado à Unesco¹⁸.

Avaliação da Conferência de Durban

A equipe do Programa Pesquisa e Monitoramento das Políticas Educacionais acompanhou ativamente o processo de Avaliação da Conferência de Durban (III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância). Para tanto, produziu uma área no site da Ação Educativa com textos de apoio e divulgação do processo de Avaliação. Esse conteúdo foi reproduzido no site da Abong, com os devidos créditos à Ação Educativa. A equipe também realizou oficinas de trabalho com parceiros sobre propostas de educação para a Conferência de Sociedade Civil e para a Conferência Oficial dos governos das Américas. Foi também elaborado um documento com proposta para a área da educação, encaminhado ao Relator da ONU do Direito Humano à Educação, Vernor Muñoz, e às Conferências da Sociedade Civil (13 a 15 de junho) e dos Governos das Américas (17 a 19 de outubro) para Avaliação da Conferência de Durban e dos governos, que tiveram lugar em Brasília. A equipe também participou no grupo de relatoria da Conferência da Sociedade Civil.

Campanha Nacional pelo Direito à Educação e Conferência Nacional de Educação Básica (Coneb)

A Ação Educativa continuou participando na coordenação nacional da Campanha, que teve como foco principal do período o processo da Coneb. O Programa Pesquisa e Monitoramento das Políticas Educacionais, que vêm se especializando na temática da institucionalidade participativa em educação, colaborou produzindo proposta para o aprimoramento do regimento interno, apresentada na Conferência Estadual de São Paulo, e moções para a Conferência Nacional, que ocorreu de 14 a 18 de abril de 2008. A coordenação do Programa integrou a Comissão Nacional Organizadora da Conferência, como suplente da coordenação da Campanha Nacional e articulou uma reunião em São Paulo com setores do movimento sindical para discutir uma estratégia conjunta de atuação.

Na comitê diretivo, as representantes da Ação Educativa no período, Mariângela Graciano, coordenadora do Observatório da Educação, e Marilse Araújo, coordenadora do NEPSO, procuraram colaborar para o fortalecimento dessa instância e aperfeiçoamento dos canais de comunicação e encaminhamentos entre ela e a coordenação executiva. Participamos também de eventos representando a Campanha.

Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação

A Ação Educativa continuou apoiando a Plataforma DHESCA (Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais), tanto pela participação em sua coordenação (ver meta 1 de

¹⁷ Disponível em: <http://www.icae.org.uy/eng/engmain.htm>. Acesso em 30 mai 2009

¹⁸ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *National Report from Brasil*. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: http://www.unesco.org/fileadmin/MULTIMEDIA/INSTITUTES/UII/confinteia/pdf/National_Reports/Latin%20America%20-%20Caribbean/Brazil.pdf.

Gestão e Desenvolvimento Institucional), quanto pelo apoio à Denise Carreira, coordenadora do Programa Pesquisa e Monitoramento de Pesquisas Educacionais, que assumiu o mandato como Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação. A equipe dessa relatoria, composta também pela ativista do movimento negro Suelaine Carneiro, realizou missões em quatro estados brasileiros, tendo realizado mais de duzentas entrevistas com educadores(as), gestores do sistema prisional, encarcerados(as), ativistas e autoridades públicas vinculadas às áreas de educação e de segurança pública, para produzir relatório sobre a educação no sistema prisional brasileiro.

Em agosto de 2008, a Relatoria Nacional realizou o lançamento público do relatório *Educação e Violência Armada: missão ao Complexo do Alemão* (ver nota 11), a entrega do documento às autoridades públicas do Rio de Janeiro e do governo federal e missão de seguimento às escolas, o que resultou no informe "Complexo do Alemão: nove meses depois"¹⁹. Todas as atividades na cidade do Rio de Janeiro contaram com o apoio de um grupo articulador da sociedade civil composto por entidades locais e de atuação no nível municipal.

Em novembro, em conjunto com Unicef e Unesco, a Relatoria foi recebida pelo coordenador do Pronasci (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania), do Ministério da Justiça. Foi proposta a construção de requisitos mínimos para a garantia do direito humano à educação pelo Pronasci, como parte das condicionalidades ao fechamento de convênios entre os governos estaduais e o governo federal para viabilização das ações do Pronasci.

Além das duas missões, a Relatoria acompanhou a distância os casos de fechamento das escolas indígenas povo indígena Pankará (PE) e da demissão de professoras homossexuais pela Prefeitura Municipal de Campo Grande. Articulada ao relator especial da ONU, Vernor Muñoz, contribui para o processo de avaliação da Conferência Internacional de Durban (2001) contra o Racismo, Xenofobia, Intolerância e Formas de Discriminação Correlatas.

GT Interministerial para o Plano Nacional de Implementação da lei 10.639/2003

Como já relatado no relatório de 2007, a Ação Educativa foi convidada a participar, junto com entidades representativas do movimento negro no país, de um Grupo de Trabalho Interministerial que ficou responsável pela elaboração de um Plano Nacional de Implementação da lei 10.639/2003, que institui a obrigatoriedade do ensino da cultura africana e afro-brasileira na educação básica. A equipe responsável participou de várias reuniões presenciais e telefônicas com os outros integrantes do grupo, produziu dezenas de versões do Plano que dialogaram com as propostas resultantes dos seis Diálogos Regionais realizados pelo país no primeiro semestre de 2008 e que reuniram mais de 700 pessoas.

O grande desafio do Plano é contribuir para o processo de institucionalização da lei 10.639 nos sistemas municipais, estaduais e federal de educação, possibilitando a superação de um quadro marcado por experiências e programas pontuais que não dialogam com as políticas educacionais estruturantes (formação, avaliação, materiais didáticos e paradidáticos etc).

A proposta de Plano Nacional foi entregue ao Ministro da Educação Fernando Haddad em audiência realizada no dia 20 novembro de 2008, dia da Consciência Negra, com presença de integrantes do GT Interministerial. O Ministro se comprometeu que daria retorno sobre a

¹⁹ CARNEIRO, Suelaine e CARREIRA, Denise. *Nove meses depois – o que mudou? Informe de Seguimento sobre o Relatório referente à violação dos direitos educativos no Complexo do Alemão (RJ)*. Rio de Janeiro: Plataforma DhESCA Brasil. 2009. (texto disponível para download em www.acaoeducativa.org e www.dhescabrasil.org.br).

proposta do Plano Nacional até o início de março. Após expirado este prazo, Ação Educativa e Ceert enviaram carta ao MEC cobrando posicionamento. O Ministério alegou que faria o lançamento público da proposta no dia 21 de março, dia nacional de combate à discriminação racial, após ajustes no texto. Na véspera do lançamento, o Ministério informou que não havia conseguido concluir o documento e apontou a data de 13 de maio como prazo para a divulgação do documento. A data remete à abolição da escravização no Brasil e é considerada um dia de luta contra o racismo pelo movimento negro.

O silêncio dos professores – Campanha *Fala Educador! Fala Educadora!*

Como descrito no relatório de atividades de 2007, o trabalho do Observatório da Educação junto a jornalistas fez emergir a questão do cerceamento da liberdade de expressão de professores, que se sentem intimidados a expressar publicamente suas opiniões, por medo de represálias, inclusive dada a vigência de uma lei existente em diversos estados, conhecida como “lei da mordaca”, que coíbe a livre expressão de funcionários públicos sobre seu campo de trabalho.

Em 2008, o Observatório da Educação deu continuidade a atividades relacionadas a esse tema. Já no início do ano, participou da organização do “Sábado-Feira”, vinculada ao processo Fórum Social Mundial, realizando roda de conversa sobre “O silêncio do professorado na educação”. Na ocasião foi entregue a Vernor Muñoz, relator especial da ONU para o direito à educação, o dossiê e o abaixo assinado produzidos pela Ação Educativa, Artigo XIX e Sindicatos dos Professores do estado de São Paulo, relatando as situações de cerceamento de liberdade de expressão dos profissionais da educação.

Em outubro, promoveu em debate sobre o tema que marcou a nacionalização da campanha “Fala Educador! Fala Educadora!”, com a adesão da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) ao movimento, consequência da mobilização iniciada no ano anterior. No período também foi constituído um blog (<http://www.livreacesso.net/campanha/taxonomy/term/12>) da Campanha, cujo objetivo é, de um lado, divulgar informação que subsidie e apóie as iniciativas locais para identificação e superação dos entraves legais à liberdade de expressão dos profissionais da educação. De outro, o blog estimula o envio de depoimentos e denúncias, material que será utilizado como base para um dossiê nacional sobre o tema.

Debates e Publicações Desafios da Conjunta

Visando fortalecer os atores sociais envolvidos com a problemática educacional no país, o Observatório da Educação também deu continuidade à promoção de debates sobre temas em disputa na conjuntura, com a participação de gestores públicos, educadores, pesquisadores, representantes de movimentos sociais, sindicatos e jornalistas. Os debates da série *Desafios da Conjuntura* abordaram os seguintes temas: *Mudanças na educação paulista* (abril); *Balanço e perspectivas do Ensino Médio no Brasil* (junho) e debate *Fala Educador! Fala Educadora* (outubro). Os três debates geraram publicações na série de cadernos com o mesmo nome. Além disso, foi produzido um caderno da série *Em Questão*, sobre o ensino médio, baseado em estudo mais aprofundado sobre o tema.

Todas as publicações são distribuídas a jornalistas de diferentes estados, membros do Conselho Nacional de Educação, Conselho Estadual de Educação de São Paulo e Conselho Municipal de Educação da capital paulista; membros das Comissões de Educação do Congresso Nacional, Assembléia Legislativa de São Paulo e Câmara de Vereadores de São

Paulo. Recebem também grupos que têm interesses temáticos específicos. No caso das publicações sobre as restrições à liberdade de expressão do professorado e as mudanças na política educacional do estado de São Paulo, foi dada prioridade à distribuição para grupos de professores, sindicatos e organizações da sociedade civil que atuam no monitoramento da educação paulista. As publicações sobre ensino médio, por sua vez, foram enviadas aos gestores dos 27 estados e do Distrito Federal responsáveis pelas políticas do ensino médio; membros do GT de Ensino Profissionalizante do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) da presidência da República.

Por fim, para ampliar a capacidade da difusão da informação, foi adotada a prática da transmissão ao vivo pela internet de debates e seminários, com interpretação de Libras.

Nesse ano, o Observatório da Educação também inaugurou uma nova estratégia visando a qualificação do debate público na área educacional, voltada ao tratamento de temas emergentes, sobre os quais há pouco acúmulo e é necessário aprofundar o debate entre os diferentes atores sem polarizar precocemente as posições políticas sobre a questão. Com esse espírito, criou-se a modalidade *Conversa Informada*. Nela tratou-se o tema da rotatividade dos profissionais da educação na rede pública estadual de ensino, tema que foi fortemente alardeado pela imprensa como um dos fatores responsáveis pela má qualidade do ensino. Apesar de reconhecer que de fato a instabilidade das equipes escolares é um fator que dificulta o desenvolvimento de um trabalho pedagógico conseqüente, considerávamos que os professores não poderiam ser culpabilizados como estava ocorrendo no tratamento dado na mídia. O evento foi uma reunião fechada com a participação de gestores/as, pesquisadores/as, ativistas da sociedade civil e sindicatos. Os participantes receberam pesquisa realizada pelo Observatório da Educação sobre o tema e, ao final, depois de muita discussão, gravaram depoimento que foi disponibilizado em meio virtual.

GT Educação do Movimento Nossa São Paulo

O grupo, que se organizou no ano passado, no continuou realizando reuniões regulares, integrando as iniciativas do Movimento Nossa São Paulo (MNSP) e encaminhando as agendas específicas da área. Além da Ação Educativa, que acolhe a coordenação executiva, participam regularmente as ONGs Cenpec, Avisa lá, Gueledés, CEERT, CDHEP, Associação Monte Azul, Cooperapic, Aprendiz, Brasil 21, além de representante do Fórum de Educação Inclusiva. O grupo definiu como objetivos:

- apresentar e aprimorar coletivamente um diagnóstico sobre a situação da educação no município de São Paulo, levando em conta os acúmulos dos movimentos e organizações sociais, instituições de pesquisa e organismos governamentais;
- definir uma agenda de prioridades educacionais do Movimento Nossa São Paulo: Outra Cidade para fazer frente às discussões sobre educação no processo eleitoral municipal 2008;
- discutir propostas que permitam o aprimoramento do controle cidadão em educação e colaborem para a elaboração de um Plano Municipal de Educação com base em um processo participativo amplo, envolvendo escolas e comunidades.

O ano foi marcado pela intensidade de atividades. O grupo promoveu cinco reuniões temáticas, envolvendo outros parceiros: em abril, sobre o Plano Municipal de Educação, com os sindicatos de trabalhadores em educação, e sobre educação infantil, com o Fórum Paulista de Educação Infantil, Fórum de Entidades Conveniadas e Movimento Creche para Todos, em

agosto, sobre educação profissional, com o Fórum de Educação da Zona Leste e sobre educação inclusiva, com o Fórum Paulista de Educação Inclusiva.

O grupo também participou do I Fórum do MNSP, sistematizando as propostas saídas do I Encontro Educação para uma Outra São Paulo, promovido pelo grupo em 2007, integrando-as com as propostas encaminhadas pela população através do site do movimento. Com base nesse conjunto, foi elaborado um documento síntese com 14 propostas abrangentes, que correspondem às bandeiras do Movimento.

O grupo também promoveu um debate com representantes dos candidatos à prefeitura de São Paulo, que confrontaram seus programas de governo com as propostas do Movimento. Com base no material coletado pelo GT Câmara, do Movimento, fez-se também a leitura crítica e discussão dos projetos de lei em tramitação da Câmara Municipal. Realizaram-se também reuniões com o Tribunal de Contas do Município, com coleta de subsídios para a análise da proposta do Executivo para o Orçamento. O grupo elaborou emendas a essa proposta orçamentária, apresentou-as na Câmara, acompanhou audiências públicas e votações.

Finalmente, liderou a articulação com os sindicatos para pressionar a Secretaria Municipal de Educação a desencadear um processo participativo de elaboração de um Plano Municipal de Educação. A elaboração de tal Plano está prevista em lei federal desde 2001 mas vem sendo postergada por sucessivas gestões no executivo.

Plano Municipal de Educação (PME)

Denise Carreira, assessora da Ação Educativa, foi escolhida pelas organizações que integram o GT Educação do MNSP para representá-lo no processo de construção do Plano. Tal mandato foi exercido de forma propositiva, buscando a articulação de alianças políticas que permitam avanços concretos na agenda. Em decorrência dessa postura, conseguiu-se a convocatória pública (publicada no Diário Oficial do Município) e a instalação da comissão organizadora da construção participativa do Plano Municipal de Educação em agosto. Foram dezenas de reuniões para chegar a este momento. De acordo com proposta apresentada por Ação Educativa, foram criadas duas comissões para construir o processo do Plano: a organizadora e a executiva. A Comissão Organizadora é composta por cerca de cem instituições governamentais e da sociedade civil, funciona em caráter de plenária com reuniões mensais. Essa comissão aprecia propostas vindas da Comissão Executiva, que é composta por 24 pessoas eleitas da Comissão Organizadora e que representam os seis segmentos que compõem a Comissão Organizadora. A Comissão Executiva, por sua vez, é responsável por organizar o processo, elaborar a proposta metodológica e dos materiais necessários, além de outros aspectos vinculados à viabilização do processo. Ela se reúne quinzenalmente.

Depois de forte pressão do GT Educação do MNSP, em abril de 2009, foi criada pela Secretaria Municipal de Educação uma secretaria-executiva do PME em caráter provisório, composta por três profissionais de carreira da Secretaria Municipal de Educação. A secretaria-executiva será responsável por implementar as decisões das Comissões Organizadora e Executiva. Toda essa estrutura de governança (Comissão Organizadora e Comissão Executiva) se fez necessária para viabilizar politicamente o processo de construção do Plano.

Até o momento, os conflitos não foram poucos com relação às definições metodológicas, funcionamento das comissões, orçamento previsto no processo, indefinições por parte da

Secretaria de Educação, envolvimento das redes estaduais e federais de educação, mas passos foram dados no sentido de que o processo comece a ser implementado no segundo semestre de 2009 com a etapa da discussão nas escolas e comunidades.

Movimento Creche para Todos

No final de 2007, a Ação Educativa, junto a outras organizações sociais que atuam na cidade, articulou o Movimento Creche para Todos (MCPT), que visa a ampliação com qualidade da educação infantil no município, com priorização de áreas com maior vulnerabilidade social. Por um lado, o movimento fomenta a mobilização social para reivindicar ampliação e qualidade nessa fase educacional, o que é feito por meio de um cadastro de demanda não atendida, organizado e alimentado pelo próprio movimento. Por outro, busca permanentemente a interlocução com os poderes públicos, capazes e responsáveis por transformar a realidade da educação infantil na cidade.

As iniciativas junto ao Poder Judiciário estão entre as principais estratégias do Movimento e contam com o apoio do Programa Ação na Justiça (ver Meta 4 da área Educação). Paralelamente, e também com o envolvimento da equipe do Programa, o MCPT também vem atuando junto ao Poder Legislativo. Em 11 de junho de 2008, numa audiência que marcou o lançamento do movimento na Câmara Municipal, foi constituído o Fórum de Discussão sobre Educação Infantil no Município de São Paulo, em uma ação conjunta da Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Segurança Pública e Relações Internacionais e com a Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Juventude da Câmara Municipal de São Paulo com o MPCT. Este Fórum realizou mais quatro reuniões ao longo do segundo semestre de 2008. Além disso, o movimento também participou da discussão sobre o orçamento de educação infantil, em audiência realizada no dia 17 de novembro. Cadastro da sociedade civil *versus* cadastro oficial; demanda legal, oficial e social por educação infantil; ordem de atendimento na rede da Prefeitura; problemas de acesso; questões sobre a qualidade do atendimento; o sistema de informações sobre a demanda; o esforço governamental na área e o orçamento para educação infantil; bem como estratégias de mobilização social são alguns dos temas que foram discutidos ao longo dos encontros.

As ações no Poder Judiciário e no Poder Legislativo tinham por objetivo impulsionar ações do Poder Executivo em relação à educação infantil. O diálogo direto com o Poder Executivo, porém, não havia sido constituído apesar das tentativas de reunião formuladas por meio de petições administrativas encaminhadas à Secretaria Municipal de Educação no início do ano (17 e 18 de abril; 27 de junho de 2008). Ao final do ano (26/11), a Secretaria participou de uma das reuniões do Fórum na Câmara e, a partir desta reunião, foi constituído um grupo de trabalho junto ao referido órgão, por meio do qual o MCPT poderia apresentar suas posições e questionamentos. Três foram os encontros realizados desde então: (05/12/2008; 03/02/2009 e 10/03/2009).

Finalmente, em paralelo à mobilização social por meio do cadastro de crianças que têm seus direitos à educação infantil violados, à interlocução com os poderes públicos, o MCPT desenvolve uma bem-sucedida estratégia de comunicação e difusão de sua pauta e reivindicações na mídia impressa e falada. Diferentes reportagens foram publicadas e realizadas sobre a falta de vagas e os problemas de qualidade da educação infantil ao longo de 2008.

Balanço dos resultados e perspectivas

Como se pode constatar nesse relato de atividades, a participação da Ação Educativa em articulações que visam influenciar as políticas educacionais foi intensa nos três planos: internacional, nacional e local. Esse enraizamento nos problemas e movimentos sociais da cidade foi uma meta conscientemente perseguida e alcançada no período.

Ação Educativa teve um papel fundamental nas articulações para a Confinteia, tanto no nível nacional quanto no internacional, tanto na articulação política quanto na produção técnica. A intervenção no processo de avaliação da Conferência de Durban também possibilitou a internacionalização da atuação da organização no que se refere ao tratamento das relações raciais na educação.

A atuação na Coneb também foi intensa e, em que pese as limitações do processo de construção da Conferência, explicitadas em artigo publicado no Informe Abong, no final de 2007, entendemos que ela representou um passo importante rumo à Conferência Nacional de Educação, que ocorrerá em abril de 2010 em Brasília. A Relatoria pelo Direito à Educação também se destacou pela capacidade de articulação com atores chave, estabelecendo uma importante referência para o projeto Relatores como um todo.

A participação de representante da Ação Educativa no Grupo de Trabalho Interministerial responsável pela redação do Plano Nacional de Implementação da lei 10.639/2003 também mostra o reconhecimento do papel da instituição nas lutas relacionadas a essa agenda. Dando continuidade a essa iniciativa, a Ação Educativa, Ceert, Ceafro, Unesco e Universidade Federal de São Carlos planejam realizar um evento ainda no segundo semestre de 2009 para discutir com lideranças do movimento negro e do movimento indígena estratégias articuladas de pressão para implementação do Plano Nacional de 10.639 e da lei 11.645, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura indígena brasileira em toda a educação básica.

Quanto à mobilização em torno do “Silêncio dos Professores”, ainda que não se tenha logrado revogar a lei do silêncio, as iniciativas lideradas pela equipe do Observatório da Educação foram consideradas positivas, pois colocam o tema na agenda pública de debates, como demonstram as inúmeras reportagens produzidas sobre o tema; e intensa reprodução das informações divulgadas no site do Programa.

A estratégia de promoção de debates e publicações sobre temas candentes da conjuntura educacional, por meio da série Desafios da Conjuntura permitiu que o Observatório ampliasse e consolidasse alianças com atores chaves na luta por direitos educativos. A adoção de novas formas nas atividades de debates, notadamente a “Conversa Informada”, é avaliada como bastante promissora, uma vez que permitiu diálogo bastante franco entre os diferentes atores, inclusive em termos de partilha de responsabilidades. Trata-se de um formato que pode ser replicado por outros programas da instituição em diversas situações e temas. Fica o desafio de ponderar sobre nossa capacidade de reagir às provocações surgidas nesses encontros. No caso da rotatividade docente, entretanto, não tivemos fôlego institucional para animar e participar da pesquisa proposta para produzir dados confiáveis sobre a situação docente, no que se refere à sua distribuição física entre as escolas.

Também, a decisão de transmitir eventos ao vivo, pela internet, com interpretação de Libras, traz desafios institucionais de diversas ordens. Dar seqüência a esta iniciativa parece inevitável, uma vez que verificamos o crescente interesse do público em acompanhar à

distância. Mas fica o desafio de adequar a infraestrutura e viabilizar a constituição de uma equipe para atuar neste campo.

Finalmente, o investimento em consolidar a presença da Ação Educativa no plano local teve resultados significativos. A atuação do GT de Educação do MNSP conseguiu chamar a atenção dos candidatos à prefeitura, que tanto acorreram ao debate promovido pelo movimento quanto acolheram algumas de suas bandeiras nos programas de governo. O grande desafio, nesse sentido, é conseguir que as promessas realizadas na campanha se efetivem, com o necessário aumento de recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino no orçamento do município.

Nesse aspecto, é extremamente relevante o esforço feito e os passos dados em relação à construção participativa de um Plano Municipal de Educação, que estabeleça metas com os quais as administrações públicas, os movimentos e as comunidades escolares se comprometam. O Plano de Educação da Cidade de São Paulo deve definir as metas decenais para a educação no município envolvendo as redes municipal, estadual, federal e privada de ensino. Em conjunto com outras entidades (ongs, sindicatos, associações, movimentos sociais etc), estamos atuando para que a experiência de construção seja uma referência para todo o país e para a Campanha Nacional pelo Direito à Educação que tem, como uma de suas pautas estratégicas, a construção participativa de planos municipais e estaduais de educação. A previsão é que mais de um milhão de pessoas participe nas diferentes etapas (comunitária/escolar, setor, regional e municipal) de construção do Plano.

O Movimento Creche para Todos também abre novas perspectivas de atuação no plano local, a partir de uma das problemáticas educacionais que mais tem mobilizado os grupos populares, os que são mais afetados pelo déficit de atendimento nessa modalidade. As ações do movimento no ano evidenciam o potencial de se combinar a estratégia de ação judicial com ações junto ao executivo, ao legislativo e a mídia.

Espaço de Cultura e Mobilização Social

Essa área programática tem como referência principal o sexto objetivo estratégico estabelecido nesse Plano Trienal:

- Fortalecer a produção artística de grupos originários e atuantes nas periferias urbanas, visando a afirmação de suas identidades, a democratização do acesso a novos circuitos de produção e circulação cultural, o fomento de uma cultura de solidariedade e cidadania.

Esse objetivo expressa a intenção da Ação Educativa de dar maior organicidade ao seu programa de ação cultural, em diálogo com as outras áreas programáticas da instituição – Educação e Juventude – e com outras organizações da sociedade civil.

A crescente ênfase nas atividades fins, relacionadas ao fomento à cultura de periferia, suplantaram nesse período as metas relacionadas a atividades meio (de prestação de serviços e utilização dos espaços da sede) que caracterizaram essa área em períodos anteriores, como se poderá observar nos relatos de atividades e balanços que se seguem.

META 1

TER AMPLIADO EM 20% A FREQUÊNCIA AO ESPAÇO E QUALIFICADO OS SERVIÇOS OFERECIDOS A PESSOAS, GRUPOS E ORGANIZAÇÕES QUE PROMOVEM DIREITOS HUMANOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS, CULTURAIS E AMBIENTAIS, ALCANÇANDO UM PÚBLICO DE 34 MIL PESSOAS AO ANO EM 2009.

Atividades e produtos

Mantivemos mesmo patamar de frequência nos eventos promovidos no Espaço de Cultura, recebendo aproximadamente 26 mil pessoas em eventos promovidos pela própria Ação Educativa ou por outras organizações às quais o espaço foi locado ou cedido. Inaugurou-se no período a transmissão ao vivo de um evento promovido pelo Observatório da Educação via Internet, o que poderá amplificar consideravelmente o alcance dos eventos realizados nesse espaço.

Outra forma de expansão para além da sede da Ação Educativa de nossas parcerias com grupos que promovem eventos relacionados às nossas temáticas foi a co-realização, com a Preta Miltimídia, da VII Feira Preta, que explora expressões e iniciativas do universo afro-brasileiro. Realizado no Palácio das Convenções do Anhembi, o evento atraiu um grande público e consolidou a iniciativa como a maior do Brasil.

Com relação à mobilização de recursos com a locação das instalações do Espaço, foram levantados R\$ 19.800,00. Houve, portanto, uma variação negativa importante já que em 2006 foram arrecadados R\$27.300,00 e em 2007 R\$29.600,00. Como foi dito acima, o público se manteve estável. Essa queda na arrecadação de recursos se deu ao fato de o Sindicato dos Jornalistas, nosso principal parceiro comercial, ter cancelado uma série de cursos programados.

Balanco dos resultados e perspectivas

A ampliação do uso do espaço assim como de recursos gerados com locação deixaram de ser meta prioritária do Espaço de Cultura, que cada vez mais se dedica a suas atividades programáticas, relacionadas à Cultura de Periferia. Nesse contexto, o principal ganho que observamos em relação à essa meta é uma melhor utilização do espaço para atividades programáticas da Ação Educativa, em especial as do Observatório da Educação, e as de parceiros relacionados aos núcleos culturais (ver meta 2).

Por outro lado, a medida que a equipe que antes cuidava do Centro cada vez mais se dedica ao Programa de Cultura, será necessário instituir as novas lideranças que cuidarão do espaço na sua dimensão de serviços, tanto para os Programas quanto para o público externo.

META 2

TER ESTRUTURADO QUATRO NÚCLEOS CULTURAIS GRAFFITI, LITERATURA PERIFÉRICA, HIP HOP E RODAS DE SAMBA.

Atividades e produtos

Essa meta já havia sido alcançada já em 2007. Em 2008, esses quatro núcleos se consolidaram e a eles foram acrescentados mais dois: Cinema e Vídeo e Cultura Livre. O núcleo Cinema e Vídeo congrega cerca de 12 grupos juvenis ativistas que atuam com audiovisual e o de Cultura Livre que agrega diversos grupos de ativistas, a maioria ligados à Universidades e que defendem a livre circulação da cultura e do conhecimento. Cada um dos seis é animado por vários grupos artísticos ou coletivos de comunicadores parceiros, tendo em sua programação a realização de um grande evento no ano, ao lado de uma programação de eventos menores, mais ou menos regulares.

O Núcleo de Graffiti realizou novamente com sucesso do Dia do Graffiti, no qual foi renovado o painel coletivo e as pinturas na entrada da Ação Educativa, inaugurando uma exposição de obras em tela realizadas por grafiteiros, além disso, foram realizadas intervenções de rua nas cinco regiões da Capital, mobilizando mais de cem grafiteiros de São Paulo e região Metropolitana. Com relação à esse tipo de manifestação artística, a Ação Educativa também participou de um projeto bastante interessante, no qual se envolveram alguns artistas do núcleo. Trata-se do Projeto Arte em Toda Parte, realizado em parceria com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de São Paulo (CDHU), no qual foram capacitadas 60 pessoas nas técnicas do graffiti. Essas pessoas, após a formação, realizaram uma série de intervenções no Bairro Jardim Santo André na periferia do Município de Santo André, exercitando a arte pública num contexto de exclusão social profundo. A experiência, recortada por acontecimentos comuns às periferias, como a interferência do crime organizado e de incidentes de violência, mas resultado numa efetiva intervenção urbanística local permitiu uma rica reflexão sobre as condições e possibilidades de uma estética da periferia.

O Núcleo de Hip Hop, por sua vez, além de realizar pelo nono ano consecutivo a Semana de Cultura Hip Hop, fez também o I Encontro de DJs da Região Metropolitana de São Paulo, que aconteceu no Centro Cultural São Paulo.

Outras importantes iniciativas inauguradas neste ano que contribuem para o fortalecimento de grupos envolvidos com o Hip Hop foram o *Sarau do Rap* e o *Suburbano no Centro*. O Sarau do Rap foi integrado à programação do Espaço de Cultura; ocorreu uma vez por mês,

sob a coordenação do poeta Sérgio Vaz, promovendo o exercício da criação poética do RAP. O Suburbano no Centro é um evento co-realizado com o produtor e apresentador de TV Alessandro Buzo da Suburbano Convicto e que reuniu em oito sessões, 80 grupos de rap, sempre 10 em cada noite, atraindo um público de 80 pessoas em cada encontro. Esse evento amplia a inserção da Ação Educativa no movimento Hip Hop pra além da tradicional Semana de Cultura Hip Hop, além de abrir um importante espaço para os jovens que ainda não estrearam nos palcos.

O Núcleo de Literatura apoiou a publicação de 4 livros: *Te Pego Lá Fora*, de Rodrigo Ciriaco; *Meninos do Brasil*, de Marcio Batista; *Pelas Periferias do Brasil Vol. II* e a coletânea de contos e poemas infantis, *Segredo no Céu da Boca*. Em parceria com a Cooperifa, um dos mais importantes movimentos da literatura de periferia no país, a Ação Educativa promoveu a Mostra Cultural da Cooperifa, evento que explorou as possibilidades de diálogo da literatura com as demais linguagens artísticas.

O Núcleo de Rodas de Samba, por sua vez, superou a meta: realizou 9 sessões do Samba de Comunidade quando o previsto eram 4. Este Núcleo inovou no evento comemorativo do Dia do Samba, ao realizar o evento em 4 dias em locais fechados, a sede da Ação Educativa e Centro Universitário Maria Antonia da USP, com sessões de filmes e o lançamento do documentário Cidadão do Samba, sobre o lendário sambista Osvaldinho da Cuíca.

O Núcleo de Cinema e Vídeo realizou encontros de formação em linguagem audiovisual em bairros da periferia de São Paulo a partir de demandas dos próprios grupos que dele fazem parte. Esses mesmos grupos viabilizaram uma série de eventos também na periferia paulistana, mas não conseguiu viabilizar o Cineclube África-Brasil, como tinha sido planejado no início do ano.

O Núcleo de Cultura Livre integrou o Canal Motoboy em sua dinâmica de discussão, mas não viabilizou as oficinas e o Portal que dependiam de projeto que não foi aprovado. O Canal Motoboy é um coletivos de motoboys que, munidos de equipamentos de telefone celular de última geração, fotografam e filmam situações do cotidiano da vida urbana e postam esse conteúdo num site acrescentando às imagens comentários deles.

Finalmente, a Agenda Cultural da Periferia, guia que traz eventos relacionados às seis áreas de atuação dos núcleos continuou sendo produzida e distribuída, cumprindo um importante papel de fomento à cultura produzida nas periferias paulistanas. Em 2008, foram 11 edições, com 10 mil exemplares cada uma, distribuídas em mais de 70 pontos. Além disso, nesse ano, foi posta no ar sua versão eletrônica, que além de viabilizar a divulgação de um número maior de eventos, aumenta consideravelmente o público usuário. Atualmente, a Agenda é uma das áreas mais acessadas no site da Ação Educativa.

Balanço dos resultados e perspectivas

A quantidade crescente de eventos artísticos anunciados na Agenda Cultura da Periferia e concomitante aumento de usuários dessas informações evidencia o potencial desse tipo de manifestação como forma de afirmação da identidade, luta contra a exclusão, ampliação da noção de direitos e mesmo alternativa de geração de renda para as comunidades empobrecidas que habitam as periferias da região metropolitana de São Paulo. Trata-se um movimento molecular, que começa a ganhar cada vez mais visibilidade. A realização de eventos regulares com a participação da Ação Educativa, alguns deles ocorrendo na sua sede, mostra que a instituição vem sendo cada vez mais reconhecida por esses grupos artísticos como

parceira legítima, que de fato agrega valor às atividades que os grupos realizam. Com parcerias como a do CDHU, por exemplo, a atuação do Programa de Cultura e Mobilização Social extrapola os artistas diretamente ligados aos núcleos, envolvendo maior número de pessoas.

META 3

TER PROMOVIDO PROGRAMAÇÃO REGULAR DE OFICINAS, CURSOS E PALESTRAS EM ARTE-EDUCAÇÃO, ENVOLVENDO 400 EDUCADORES AO ANO, APROXIMADAMENTE 25% A MAIS QUE EM 2005.

Atividades e produtos

Com a intensificação das ações dos núcleos de cultura de periferia, vários deles promovendo eventos regulares na sede da Ação Educativa, não se faz mais uma programação independente e paralela no campo da arte-educação. Por outro lado, a arte-educação ampliou enormemente seu espaço na Ação Educativa com um projeto iniciado esse ano: o Arte na Casa. Trata-se de um convênio da Ação Educativa com a Fundação Casa, antiga Fundação do Bem Estar do Menor (FEBEM), cujo objetivo é a realização de oficinas de arte e cultura para 1204 adolescentes que cumprem medida sócio-educativa em 13 unidades de internação da Região Metropolitana de São Paulo. No âmbito desse programa, Ação Educativa integrou 20 arte-educadores aos seus quadros e oferta a eles formação pedagógica contínua. Além disso, atende diretamente 1200 adolescentes em conflito com a lei que cumprem medida sócio-educativa em regime fechado. Para cumprir este convênio, Ação Educativa desenvolveu um Plano de Trabalho todo centrado na produção cultural da periferia, extraído dela o conteúdo das atividades bem como os educadores/artistas que dão as oficinas, workshops e eventos. Nossa idéia é que, ao sair, os adolescentes tenham uma referência de engajamento no movimento cultural na sua comunidade, onde possam dar continuidade ao aprendizado que tiveram quando estavam em regime de reclusão.

Balanco dos resultados e perspectivas

O trabalho junto a adolescentes privados de liberdade com base no fazer artístico com interação com os movimentos da cultura de periferia em São Paulo mostrou ser uma alternativa promissora diante de um contexto onde normalmente impera a violação dos direitos humanos. A decisão de assumir essa parceria com a Fundação Casa foi intensamente discutida com a Diretoria e colegiado da Ação Educativa, que consideraram só valer a pena se fosse tanto para denunciar atos de violência observados pelos educadores como para buscar de forma criativa formas de educar a partir da arte e do engajamento em movimentos culturais. A integração da arte-educação com os movimentos culturais das periferias são uma forma de criar sinergias positivas entre as diversas frentes de trabalho assumidas por esse recém criado Programa.

Finalmente, cabe destacar que a formalização do convênio com a Fundação Casa foi também um grande desafio, que a Ação Educativa vem enfrentando com o objetivo de estabelecer novos referenciais administrativos que viabilizem parcerias transparentes entre órgãos públicos e ONGs, de modo a que eles passe a promover a cooperação e fortalecimento das capacidades e identidades das partes.

Gestão e Desenvolvimento Institucional

A área de Gestão e Desenvolvimento Institucional (GDI) reúne a Coordenação Geral, o Setor de Administração e Finanças (SAF) e o Setor de Comunicação e Informação. Além de apoiar e favorecer a integração e o desenvolvimento dos projetos realizados pela instituição, a Coordenação Geral é responsável por zelar pelos mecanismos de governança – em especial da relação entre o corpo funcional, Diretoria e Assembléia de Sócios. É também responsável pela representação institucional junto a órgãos de governo, agências de cooperação e outras organizações da sociedade civil. Ela conta com a assessoria de um colegiado consultivo, escolhido entre coordenadores de programas, setores ou projetos, que auxilia nas atividades de representação, gestão cotidiana e tomada de decisões estratégicas.

Ao realizar a representação institucional da Ação Educativa especialmente junto a articulações da sociedade civil, a área de Gestão e Desenvolvimento Institucional assume com atenção especial um objetivo institucional que é transversal e compartilhado com as áreas programáticas:

- Fortalecer e qualificar a participação das ONGs como atores sociais relevantes na construção de uma sociedade justa e democrática, na qual se efetivem na sua integralidade os direitos humanos, sociais, econômicos, culturais e ambientais.

Nesse sentido, o GDI estabelece uma meta fim relacionada a esse objetivo, a primeira elencada abaixo, enquanto as demais são metas de gestão, relacionadas à qualidade dos processos de administração e desenvolvimento institucional, tendo em vista a eficiência, a transparência, a representatividade e a sustentabilidade.

META 1

TER PARTICIPADO DE INICIATIVAS DE ARTICULAÇÕES DE ONGS NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, SOCIAIS, ECONÔMICOS, CULTURAIS E AMBIENTAIS E NO COMBATE ÀS DESIGUALDADES.

Atividades, produtos, resultados e perspectivas

Fórum Social Mundial

Ação Educativa continua participando da Comissão Organizadora Brasileira – COB e apoiando as entidades que deram início a este processo. Durante o ano de 2008, ajudou no processo preparatório do FSM de Belém 2009.

PAD

No último ano, nossa contribuição particular se deu no desenvolvimento do novo plano de trabalho. Estamos participando do Regional Sudeste e do GT Direitos Humanos e Desenvolvimento

Grupo Pedras Negras

O grupo definiu três temas que foram aprofundados em três encontros realizados durante o ano: o papel da ONGs no contexto mundial (globalização, relações Norte / Sul, paradigma de desenvolvimento), a radicalização da democracia (o contexto político das ONGs no Brasil, limites e possibilidades da democracia participativa) e cooperação internacional e sustentabilidade das ONGs (as mudanças nas agências de cooperação européias, novas estratégias de

financiamento das ONGs, acesso a fundos públicos). Num último encontro, o Grupo conseguiu definir seus objetivos e perspectivas de futuro, estabelecendo diretrizes para um plano de ação que deve ser desenvolvido em 2009.

O grupo definiu como objetivos que devem nortear sua institucionalização e programação para 2009:

- Produzir coletivamente um pensamento estratégico, voltado para a ação política transformadora, pensamento de caráter civil, republicano e cidadão
- Ser uma referência coletiva de cidadania ativa em termos de visão e pensamento, com capacidade de controle social e advocacy, tanto no Brasil como na região e no mundo.
- Criar novas bases de sustentabilidade política e financeira das organizações brasileiras integrantes do coletivo e, extensivamente, das organizações do campo de que fazemos parte.

Como prioridades temos:

- Priorizar a incidência como coletivo e como organizações individuais no debate público, na cultura e na formação da agenda política da sociedade como um todo
- Criar um consórcio de entidades tendo como base este acordo programático.

O GPN também definiu que não se propunha a criar uma institucionalidade que viesse a ser a Oxfam Brasil, mas se propôs a colaborar para a sua instalação no Brasil, caso essa fosse a decisão mantida pela Oxfam Internacional.

ABONG

Participamos de três reuniões ordinárias do regional São Paulo e uma reunião do Conselho Diretor da ABONG Nacional. Contribuímos na formulação do projeto para levantamento do perfil de financiamento privado às ONGs associadas e negociamos seu financiamento junto à Oxfam. Participamos também da organização do evento de lançamento do livro *Mobilizar para Transformar* publicado pela Oxfam em parceria com a Editora Peirópolis, evento realizado em agosto.

Como representantes da Abong, participamos do Comitê Organizador do Prêmio Paulo Freire na Câmara Municipal, de reuniões da Comissão do Direito do Terceiro Setor da OAB/SP e de seis reuniões do Conselho da Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, cujo mandato se encerrou em dezembro de 2008.

Participação no Conselho Nacional de Desenvolvimento Social (CDES)

Sergio Haddad, coordenador geral da Ação Educativa, continuou participando das atividades regularmente.

Plataforma DhESCA Brasil

Em 2008, fomos reconduzidos à coordenação colegiada da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais – Plataforma DhESCA Brasil. Dando seguimento ao mandato anterior, nossa atuação na Plataforma tem se pautado no apoio ao processo de renovação e mudanças pelo qual passa a rede, que, a partir de seu novo trienal, passou a adotar uma gestão mais centralizada de suas iniciativas, antes dispersas em várias instituições. Também tem tomado grande relevância no último período o processo de avaliação e reestruturação das relatorias nacionais de direitos, o que culminará com os novos editais de seleção a serem divulgados em 2009.

Atuamos também representando a Plataforma em diálogos com o poder público e entidades da sociedade civil, além de continuar exercendo a representação da rede junto à coordenação dos processos de elaboração do Contra-informe ao Comitê DESC e do Relatório Periódico sobre a Implementação dos Direitos Humanos no Brasil. Esta articulação foi responsável pela preparação do relatório alternativo a ser analisado em maio de 2009 pelo Comitê Desc da ONU.

Outra iniciativa que mereceu nosso apoio foi a integração ao Grupo de Trabalho sobre a Justiciabilidade dos Direitos Humanos no Brasil, fundado em seminário sobre a temática proposto pela organização Terra de Direitos e que tem como objetivo retomar, com o enfoque sugerido, um papel ativo da sociedade civil no controle do Poder Judiciário e de suas decisões. Uma série de articulações e iniciativas deste grupo está programada para o próximo período: publicações, debates públicos, interlocução como organismos estatais etc.

Movimento Nossa São Paulo, Outra Cidade

Sergio Haddad continuou participando do colegiado de coordenação. Entre as diversas atividades realizadas pelo Movimento em 2008 estão: aprovação na câmara municipal (fevereiro) emenda que compromete prefeitos a apresentar plano de metas para a cidade; dia mundial sem carro (22 de setembro), debates voltados à eleição municipal de 2008 e encontros com os candidatos; 1º Fórum Nossa São Paulo para uma cidade justa e sustentável (15 a 18 de maio); Encontro conexões sustentáveis São Paulo x Amazônia (15 a 18 de outubro)

Selo Imprensa Social da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo

Ação Educativa continuou participando regularmente das reuniões para seleção de obras de ONGs a serem impressas no Programa

Pacto Nacional Um mundo para a criança e o adolescente do Semi-árido

Continuamos acompanhando a distância as ações articuladas pelo Pacto mas, em 2008, a Ação Educativa não se envolveu diretamente nas atividades.

Fórum Nacional de Participação Popular

Só foi possível realizar um acompanhamento à distância dessa articulação, que no ano promoveu um seminário nacional e reuniões em Brasília, desenvolveu uma nova plataforma e elaborou cartilha.

META 2

TER PROMOVIDO A GESTÃO COMPARTILHADA, EFICAZ E EFICIENTE DA AÇÃO EDUCATIVA.

As instâncias de gestão continuaram a operar normalmente. O **Colegiado de Coordenação**, realizou 31 reuniões, cujas atas foram disponibilizadas na Intranet. A **Diretoria** reuniu-se por 4 vezes, para preparar a Assembléia de sócios, discutir a situação financeira da organização, o enquadramento de funcionários e apreciar a viabilidade de novos projetos.

A **Assembléia Geral de Sócios** foi realizada em junho e, além da apreciação do relatório e plano de atividades do ano, traçou diretrizes para elaboração de um regimento interno, aprovou a integração de novos membros ao corpo societário e discutiu o tema "Democracia participativa no Brasil", analisando a participação da Ação Educativa em conselhos, comissões e outros organismos que configuram a participação da sociedade civil na gestão pública.

Nesse período foram elaborados dois importantes documentos que consolidam as práticas de gestão institucional, o **Regimento Interno** e um **Manual de Governança**. O primeiro foi elaborado a pedido da Assembléia Geral, para detalhar alguns pontos do Estatuto Social. O manual de governança, por sua vez, foi uma sugestão do Unicef, que financiou sua elaboração, considerando que valeria a pena a Ação Educativa compartilhar com outras organizações seus procedimentos administrativos. Aproveitamos a oportunidade para registrar um leque mais amplo de boas práticas em todos os setores. Para a elaboração desse documento, foi contatado um escritório de advocacia, cujos profissionais entrevistaram diversos funcionários. O relatório entregue será revisado e publicado em 2009.

Finalmente, a Coordenação Geral dedicou esforços na preparação de uma **Avaliação Externa** da Ação Educativa. A iniciativa foi negociada inicialmente com EED e depois com outras agências que vem financiando a Ação Educativa há muitos anos, com perspectiva de apoio institucional de longo prazo. Além da EED, se encaixam nesse perfil a NCA a ICCO e a Fundação Ford. Além de subsidiar a elaboração do próximo Plano Trienal 2010-2012, a avaliação deveria, segundo interesse também desses parceiros, focar o impacto desses financiamentos institucionais de longo prazo na capacidade da Ação Educativa de se posicionar como instituição influente no país no que se refere à promoção dos direitos educativos, culturais e da juventude. Durante o segundo semestre, foi elaborado e negociado o Termo de Referência da avaliação e contratados quatro avaliadores: Domingos Armani, responsável pela avaliação de Desenvolvimento Institucional; Carlos Jamil Cury, Eliane Ribeiro e José Guilherme Magnani, responsáveis por avaliações específicas das áreas de Educação, Juventude e Cultura, respectivamente. Foi realizado um seminário dos avaliadores com a Diretoria e Colegiado de Coordenação, onde foram discutidos os Termos de Referência e ajustados os procedimentos. Ficaram agendados para o primeiro semestre do próximo ano seminários de área a partir dos relatórios preliminares com os avaliadores, assim como um Seminário Final, reunindo representantes das agências apoiadoras, avaliadores, Colegiado de Coordenação e Diretoria da Ação Educativa.

META 3

TER AMPLIADO E APERFEIÇOADO A COMUNICAÇÃO INTERNA, COM SÓCIOS, PARCEIROS PREFERÊNCIAIS E PÚBLICO EM GERAL.

Atividades, produtos, resultados e perspectivas

No ano de 2008, o Setor de Comunicação investiu na manutenção diária do site da Ação Educativa, que se torna a cada dia uma maior referência em produção de informação nas áreas de educação, cultura e juventude.

A principal atividade do setor foi a confecção do Calendário Ação Educativa 2009 – comemorativo dos 15 anos da organização. A produção da peça mobilizou, ao longo do ano, a equipe do setor com a confecção de imagens e textos representativos dos 15 anos de história da Ação Educativa.

Ao longo do ano, foram produzidas e publicadas no site 382 matérias, notas e artigos. Este número mostra que dobramos a capacidade de produção de notícias do ano anterior, que foi de 138. Este expressivo aumento da capacidade de produção de informação se deve ao maior envolvimento dos projetos com a comunicação e da significativa melhora no procedimento de produção de informação, a partir da participação da coordenadora de comunicação nas reuniões de coordenação, os colegiados, semanais.

Outro aspecto que contribuiu para esta maior produção foi a orientação desta produção pela Política de Comunicação discutida coletivamente em encontro com funcionários(as) da Ação Educativa, para discutir a comunicação institucional e a relação com a mídia e os diversos públicos da organização.

A Política de Comunicação foi sistematizada em um documento que está disponível para consulta de todos(as) na Intranet. Zelar pela sua aplicação é atribuição do Setor de Comunicação, apoiado pelo Coletivo de Comunicação, grupo constituído pela coordenação do setor e por representantes de todos os projetos da organização.

As visitas ao site passaram a ser medidas por um mecanismo mais refinado, desenvolvido internamente, com assessoria do Setor de Informática e a partir de softwares livres. Com a nova ferramenta, os acessos contabilizados passaram a ser os acessos únicos (cada visitante que acessa o site, independente de quantas páginas ele visualiza). Anteriormente, o sistema media inclusive os acessos a boletins do site, enviados por e-mail, que têm uma alta taxa de visualização e que elevavam muito o volume total de visitas. Agora, só são computadas as visitas espontâneas e as pessoas que, não só visualizam o e-mail do boletim, mas também clicam para ler a matéria na íntegra, acessando dessa forma a página do site onde a matéria se encontra.

Visitas aos Site da Ação Educativa (2007-2008)				
	2007		2008	
	Média diária	Total	Média diária	Total
Janeiro	1.142	35.415	-	-
Fevereiro	888	24.873	-	-
Março	1.807	56.016	222	6.670
Abril	1.818	54.546	569	17.066
Maio	2.010	62.309	563	16.898
Junho	2.229	66.881	569	17.078
Julho	1.653	51.243	568	17.049
Agosto	1.920	59.547	676	20.271
Setembro	1.578	47.341	694	20.828
Outubro	1.590	49.309	701	21.027
Novembro	1.702	51.074	670	20.090
Dezembro	740	22.953	460	13.800
TOTAL		581.507		170.777

Foram produzidas e distribuídas por e-mail 12 edições mensais do boletim eletrônico institucional *Em Ação!*. Além disso, o setor coordenou a expedição (com revisão e edição, em alguns casos) das 47 edições dos boletins temáticos elaborados pelos programas. Os boletins tiveram, ao longo do ano, um relativo aumento no número de assinantes, como podemos verificar no quadro abaixo. O baixo aumento absoluto nos números se justifica pelo fato de não contabilizarmos descadastramentos e e-mails antigos, que vão se tornando inválidos.

O aumento das assinaturas se deve ao preenchimento voluntário de formulário na página dos boletins no site institucional, e também a cadastros efetuados em atividades a partir do preenchimento de uma filipeta que apresenta os diversos boletins da Ação Educativa, confeccionada em 2007 e que segue sendo usada para captação de *mailing*.

Boletim Eletrônico	Quantidade de edições no ano		Quantidade de assinantes em dez/07 – dez/ 08		Responsáveis pela editoria
	2007	2008	2007	2008	
Em Ação!	12	12	3028	3039	Setor de Comunicação
Informação em Rede	8	6	3407	3440	Programa Observatório da Educação
Desafios da Conjuntura	2	3	2814	2838	Programa Observatório da Educação
Faísca*	16	15	592	880	Programa Observatório da Educação
Ação na mídia*	12	15	592	880	Programa Observatório da Educação
OPA	9	5	2542	2613	Programa Ação na Justiça
Juventude na Cena	3	3	650	740	Programa Juventude

* A partir de dez/08, os boletins Ação na Mídia e Faísca foram unificados no boletim do Observatório da Educação, que passou a ser publicado também no portal www.observatoriodaeducacao.org.br

Relação com a mídia

O setor de comunicação realizou, ao longo do ano, 85 atendimentos telefônicos a jornalistas, encaminhando solicitações quanto à indicação de fontes para opinar sobre temas da conjuntura nas áreas de educação, cultura e juventude. Esse trabalho do setor gera um *mailing* qualificado de jornalistas aproveitado para na emissão de avisos de pauta.

Enfatizando a visibilidade das posições políticas e realizações da entidade e somado ao esforço de todos os programas, o atendimento a jornalistas resultou também na continuidade da presença da Ação Educativa na mídia, como mostra o quadro abaixo.

Inserções na mídia, por temas	2007				2008			
	Total	Rádio e TV	Jornais e revistas	Internet	Total	Rádio e TV	Jornais e revistas	Internet
Educação e Direitos Humanos / Justiciabilidade	19	3	13	3	55	6	18	31
Analfabetismo / Indicador de Alfabetismo	28	3	7	18	3	-	1	2
Educação de Jovens e Adultos	3	-	2	1	8	-	4	4
Outras políticas educacionais	31	7	21	3	49	5	19	25
Projetos pedagógicos em escolas públicas	15	6	-	9	20	3	4	13
Juventude	5	-	2	3	28	10	9	9
Espaço de cultura e mobilização social	69	-	27	42	7	-	7	
Educação e Relações Raciais	-	-	-	-	18	9	5	4
Ação Educativa (institucional)	10	-	1	9	3		2	1
TOTAL	187	19	74	94	191	33	69	89

META 4**TER GARANTIDO A SUSTENTABILIDADE, A GESTÃO RESPONSÁVEL E TRANSPARENTE DOS RECURSOS DA INSTITUIÇÃO.****Diversificação de fontes**

Ação Educativa já mantém uma carteira bastante diversificada de colaboradores, combinando fontes nacionais e internacionais. Porém, tendo em vista a conjuntura da cooperação internacional, continuamos investindo esforços na captação de novos apoios. No período, foi experimentada, como estratégia para ampliar as fontes de recursos, a contratação de um assessor exclusivamente dedicado à interlocução com os programas, visando apoiá-los na elaboração de novos projetos, e à prospecção de novas fontes nacionais e internacionais. Apesar de diversas contribuições pontuais dadas aos coordenadores, avaliou-se que o trabalho do assessor não estava surtindo os efeitos desejados e decidimos encerrar seu contrato. Segundo as análises produzidas pelo colegiado de coordenação, o trabalho não surtiu efeito tanto pela inadequação do perfil do assessor, cujo interesse e experiência se concentravam mais no monitoramento e execução dos projetos, quanto pelas dificuldades de maior dedicação dos coordenadores de programas e coordenação geral.

Felizmente, mesmo que essa estratégia de captação de novas fontes não tenha surtido os resultados esperados, a dinâmica própria dos programas conseguiu atrair novas parcerias que envolveram aporte de recursos para execução de projetos ou atividades, em alguns casos, a partir da concorrência em editais público. Em 2008, registrou-se o aporte de recursos de 12 novas organizações para projetos e atividades: Centro Cultural da Espanha (apoio a atividades do Programa de Cultura), Fundação Orsa (apoio para elaboração dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil), Petrobras S.A (patrocínio para realização da Feira Preta), Cebrap (apoio à pesquisa sobre ensino religioso), Ibase (pesquisa sobre Juventude), Fundação Casa (desenvolvimento de projeto Arte na Casa)/ SESC (avaliação de programa de alfabetização de adultos), SESI (avaliação institucional da rede de educação), Secretaria Municipal de Cultura de SP (formação em elaboração de projetos para Projeto VAI), União Européia (projeto de produção de materiais sobre relações raciais na escola); FNPETI (elaboração de guia para educadores sobre trabalho infantil), Carta Capital (Prêmio Minha Comunidade Sustentável).

Para o próximo período, novas estratégias deverão ser delineadas, já que se trata de uma questão estratégica para a sustentabilidade institucional. Como primeira medida nesse sentido, iniciamos a negociação para aquisição de um serviço de clipping que cobre o lançamento de editais do governo federal, visando melhor aproveitamento de oportunidades de acesso a fundos públicos.

Captação de sócios mantenedores

Durante o ano de 2008, o Setor de Comunicação assumiu a responsabilidade sobre as estratégias de captação e relacionamento com os sócios mantenedores da Ação Educativa. O SAF, por sua vez, monitorou os pagamentos das pessoas físicas e jurídicas, emitiu os boletos de cobrança, enviou-os aos doadores e fez o lançamento dos pagamentos no sistema financeiro e contábil, além de manter atualizadas as informações no cadastro da central de sócios disponível na Intranet.

No primeiro semestre, o Setor de Comunicação contou com um estagiário dedicado exclusivamente à Central de Sócios. Foram expedidas campanhas de associação por e-mail aos assinantes de boletins, convidando-os a se tornarem sócios mantenedores. Retomou-se o contato por telefone com os sócios, buscando realizar um recadastramento e pesquisar iniciativas de relacionamento que as pessoas que contribuem com a Ação Educativa gostariam de ver realizadas. Confeccionamos um vídeo, que foi veiculado na TV Minuto, do metrô de São Paulo, e que trouxe retornos de visibilidade de difícil mensuração.

Com o desligamento do estagiário em agosto, decidiu-se pela não contratação de um novo, pois se avaliou que, diante das dificuldades de captar novos sócios e de maior dedicação de quadros já formados, não teríamos condições de orientar adequadamente o trabalho de um novo estagiário. Formamos então um Coletivo de Mobilização de Recursos (com a participação de membros do SAF, da Coordenação Geral, do Setor de Comunicação e o Espaço de Cultura e Mobilização Social), que se reuniu algumas vezes para análises e encaminhamentos relacionados ao setor.

Os resultados finais do ano, mostrados no quadro a seguir, evidenciam uma diminuição de nossa já pequena capacidade de captação de novos sócios mantenedores e de ampliação do total auferido com suas doações.

Resultados da Central de Sócios (2006 – 2008)

	2006	2007	2008
Novos Sócios Pessoa Física	55	7	12
Novos Sócios Pessoa Jurídica	9	1	0
Total da Contribuição de Sócios Pessoa Física	R\$ 5.463,29	R\$ 5.262,60	R\$ 5.387,60
Total da Contribuição de Sócios Pessoa Jurídica	R\$ 9.226,00	R\$ 4.865,00	R\$ 2.830,00
Total das Contribuições de Sócios (PF + PJ)	R\$13.376,00	R\$10.127,60	R\$ 8.217,60

As 12 novas associações de pessoas físicas resultaram das campanhas por e-mail para pessoas que se cadastram para receber nossos boletins, visitas espontâneas ao site e adesão de novos funcionários, que são estratégias de pequeno custo, mas de resultados financeiros modestos. A estratégia que nos anos anteriores se mostrara mais promissora – a captação junto a pequenas e médias empresas – foi praticamente desativada, uma vez que exige um plano de ação e profissional qualificado para fazer contato pessoal com os responsáveis nas empresas. Nos anos anteriores, a adesão de mais de 40 empresas dependeu da dedicação direta de um membro da equipe da Ação Educativa de nível alto, que atualmente se dedica à coordenação do Programa de Cultura e não tem mais disponibilidade para essa função. As idéias propostas Coletivo de Mobilização de recursos não encontraram espaço na agenda dos envolvidos para sua execução.

Essa situação mostra que a falta de dedicação de um quadro qualificado dedicado exclusivamente à captação de sócios e prospecção de novas fontes é fundamental, por outro lado, o volume de recursos auferidos pelas doações não viabiliza os gastos de uma contratação.

Devemos, para o próximo período, reavaliar nossas possibilidades e qual seria a melhor estratégia, talvez, integrando um quadro que se responsabilize tanto pela captação de sócios como prospecção de novas fontes governamentais e não governamentais.

Resultado Financeiro

No ano de 2008 a Ação Educativa movimentou 20,73% de recursos a mais do que em 2007, conforme demonstrado no quadro *Evolução de Despesas*. Este crescimento representa um maior volume de atividades realizadas, sobretudo por conta da elevação de recursos oriundos de três fontes. Recursos governamentais; organismos internacionais e institutos empresariais.

Evolução de Despesas 1994 - 2008

Valores em R\$

	Despesa Anual	Crescimento Anual
1994	20.468,08	Fundação
1995	440.453,28	-
1996	728.705,02	65,44%
1997	903.803,26	24,03%
1998	1.139.514,81	26,08%
1999	1.401.359,35	22,98%
2000*	2.048.483,61	46,18%
2001	2.106.114,88	2,81%
2002	3.358.751,71	59,48%
2003	4.986.322,40	48,46%
2004	5.167.433,75	3,63%
2005	4.275.927,31	-17,25%
2006	4.029.360,15	-5,77%
2007	4.515.536,09	12,07%
2008	5.451.756,47	20,73%

(*) Sem considerar despesas com aquisição e reforma do imóvel no valor de R\$ 1.184.942,86. Despesa total em 2000 foi de R\$ 3.233.426,47.

No quadro *Comparativo de Despesas 2008 x 2007*, abaixo, se pode verificar que houve um maior volume absoluto de recursos destinados às atividades programáticas, que cresceram em R\$ 722.179,1. O segundo maior crescimento, correspondente a R\$ 149.486,42, refere-se aos móveis e equipamentos, devido a ajuste no imobilizado de anos anteriores. A despesa com recursos humanos aumentou em R\$ 121.815,48, volume proporcional ao aumento de atividades realizadas.

Comparativo de Despesas - 2008 x 2007

Despesas por Rubrica	Valores em R\$			
	2007 (A)	2008 (B)	Varição (C) = (B) - (A)	Var. (%) (C) / (A)
Recursos Humanos	1.880.222,34	2.002.037,82	121.815,48	6,48%
Atividades Programáticas	1.873.117,69	2.595.296,82	722.179,13	38,55%
Edifícios e Instalações	178.919,31	145.959,63	-32.959,68	-18,42%
Despesas de Escritório	215.771,69	227.604,97	11.833,28	5,48%
Despesas de Gestão	112.969,34	147.230,01	34.260,67	30,33%
Dep. Financeiras e Taxas	57.810,79	33.897,42	-23.913,37	-41,36%
Impostos sobre Receitas	161.925,65	110.348,35	-51.577,30	-31,85%
Móveis e Equipamentos	34.799,28	184.285,70	149.486,42	429,57%
Prejuízo na baixa do imobilizado	-	5.095,75	5.095,75	100%
Total de Despesas	4.515.536,09	5.451.756,47	936.220,38	20,73%

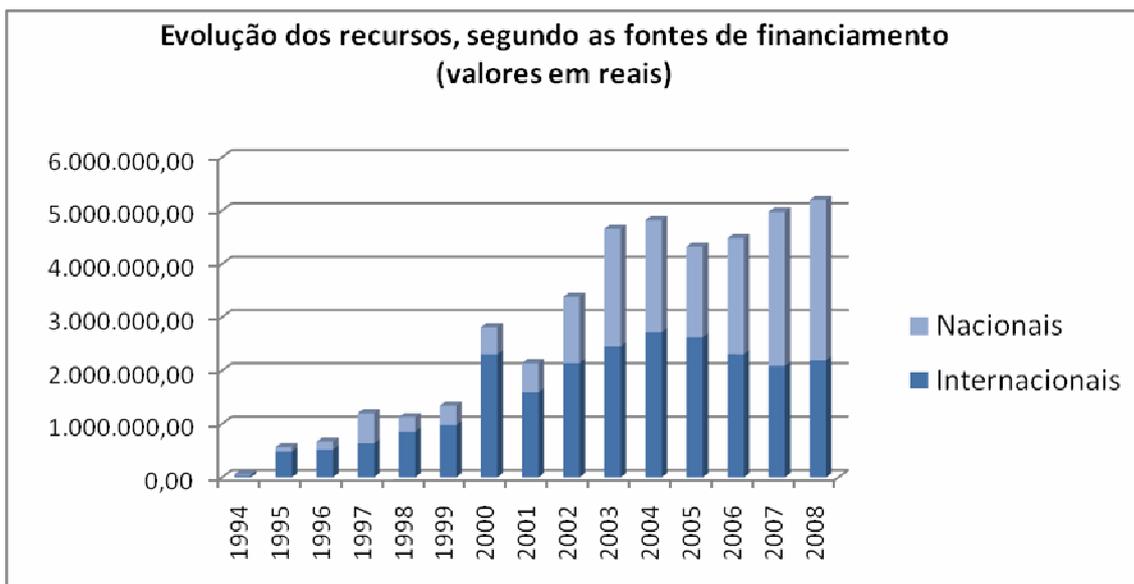
Com relação às receitas em 2008, houve um aumento na grandeza das entradas em R\$ 371.710,24. Esta elevação deu-se, principalmente, devido a três fontes: aumento de R\$ 323.857,09 nas receitas provenientes de recursos governamentais, devido ao convênio celebrado com a Fundação Casa; mais R\$ 326.075,64 de recursos provenientes de doações de institutos empresariais e mais R\$ 131.052,74 nos provenientes de organismos internacionais.

Comparativo de Entradas - 2008 x 2007

Receitas por Rubrica	Valores em R\$			
	2007 (A)	2008 (B)	Varição (C) = (B) - (A)	Var. (%) (C) / (A)
Receitas Internacionais	2.092.653,26	2.194.561,50	101.908,24	4,87%
Órgãos de Cooperação	1.634.882,37	1.566.686,55	-68.195,82	-4,17%
Fundações	442.559,65	444.428,83	1.869,18	0,42%
Organismos Internacionais	15.211,24	146.263,98	131.052,74	861,55%
Outros		37.182,14	37.182,14	100,00%
Receitas Nacionais	2.884.949,20	3.009.629,48	124.680,28	4,32%
Recursos Governamentais	69.673,79	393.530,88	323.857,09	464,82%
Institutos Empresariais	625.516,03	951.591,67	326.075,64	52,13%
Parcerias c/ ONG's e Associações	63.795,70	47.424,14	-16.371,56	-25,66%
Prestação de Serviços (*)	522.485,06	597.777,03	75.291,97	14,41%
Direitos Autorais (*)	1.374.024,72	777.952,56	-596.072,16	-43,38%
Patroc./Doações/Filiações/Estoq.	162.955,82	190.360,18	27.404,36	16,82%
Locações	61.722,88	48.729,52	-12.993,36	-21,05%
Venda de Publicações (*)	4.775,20	2.263,50	-2.511,70	-52,60%
Receitas Financeiras	100.203,19	245.324,91	145.121,72	144,83%
Total de Receitas	5.077.805,65	5.449.515,89	371.710,24	7,32%

(*) Os valores das receitas são brutos, os respectivos impostos estão computados como despesa em "Impostos sobre Receitas".

No Gráfico abaixo, é possível acompanhar a evolução das fontes de financiamento. Em 2008 houve um aumento nas receitas internacionais, bem como nas nacionais. A novidade em relação aos anos anteriores é que os recursos nacionais atingiram pela primeira vez o patamar de R\$ 3.009.629,48 e representaram o maior volume de recursos da instituição, 55,23%. Os recursos internacionais, por sua vez, representaram 40,27% do total de recursos movimentados neste ano. Este aumento do volume de recursos de origem nacional é possível porque Ação Educativa conta com a manutenção da solidariedade norte sul que assegurou recursos para projetos e programas, mesmo com uma pequena queda percentual de 2007 para 2008 em -4,17%.



Por fim, em 2008, a Ação Educativa apresentou um resultado do exercício de R\$ -2.240,58. Isto é explicado porque a instituição fez uma reavaliação do seu imobilizado, como exigência para obtenção do título de utilidade pública federal, que gerou um inventário real dos bens. Isto ocasionou um impacto nas despesas com imobilizado, cuja variação foi de R\$ 118.957,43. O superávit contábil do exercício foi de R\$ 116.716,85. Por isto, a variação do imobilizado menos o superávit dá o resultado de R\$ -2.240,58.

Apuração do resultado de 2008

	Valores em R\$
Receitas em 2008	5.449.515,89
Despesas em 2008	5.451.756,47
Resultado Financeiro de 2008	-2.240,58

Corpo Diretivo e Pessoal

Diretoria

Maria Machado Malta Campos
Pedro de Carvalho Pontual
Maria Clara Di Pierro
Cristiano Amaral Di Giorgi
Orlando Joia

Conselho Fiscal

Ismar de Oliveira Soares
Waldemir Bargieiri
Waltermir Jango Belli Nalles

Coordenação Geral

Sérgio Haddad – Coordenador Geral
Vera Masagão Ribeiro – Coordenadora de Programas

Sócios Estatuários

Aloísio Mercadante Oliva	Marcos José Pereira da Silva
Ana Lúcia Silva Souza	Mariângela Graciano
Antônio Eleilson Leite	Magda Becker Soares
Aparecida Suely Carneiro	Maria Clara Di Pierro
Aparecida Neri	Maria Virgínia de Freitas
Beatriz Bebiano Costa	Maria Machado Malta Campos
Benedito Rodrigues dos Santos	Marilia Pontes Sposito
Camila Croso Silva	Marta Kohl de Oliveira
Carlos Rodrigues Brandão	Miriam Jorge Warde
Cláudia Lemos Vóvio	Nilde Ferreira_Balcão
Carlos Alberto Abicalil	Nilton Bueno Fischer
Carlos Alberto Alves de Souza	Orlando Joia
Celso de Rui Beisiegel	Osmar Fávero
Cristiano Amaral Di Giorgi	Pedro de Carvalho Pontual
Denise Careira	Petronilha Gonçalves e Silva
Elie George Ghanem	Regina Soares Jurkiewicz
Francisco de Assis Ferreira	Ricardo Young Silva
Gilberto Bento do Nascimento	Sérgio Haddad
Helena Wendel Abramo	Silvia Maria Manfredi
Heloisa Helena de Souza Martins	Vera Masagão Ribeiro
Ismar de Oliveira Soares	Vicente Rodriguez
Jether Pereira Ramalho	Waldemar de Oliveira Neto
Luiz Eduardo Wanderley	Waltermir Jango Belli Nalles
Luiz Percival Leme de Brito	Waldemir Bargieiri

Secretaria

Maria Candelária de Freitas

Regina Costa

Setor de Administração e Finanças e Infraestrutura

Marcos José Pereira da Silva - administrador

Marilene Oliveira - supervisora administrativo financeiro

Márcia Lima - assistente de recursos humanos

Regina Reis - auxiliar administrativo financeiro

Renata Tavares Fernandes – assistente administrativo financeiro

Rosana Viana - assistente de tesouraria

Maria Lucia Costa - controladora

Vilma Guerra - controladora

Vália Cáceres – controladora

Cirto Lino – estagiário

Geusilene da Costa – estagiaria

Pedro de Castro Nunes - zelador

Deusira Cremaschi - recepcionista

Francisco Moreira de Souza - porteiro

Maria de Lourdes Alves Pinto - serviços gerais

Natalia Serapião - serviços gerais

Setor de Comunicação

Michelle Prazeres - coordenadora

Carlos Arthur França – estagiário Jornalismo

Gledson Bellei – estagiário Webdesign

Hugo Fanton - estagiário de jornalismo

Léo Mariano Capellosse Reis – estagiário da Central de Sócios

Programa Educação de Jovens e Adultos

Roberto Catelli – coordenador de projetos

Milena Mateuzi Carmo – assessora

Cláudia Lemos Vóvio – consultora de projeto

Cilene Fernandes – assessora

Carolina Farias de Moraes – estagiária

Pesquisa Educação não Escolar de Adultos

Aline Abonizio - pesquisadora colaboradora

Taisa de Souza Santos - assistente de Pesquisa

Programa Juventude

Maria Virgínia de Freitas - coordenadora do programa

Ana Paula Corti – coordenadora de projeto

Maria Carla Corrochano – coordenadora de projeto

Raquel de Souza – assistente

Luiz Barata - assistente
Elias Chagas da Silva – estagiário

Programa Práticas de Aprender ou Programa Ação na Escola

Projeto Nossa Escola Pesquisa sua Opinião

Marilse Araújo – coordenadora de projeto
Thais Bernardes Nogueira – assessora
Renato Nascimento – assessor
Leandro de Almeida Oliveira – estagiário
Girlene Santos Silva - estagiaria

Projeto Indicadores Populares de Educação

Vanda Mendes Ribeiro – coordenadora
Cláudia Bandeira – coordenadora
Samantha Neves – assessora do projeto
Joana Buarque de Gusmão – consultora
Ana Paula Santana – estagiaria
Luis Felipe Serrao – estagiário

Programa Observatório da Educação

Mariângela Graciano – coordenadora
Marina Gonzáles – assistente de programa
Hugo Fanton - estagiário de jornalismo

Projeto Pesquisa e Monitoramento de Políticas Educacionais

Denise Carreira – coordenadora
Tânia Portela - assistente de programa
Ana Lúcia Silva Souza – consultora de projeto
Suelaine Carneiro – assessora da relatoria nacional para o direito humano a educação
Ludmilla Oliveira de Carvalho – assistente de pesquisas
Megan Grannan - estagiaria
Sabine Saraiva – voluntária

Ação na Justiça

Salomão Ximenes – coordenador de projeto
Ester Gammardella Rizzi – assessora do programa

Setor de Informática

Mario Sérgio de Thomaz – supervisor de informática
Waldrey Junior – estagiário

Espaço de Cultura e Mobilização Social

Antônio Eleílson Leite - coordenador
Adriano José - assistente
Edson Aparecido de Lima – assistente
Elizandra Sousa – estagiaria

Projeto Arte na Casa

Rodrigo Medeiros – coordenador técnico

Gildean Silva Pereira – coordenador de área

Fernanda Ribeiro do Nascimento – coordenadora de área

Alcilene Pais Rodrigues – analista administrativo financeiro

Rogério P.dos Santos – assistente administrativo e financeiro

Antonio José de Lira - Educador

Claudio Guimarães de Lima – Educador

Djalma Lopes Goes – Educador

Edilson Andreoli Mesquita – Educador

Elaine Cristina da Silva – Educadora

Fábio Monteiro Pereira – Educador

Fabricio Cruz – Educador

Israel Ramos da Silva Neto – Educador

Jairo Rodrigues Barbosa – Educador

Leanderson Alves Gregorio – Educador

Leonardo Martins Galina – Educador

Manuel Carlos Lopes - Educador

Marcos Rodolfo da Silva Gamba - Educador

Mario Jorge Sérgio Santos - Educador

Michel da Silva Ceriaco Almeida - Educador

Pedro Miguel - Educador

Renata Adriana de Sousa - Educadora

Vando Ribeiro Gildo da Silva - Educador

Vaneri de Oliveira - Educador

Wagner da Silva Vieira Menezes – Educador

Apoios

Apoio Institucional (abrangendo todos os projetos)

- Serviços das Igrejas da Alemanha para o Desenvolvimento – EED (Alemanha)

Programa Educação de Jovens e Adultos

- Instituto Paulo Montenegro/Grupo Ibope
- Editora Global
- Sesc/DN
- Sesi/DN
- Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil

Programa Juventude

- Ajuda da Igreja da Noruega – NCA (Noruega)
- Ibase
- Instituto IBI
- Instituto Santander Banespa
- Kindernothilfe – Alemanha
- Prefeitura Municipal de São Paulo/Secretaria de Cultura

Programa Ação na Escola

Projeto Indicadores da Qualidade na Educação

- Ministério da Educação
- Unicef
- Instituto Embraer
- Fundação Telefônica
- Fundação Orsa

Projeto Nossa Escola Pesquisa sua Opinião

- Instituto Paulo Montenegro/Grupo Ibope
- Save The Children

Prêmio Minha Comunidade Sustentável

- Carta Capital

Programa Ação na Justiça

- Fundação Ford
- Avina Brasil
- CCR Prosare

Projeto Observatório da Educação

- Fundação Ford
- Avina Brasil
- Save the Children

Projeto Pesquisa e Monitoramento de Políticas Educacionais

- Fundação Ford
- Avina Brasil
- Action Aid Brasil

- Save the Children
- Instituto C&A
- União Européia
- Plan Internacional

Projeto Políticas Públicas de Educação de Jovens e Adultos

- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq
- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp

Espaço de Cultura e Mobilização Social

- Fundação Itaú Social
- Fundação Casa
- Global Editora
- Ministério da Cultura
- Petrobrás S.A.

Empresas Sócias Mantenedoras

- Copy Center Ltda
- Criterium - Avaliação de Políticas Públicas S/C Ltda
- Editora Fundação Perseu Abramo Ltda
- Editora 34
- Equipe Serviços Especializados S/C Ltda
- Gosoft Informática Ltda
- Gem Som – Aluguel de Equipamentos de Imagem e Som Ltda
- IR Comunicação Ltda
- Maxprint Editora Gráfica Ltda
- Summus Editorial Ltda
- Ki Kilos Restaurante

Anexos

Listagens de atividades

I. ASSESSORIAS

A grupos de jovens

Grupo	Resultados no ano
Jovens Feministas de São Paulo	Apoio no planejamento do encontro "Onde está o dinheiro das mulheres jovens?", com participação de 30 jovens feministas brasileiras e da América Latina. Mapeamento das fontes de recursos para financiamento de mobilizações de mulheres na América Latina.
Instituto Paulista de Juventude (IPJ)	Apoio à formação de 21 jovens integrantes da Pastoral de Juventude do Estado de São Paulo sobre o tema cultura e políticas culturais. Mapeamento de possibilidades de incidência em espaços de formulação e proposição de políticas públicas de cultura e juventude.
Graffiteiras.br	Apoio no planejamento do "Encontro Regional Graffiteiras.br" com participação de 17 jovens mulheres oriundas de São Paulo, Espírito Santo, Porto Alegre, Florianópolis, Salvador, Belo Horizonte, Campinas, Rio de Janeiro, Juiz de Fora, Itu, Santo André e Curitiba. Levantamento de propostas para fortalecimento de rede e de desafios para a articulação de jovens mulheres no movimento cultural.
Grupos que atuam com a linguagem audiovisual e sonora: Fabicine, Microlhar, Harmônicas Batalhas, Filmagens Periféricas, Núcleo de Comunicação Alternativa, Nossa Tela, Dos Tambores aos Toca-discos, CLIP Submundo Racional, Comitê Pró-Haiti, Hip Hop Mulher, FACA, Cinescadão, Cine Favela, Cine Becos, CAGEBE, Rede Cultural Beija Flor, Sapocine, Cinecélula, Enraizados, Linha de Montagem, Bola e Arte, Baile de Rua Soul Brasil, Imagens Periféricas, Cine Campinho, Canal Motoboy	Ampliada a capacidade de 94 jovens de 25 grupos para atuarem em projetos e trabalhos que envolvam a linguagem audiovisual e sonora.
Grupo de Jovens de Igara e Tijuacu (BA)	Grupo de Jovens fortalecido e atuando no município para resolução de problema ambiental local conseguiram, em negociação com governo local, iniciar processo de despoluição do rio da cidade.
Grupo de estudantes do Nepso/Pólo São Paulo	Realização de cobertura jornalística do VII Congresso IBOPE UNESCO em Minas Gerais e RS e do Seminário Paulista e oficina de formação sobre jornal mural para alunos participantes desses eventos. Produção de um vídeo: "Diversidade da aprendizagem em redes".

A escolas públicas ou comunidades escolares

Organização	Resultados no ano
Alunos da E. M. Professora Elza Marreiro Medina, modalidade EJA do Município de Embu das Artes	90 (noventa) estudantes do último ano do Ensino Fundamental modalidade EJA conseguiram garantir as condições objetivas para o prosseguimento de sua formação escolar em função da assessoria e interlocução com a administração pública (Secretaria de Estado de Educação, Abertura de turmas de ensino médio noturno, modalidade EJA, em Escola Municipal, financiada pela Secretaria Estadual, para o ano letivo de 2009.
E.E. Moacir Campos E.E. Aroldo de Azevedo	Escolas sensibilizadas para a importância da "Orientação Profissional" no ensino médio.
E.M.Herculano de Almeida Lima; E.M. de Baraúna; E.M. de Tijuacu; Colégio Estadual Mariana Augustinha Oliveira; Colégio Estadual Luiz Eduardo Magalhães; Associação Jardim de Jericó, do Bairro Populares de Bonfim.	Realizadas 11 pesquisas educativas de opinião em 5 escolas e uma associação comunitária.
E.E. Deputado Silva Prado; E.E. Dom Miguel Kruse; E.E. Dona Esperança de Oliveira Saavedra; E.E. Júlio de Carvalho Barata; E.E. Padre Nildo do Amaral Jr; E.E. Professor João Dias da Silveira; E.E. Professor Adhemar Bolina; E.E. Professora Maria Augusta Corrêa; E.E. Professor Moacyr Campos; E.E. Tide Setúbal; E.M. Cora Coralina; E.M.E.F. Padre Nildo do Amaral Júnior; E.M.E.F. Renato Tonolli Brito Pedro; E.M.E.J.A. Clarice Lispector; E.E. Ver. Urbano de Oliveira Pinto; E.E. Professora Leonor Rendesi.	Realizadas 56 pesquisas educativas de opinião em 16 escolas.
E.M.E.F. Antonio Carlos de Andrada e Silva; E.M.E.F. Armando Cridey Righetti; EMEF Capistrano de Abreu; E.M.E.F. Professor Fernando de Azevedo	Realizada uma pesquisa educativa de opinião, construída por alunos, professores, equipes técnicas e pais de 4 escolas municipais, sobre as relações étnico-raciais nas Escolas
Oito escolas da rede municipal de ensino de São Vicente (SP)	Realização de oito diagnósticos participativas junto a 550 membros das comunidades escolares e elaboração de oito planos de ação coletivos.
Dez escolas da rede municipal de ensino de Ribeirão Preto (SP)	Realização de dez diagnósticos participativas junto às comunidades escolares.
E.M.E.F. Fernando de Azevedo E.M.E.F. Antonio Carlos E.M.E.F. Capistrano de Abreu E.M.E.F. Armando Rigueti	Realizaram-se muitas aprendizagens e levantaram-se referências para a construção de proposta metodológica de sensibilização e envolvimento da comunidade escolar em programas anti-racistas. As escolas passaram por um processo de formação amplo que permitiu a introdução a conceitos, identificação dos acúmulos existentes na escola sobre o tema e propostas iniciais para o enraizamento da questão racial no projeto político pedagógico da escola.

A órgãos da administração pública

Organização	Resultados no ano
Coordenadoria Municipal de Juventude de São Paulo	Oferecidos subsídios à implementação de projeto municipal da coordenadoria no tema da Orientação Profissional.
Prefeitura do Município de São Vicente (Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Cidadania e Ação Social)	Apropriação da metodologia Indique, acompanhamento das avaliações feitas em escolas e análise de seus resultados por 30 técnicos da secretaria de educação e nove coordenadores de unidades com jornada ampliada.
Secretaria Municipal de Educação de Ribeirão Preto/SP / Conselho Municipal de Educação	Realização de avaliação participativa com a metodologia Indique em dez escolas do município.

A ONGs, OSCs, instituições de ensino superior

Organização	Resultados no ano
Movimento Creche para todos	Desenvolvimento e implementação da estratégia de interlocução junto aos poderes executivo, legislativo e judiciário do Movimento Creche para Todos.
Instituto Paulista da Juventude - IPJ	Apoiado o GT de Cultura na realização do encontro "Educação e Cultura" com jovens ativistas culturais da região leste de São Paulo.
Instituto Pólis	Formulada proposta de oficina de gênero e estratégia de mobilização de mulheres jovens junto com a equipe do Pólis. Realizado levantamento, junto a 5 jovens, de hipóteses para a pouca visibilidade pública de mulheres jovens e possibilidades de mobilização no bairro de Grajaú.
Artigo XIX	Avaliada a proposta de curso que a ong planejava oferecer a jovens e oferecidos subsídios para sua reformulação.
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/USP	Discutidas estratégias de apoio aos grupos de jovens
Ibase	Apresentada e debatida a experiência dos Grupos de Diálogo realizados pelos JADEs.
Diaconia e Viva Rio	E um encontro presencial, apresentadas e discutidas as estratégias de funcionamento do CMJ
ONG Casa de Cultura e Cidadania – Vila Guacuri	Realizadas 03 pesquisas educativas de opinião.
ONG Seguir Creciendo	Consolidação do Projeto NEPSO no pólo Argentina

A empresas, institutos empresariais, Sistema S

Organização	Resultados no ano
Canal Futura – produção do programa Diz Ai	Oferecidos subsídios para a linha editorial do programa
TV Cultura - produção do programa Manos e Minas	Oferecidos subsídios para a abordagem da questão da violência escolar
Fundação Otacílio Coser	Realizada apresentação da proposta NEPSO para técnicas da Fundação Otacílio Coser.
Fundación Corona (Colombia)	Realizada apresentação do projeto NEPSO para diretores da Fundacion Corona (Colômbia).
SESI/DN	Avaliação das condições de provimento de serviços da Rede Sesi de Educação
SESC/DN	Avaliação de impacto do Programa Sesc Ler de alfabetização de adultos

II ATIVIDADES DE FORMAÇÃO**Dirigidas a jovens**

Instituição beneficiária ou promotora	Turmas	Participantes	Total horas	Período	Descrição da atividade (conteúdo, resultados)
Promoção: Ação Educativa/Save	01	16	8	março	Oficina "Identidade e pertencimento e a lei 10.639/03", sobre a questão racial, coordenada por Tânia Portela (Programa Pesquisa e Monitoramento das Políticas)
Ação Educativa/IPM	01	14	30	julho	Oficinas sobre Leitura crítica da Mídia, Jornal Mural, Blog
Ação Educativa	07	80	14	julho	Sete oficinas realizadas durante a Nona Semana de Cultura Hip Hop, abordando os seguintes assuntos: xilogravura, MC, Dança, Graffiti, Beatbox, DJ e produção musical para jovens ativistas
Ação Educativa	03	90	06	agosto	Oficinas realizadas durante o I Encontro de DJs de Hip Hop da Região Metropolitana de São Paulo, abordando os seguintes assuntos: produção musical, tecnologias e equipamentos e técnicas de discotecagem
Fundação Casa	90	1.204	2.811	setembro a dezembro	312 oficinas de arte em 13 unidades da Fundação Casa onde 1204 adolescentes cumprem medida socio-educativa em regime de reclusão. As atividades estão agrupadas em 4 eixos: artes do corpo; artes visuais; artes da palavra; artes cênicas dos quais há 11 modalidades de oficinas ministradas por 20 educadores
Total	102	1.404	2.869		

Dirigidas a educadores (professores, equipes técnicas, alfabetizadores comunitários)

Instituição beneficiária ou promotora	Turmas	Participantes	Total horas	Período	Descrição da atividade (conteúdo, resultados)
Ação Educativa	1	6	20	Outubro Dezembro	Capacitação de educadores e jovens sobre Orientação Profissional, que resultou na elaboração de um Programa de Orientação Profissional dirigido a estudantes de escolas públicas.
FUMEC	4	95	186	Março a Dezembro	Professores e coordenadores analisaram o currículo, a trajetória do programa e questões relativas ao letramento na EJA, e produziram documento de referência.
Ação Educativa/IPM/ Proeducación	01	18	16	Fevereiro	Formados na metodologia NEPSO 18 professores e gestores de escolas do Estado de Morelos, no México.
Instituto Embraer	07	100	28	Agosto	Capacitação para utilizar metodologia Indique para avaliação participativa da escola
Ação Educativa/IPM	01	22	16	Março	Formados, na metodologia NEPSO, 22 professores e alunos de escolas públicas de São Paulo e Mauá.

Ação Educativa/IPM	02	39	16	Abril	Formados, na metodologia NEPSO, 39 professores de escolas de 3 municípios: Subachoque, El Rosal e Madrid (Colômbia)
Ação Educativa/IPM	01	23	16	Junho	Formados na metodologia NEPSO 23 professores de 8 escolas públicas de Garanhuns (PE)
Ação Educativa/IPM	01	11	16	Junho	Formados, na metodologia NEPSO, 11 professores e alunos de 5 instituições de ensino público de São Paulo.
Ação Educativa/Save	01	17	16	Julho e 01 de agosto	Formados, na metodologia NEPSO, 17 professores de instituições públicas de ensino do município de Senhor do Bonfim.
Ação Educativa e ONG Seguir Creciendo	01	16	6	Agosto	Formados na metodologia Nepso 16 professores e gestores de escolas públicas de Buenos Aires (AR)
SME de Ribeirão Preto/SP	01	20	08h	Setembro	Formação na metodologia de avaliação Indique e análise dos resultados da avaliação em oito escolas da rede.
SME de São Vicente/SP	01	47	20	Dezembro	Formação na metodologia de avaliação Indique e análise dos resultados da avaliação em oito escolas da rede.
Total	22	414	356		

Dirigidas a ativistas de movimentos sociais, agentes de ONGs

Instituição beneficiária ou promotora	Turmas	Participantes	Total horas	Período	Descrição da atividade (conteúdo, resultados)
CESEP	1	500	5	Janeiro	Foram abordados: concepção de juventude; características da juventude na contemporaneidade; situação dos jovens brasileiros nos campos da educação, do trabalho, da cultura e da participação social e política; a institucionalidade das políticas públicas de juventude.
Ação Educativa	03	35	12	Abril	Três oficinas de graffiti realizadas no Espaço de Cultura da Ação Educativa dentro da programação do bimestre março/abril que abordaram as seguintes técnicas: hip hop, stencil art e sticker PR ativistas.
Ação Educativa	02	25	12	Mai a junho	Duas oficinas de teatro realizadas no Espaço de Cultura da Ação Educativa dentro da programação do bimestre maio/junho que abordaram os temas: teatro do oprimido e teatro mercadoria para ativistas.
CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de SP	03	50	60	Julho a Dezembro	Capacitação de agentes comunitários em graffiti, abordando as técnicas free hand stencil, hip hop e Sticker, além de noções básicas de desenho e pintura ministradas no Projeto Arte em Toda Parte realizado no Jardim Santo André na periferia da Cidade de Santo André
Ação Educativa/IPM	01	5	16	Setembro	Formados, na metodologia NEPSO, 5 educadores da ONG Casa de Cultura e Cidadania – Vila Guacuri.
Total	10	615	105		

Dirigidas a jornalistas

Instituição beneficiária ou promotora	Turmas	Participantes	Total horas	Período	Descrição da atividade (conteúdo, resultados)
Ação Educativa	1	30	6	Abril	Oficina sobre Financiamento da Educação. Adesão de jornalistas do interior e litoral do estado de São Paulo, além dos veículos de cobertura nacional

III PROMOÇÃO DE EVENTOS (29)

Nome do evento	Parceiros	No de participantes	Local	Data	Descrição, resultados
Encontro com Relator Especial da ONU sobre o processo de Durban	Relatoria Especial da ONU sobre Educação	30	São Paulo/SP	24 de janeiro	Com a participação de representantes do movimento negro, socialização de informações sobre o processo Durban pelo Relator Especial da ONU, Vernor Muñoz, e pela Relatora do documento de Durban, Edna Roland.
Lançamentos Regionais da Consulta sobre Relações Étnico-Raciais em Goiânia, Rio de Janeiro, Florianópolis, Recife, São Luiz, Vitória, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Brasília	Secad/Grupo Interministerial, ABPN, NEN, Save the Children UK,	1500	Vários	Jan a set	Lançamentos vinculados a eventos promovidos por parceiros, com objetivo de divulgação estratégica da publicação entre gestores(as), pesquisadores(as) e ativistas do campo das relações étnico-raciais, visando reforçar a importância do processo de implementação da lei.
Sarau do Rap: Poesia das Ruas	Cooperifa	440	São Paulo/SP	Jan a nov	Evento regular realizados mensalmente sempre na última quinta-feira do mês, na Ação Educativa, coordenado pelo poeta Sergio Vaz. Foram 11 sessões com 40 pessoa em média cada. É um espaço para o exercício da criação poética do Rap
Suburbano no Centro	Suburbano Convicto	640	São Paulo/SP	Mar a nov	Evento co-realizado com o produtor e apresentador de TV Alessandro Buzo da Suburbano Convicto e que reuniu em oito sessões, 80 grupos de rap, sempre 10 em cada noite, atraindo um público de 80 pessoas em cada encontro. Esse evento amplia a inserção da Ação Educativa no movimento hip hop pra além da tradicional Semana de Cultura Hip Hop, além de abrir um importante espaço para os jovens que ainda não estream nos palcos.

Seminário "Sociedade Civil Organizada pelo Direito à Educação Infantil Pública e de Qualidade"	Organizações do Movimento Creche para Todos, Instituto Avisa Lá, Ministério Público de Ribeirão Preto	50	Capão Redondo/SP	9 de fevereiro de 2008	Identificação de crianças de 0 a 5 anos que têm seu direito à educação infantil desrespeitado. As crianças identificadas e cadastradas nesta ocasião – que marcou o início do processo de cadastramento – figuraram como interessadas em duas ações civis públicas levadas ao judiciário pelo programa ação na justiça.
Encontro de Comunidade	Grupos de rodas de samba de comunidade	900	São Paulo/SP	Mar a dez	Espaço regular de apresentação de rodas de samba de comunidade na Ação Educativa. Foram 9 encontros com 9 rodas diferentes, fazendo do Espaço de Cultura uma referência importante para esses grupos culturais da periferia. Os encontros acabam sedimentando o caminho pra o grande encontro de rodas de samba que acontece em dezembro
Lançamento do Almanaque do NEPSO	IPM	70	São Paulo/SP	20 de junho	Lançamento do Almanaque 2007 do NEPSO, no qual foram compilados os mais de 300 projetos realizados no ano de 2007.
Debate com candidatos à prefeitura de São Paulo sobre Educação	GT Educação Movimento Nossa São Paulo	200	São Paulo/SP		Apresentação das propostas do movimento para a política municipal de educação, confronta com as propostas dos candidatos.
Audiência Pública na Câmara - "Lançamento do Movimento Creche para Todos"	Organizações do Movimento Creche para Todos; Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Segurança Pública e Relações Internacionais; Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Juventude da Câmara Municipal de São Paulo	100	Câmara Municipal de/SP	11 de junho de 2008	A partir desta audiência foi lançado oficialmente o Movimento Creche para Todos e garantido o debate sobre Educação Infantil na Câmara, com a Consolidação do Fórum de Discussão sobre Educação Infantil na Câmara. Presença dos vereadores Beto Custódio (PT), Paulo Fiorilo (PT), Netinho (PSDB), Agnaldo Timóteo (PR) e Senival Moura (PT); além de Conselheiros Tutelares, Conselheiros de Direitos, gestores de creches conveniadas, professores, estudantes e militantes do campo educacional.

1a. Reunião do "Fórum de Discussão sobre Educação Infantil na Câmara"	Idem acima	100	Câmara Municipal/SP	27 de Agosto de 2008	Apresentação das movimentações e estratégias jurídicas do Movimento Creche para Todos
2a. Reunião do "Fórum de Discussão sobre Educação Infantil na Câmara"	Idem ibidem	100	Câmara Municipal/SP	24 de setembro de 2008	Discussão de propostas para Educação Infantil com candidatos e representantes de candidatos à Prefeitura do Município de São Paulo. Compareceram o candidato Renato Reichmann (PMN), e Luci Junqueira, Cida Peres e Cláudio Fonseca, representando, respectivamente, os candidatos Geraldo Alckmin, Marta Suplicy e a Soninha. Todos apresentaram e debateram as suas propostas para a educação infantil na cidade.
3a. Reunião do "Fórum de Discussão sobre Educação Infantil na Câmara"	Idem ibidem	100	Câmara Municipal/SP	29 de outubro de 2008	Questionamentos acerca das opções orçamentárias, e da falta de discussão setorial. Conseguimos uma audiência da Comissão de Orçamento, para discutir especificamente o orçamento de Educação, que se realizou no dia 17 de novembro de 2008.
4a. Reunião do "Fórum de Discussão sobre Educação Infantil na Câmara"	Idem ibidem	100	Câmara Municipal/SP	26 de novembro de 2008	Avaliação dos esforços da Secretaria Municipal de Educação – presença da representante Rita Ribeiro. Balanço das atividades, vitórias de 2008 e desafios para o ano de 2009 do Movimento Creche para Todos.
Lançamento do Almanaque do NEPSO	Save the Children	300	Igara/Senhor do Bonfim (BA)	30 de julho	Lançamento do Almanaque 2007 do NEPSO, com a presença de profs., alunos das escolas parceiras, Secretária Municipal de Educação e Gestora da Diretoria de Ensino do Estado da BA
Seminário "Ensino Religioso e Direito à Educação no Brasil"	MacArthur Foundation; Prosare; Comissão de Cidadania e Reprodução; Cebrap	60	Espaço de Cultura e Mobilização da Ação Educativa	19 de agosto de 2008	Participação dos Professores: Virgilo Afonso da Silva, Roseli Fischmann. Afonso Maria Ligório Soares, Luiz Eduardo Wanderley, Luiz Antônio Cunha, Juarez Tadeu de Paula Xavier.

Nona Semana de Cultura Hip Hop	12 grupos de Hip Hop	800	São Paulo/SP	28/7 a 1/8	01 Festival de Basquete de Rua; 07 oficinas; 02 sessões de debates; 01 mostra de filmes; 01 palestra; 04 pockets show e 01 show. O evento abordou o tema da educação, trazendo para discussão questões que andavam fora da pauta do movimento e colocando outras como a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas.
I Encontro de DJs de Hip Hop da Região Metropolitana de São Paulo	3 grupos de hip hop	900	São Paulo/SP	2 e 3/8	25 performances; 03 oficinas; 01 mostra de filmes e uma festa. Além do evento, o Encontro lançou o Mapa Cultural da Periferia, um catálogo com 50 DJ. Foi uma iniciativa importante e única que despertou grande interesse nomeio do hip hop ao destacar um de seus elementos e discutir sua relação com os outros três elementos da cultura (b boy, MC e o Graffiti).
Seminário Regional do Nepso – São Paulo - Capital	IPM e escolas públicas	100	São Paulo – SP	04 dez	Apresentação dos trabalhos de pesquisa de opinião realizados por alunos e professores de escolas públicas da Capital e do município de Biritiba Mirim.
Seminário Regional do Nepso – São Paulo - Mauá	IPM, e escolas públicas	150	Mauá – SP	14 nov	Apresentação dos trabalhos de pesquisa de opinião realizados por alunos e professores de escolas públicas do município de Mauá.
Seminário Estadual do Nepso - SP	IPM, Diretoria de Ensino Leste, SME de Pirapora,	450	Mauá – SP	01 nov	Apresentação dos trabalhos de pesquisa de opinião realizados por alunos e professores de escolas públicas do Estado de São Paulo. Realização, por técnicos do IBOPE, de oficinas educativas.
I Simpósio Internacional do NEPSO	IPM, UNESCO e Universidad de La Frontera	150	Temuco, Chile	26 e 27 set	Reuniu professores e coordenadores dos estados de SP, MG, PE e RS (Brasil) e da AR, CL, CO, MX.
VII Congresso Internacional do Nepso	IPM, UNESCO, Universidade de Caxias do Sul, UFMG, UFPR	800	Belo Horizonte, MG e Caxias do Sul, RS	11 e 12 de outubro e 21 e 22 de novembro	Reuniu alunos, professores e coordenadores dos estados de SP, RJ, MG, PE, RS, DF e BA (Brasil) e da AR, CL, CO e MX. Esses educadores com acadêmicos e pesquisadores debateram sobre aprendizagem em rede, indicando desafios e possibilidades de enfrentamento.
Missão de Seguimento ao Complexo do Alemão da Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação	Grupo Articulador da Missão	100	Rio de Janeiro/RJ	29 e 30 ago	Devolutiva do relatório da missão para escolas e comunidade

I Encontro da Educação Básica sobre a implementação da lei 10.639	Grupo Negritude da Escola de Aplicação da USP	250	São Paulo/SP	17 e 18 out	Realização de seminário com as 30 escolas que participarão da etapa de multiplicação do projeto Educando para a Igualdade Racial, divulgação da Consulta sobre Relações Étnica-Raciais, fortalecimento de alianças.
Missão da Relatoria à Pernambuco sobre Educação Prisional e Fechamento de escolas do povo indígena Pankará	Ministério Público Estadual, Comitê Pernambucano da Campanha, SEMPRI, MNDH, GAJOP, Articulação dos Povos Indígenas, Observatório Negro etc	200	Recife	28 a 31 out.	Realizamos visitas, reuniões, entrevistas e uma audiência pública em parceria com o Ministério Público Estadual. Da audiência, foi tirado um termo de compromisso entre as diferentes autoridades pela implementação das recomendações
Missão da Relatoria às unidades prisionais de São Paulo	Rede de Educações nas Prisões de São Paulo	200	São Paulo/SP	1, 2, 5 e 23/dez	Realizamos visitas, entrevistas e reuniões sobre o tema.
Mostra Cultural da Cooperifa	Cooperifa	2.500	São Paulo/SP	18 a 23/nov	Evento promovido pela Cooperifa, do qual fomos parceiros co-realizadores. Foram 05 debates; 02 saraus; 01 feira de livros; 01 espetáculo cênico; 01 Mostra de Filmes; 01 espetáculo de dança; 05 shows.
Dia do Samba	10 rodas de samba de comunidades	800	São Paulo/SP	02 a 05/dez	Apresentação de 7 rodas de samba e exibição de três filmes. O evento fortaleceu a aliança entre as rodas de samba, acrescentando ao encontro um espaço de reflexão sobre o movimento a partir da exibição de filmes
VII Feira Preta	Preta Multimídia/Sesc-SP	12.000	São Paulo/SP	13 e 14/dez	Diversas atividades abordando moda, culinária, beleza, decoração, culinária, música, filmes, literatura, fotografia, artes plásticas, religiões, empreendedorismo e diversidade tudo dentro do universo afro-brasileiro. Realizado No Palácio das Convenções do Anhembi, o evento atraiu um grande público e consolidou a iniciativa como a maior do Brasil. O evento é promovido pela Preta Multimídia e a Ação Educativa é co-realizadora.
Total		24.090			

IV. PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS**Internacionais (23)**

Nome	Promotor	Local	Data	Tipo de intervenção
Conferencia Internacional "Nutrindo a esperança, aprofundando a democracia e combatendo as desigualdades: um balanço do governo Lula".	CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social	Duke University/Duham/North Carolina	27 a 28 mai	Palestrante: um balanço do governo Lula no plano da participação da sociedade civil
Workshop on the Global Report on Adult Learning and Education (GRALE)	UNESCO Institute for Lifelong Learning	Hamburg, Germany	20 a 22 Fev./2008	Participante
Assembléia da Campanha Global pela Educação	Campanha Global e Campanha Nacional pelo Direito à Educação	São Paulo/SP	22 a 24 de janeiro	Participação e lançamento da publicação "OMC, Banco Mundial e FMI: o impacto nas políticas educacionais"
Oficina de Justiciabilidade e Direito à Educação na América Latina	Campanha Latino-americana pelo Direito à Educação	São Paulo/SP	25 de janeiro	Participação e divulgação da experiência da Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação.
I Encontro Internacional do projeto Participação Juvenil na Democracia	Fajudis - Federação das Associações Juvenis do Distrito de Santarém	Santarém/Portugal	20/02 a 27/02	Participação e exposição sobre "Jovens Brasileiros e Participação".
Encontro Latino Americano sobre Educação nas prisões	Unesco	Brasília/DF	27 e 28/3	Apresentação de trabalho: Educação de Mulheres encarceradas
Poverty and Human Rights in the field of international Development Cooperation	Brot für die welt	Berlim	03 e 04/04	Apresentação de trabalho: Educação, direitos humanos e o papel da sociedade civil.
II Encontro Internacional do Projeto Participação Juvenil na Democracia – FAJUDIS	Fajudis - Federação das Associações Juvenis do Distrito de Santarém	San Salvador/El Salvador	13/04 a 20/04	Participação e exposição no Seminário Internacional "Dinâmicas de Socialização Política e Participação Juvenil".
II Congresso Internacional de Pedagogia Social: O papel da Ong's na política educacional brasileira	Faculdade de Educação da USP	São Paulo	16 de abril	Debatedora: Mesa-Redonda 2: O papel das ONG's na política educacional brasileira
Seminário Internacional: Desafios e estratégias para a cooperação na temática da juventude	Secretaria Geral da Presidência da República/Secretaria Nacional de Juventude	Brasília/DF	28/04	Exposição na Mesa de Abertura
III Encontro dos parceiros do projeto participação juvenil na democracia Ana Paula	Fajudis - Federação das Associações Juvenis do Distrito de Santarém	Ilha do Sal /Cabo Verde	27/06 a 03/07	Participação e exposição sobre "A 1ª Conferência Nacional de Políticas de Juventude no Brasil: algumas reflexões"
Conferência da Sociedade Civil das Américas para a Revisão de Durban	Comitê Internacional de Sociedade Civil	Brasília/DF	15 a 17 de junho	Integrante da equipe de relatoria do evento

Seminário Regional Sudamericano sobre Juvetud y Desarrollo: Trabajo Juvenil, Capacitación y Desarrollo Empreendedor	OIJ	Buenos Aires/Argentina	30/07 e 31/07	Participação
Seminário "Qual é o sentido social da modernização do trabalho"	Faculdade de Educação/UNICAMP	Campinas/SP	12/08	Participação
IV Encontro Internacional do Projeto Participação Juvenil na Democracia - FAJUDIS	FAJUDIS -	San José/Costa Rica	18/08 a 22/8	Participação e exposição no Seminário Internacional "Exercício da cidadania na promoção do desenvolvimento do bem-estar social"
Proyecto: construyendo capacidades em herramientas para la participación y el control social sobre las políticas públicas	Instituto Polis e Civicius	São Paulo/SP	01/09 a 04/09	Participação
Seminário "Educação secundária: Direito, Inclusão e Desenvolvimento"	UNICEF	Argentina	Setembro	Participação
Seminário Internacional Educación Secundaria: Derecho y Desarrollo	UNICEF Brasil/Chile/Argentina	Buenos Aires/Argentina	02/09 a 04/09	Participação
V Encontro Internacional do Projeto Participação Juvenil na Democracia - FAJUDIS	FAJUDIS	São Paulo/SP	02/10 a 07/10	Participação e exposições sobre "O marketing eleitoral e a participação juvenil" e "A experiência brasileira: o Conselho Nacional de Juventude - Conjuve e a 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude"
VI Encontro Internacional do Projeto Participação Juvenil na Democracia - FAJUDIS	FAJUDIS	Budapest/Hungria	07/12 a 12/12	Participação e exposição no Seminário Internacional "Os Jovens e as Associações Juvenis na Promoção e Defesa dos Direitos Humanos"
Regional Literacy and CONFITEA /VI Preparatory Conference of Latin America and the Caribbean "From Literacy to Lifelong Learning: Towards the Challenges of the 21st Century"	ICAE	México City/México	10 a 13 set	Participante
IALLA IV - Icae Academy Of Lifelong Learning Advocacy	ICAE	Cape Town/South Africa	Out - nov	Ministrou curso sobre relação estado e sociedade e o processo participatório no FSM
Mesa Redonda Mesa Brasil: Todo ano Lula? Balanço político social após seis anos de Governo	Kooperation Brasilien e.V.	Bonn/Alemanha	12 a 14 dez	Palestrante: Fórum 1: Todos no barco da educação?

Nacionais (48)

Nome	Promotor	Local	Data	Tipo de intervenção
Congresso Brasileiro dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Fundação ABRINQ	São Paulo/SP		Palestra "O ECA e o Direito à Educação"
Seminário "A Tutela Coletiva dos Direitos Humanos"		Belo Horizonte/MG		Palestra "Estratégias de Litígio Coletivo Interno em Direitos Humanos".
Ciclo de Debates "Democracia, Estado Laico e Direitos Humanos".		São Paulo/SP		Palestra "Ensino Religioso: diagnósticos e tensões"
Oficina sobre Monitoramento dos Direitos da Criança e Elaboração de Relatórios	ANCED	São Paulo/SP	16 a 18 de janeiro	Participação
Oficina sobre Justiciabilidade do Direito à Educação	CLADE	São Paulo/SP	25 de janeiro	Participação
Seminário "TV Brasil e os Desafios para a Constituição de um Sistema Público de Comunicação"	ECA-USP	São Paulo/SP	07/03	Participação
Seminário Mídias Nativas	USP	São Paulo/SP	25/03	Participação
I Encontro Nacional de organizações parceiras do Programa de Voluntariado do Instituto Ibi	Instituto Ibi	São Paulo	10 de março	Debatedora em mesa redonda sobre letramento de jovens
1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude	Secretaria Geral da Presidência da República	Brasília/DF	27/04 a 30/04	Participação na mesa de abertura e nas mesas de condução das plenárias
Encontro Nacional preparatório para CONFITEA VI	MEC/SECAD	Brasília/DF	28 a 30 de maio	Apresentação do diagnóstico da EJA no país
Oficina sobre observatório da juventude - 3º simpósio internacional da juventude brasileira.	Secretaria Nacional de Juventude	Goiânia	06/06	Participação
Congresso da União da Juventude Socialista	UJS - União da Juventude Socialista	São Paulo/SP	13/06	Debatedora na mesa "Demandas da juventude e políticas públicas"
Jornada Técnica: avaliação da versão preliminar do documento Trabalho Decente e Juventude no Brasil	OIT - Organização Internacional do Trabalho	Brasília/DF	18/06	Participação
Seminário: Balanço e Perspectivas do Ensino Médio no Brasil	Ação Educativa	São Paulo/SP	23/06 e 24/6	Debatedora na mesa: "Contribuições para as políticas educacionais - sistematização e debate dos resultados do encontro"
IV Reunião ABAVE	ABAVE	Rio de Janeiro/RJ	18 a 20 de junho/2008	Apresentação de trabalho: Construção de escala combinada para medição do alfabetismo em contexto não escolar
Lançamento da Campanha pela Convenção dos Direitos Sexuais e dos Direitos Reprodutivos	Católicas pelo Direito de Decidir	São Paulo/SP	03/07	Participação

Oficina "Justiciabilidade dos Direitos Humanos e Democratização da Justiça"	Terra de Direitos	Curitiba	03 e 04 de julho	Participação
Seminário Educação infantil no campo	MEC/MDF/Secretaria Nacional de Mulheres	Brasília/DF	30 e 31/07	Participação representando a Campanha Nacional pelo Direito à Educação
Seminário sobre Direitos Autorais	GPOPAI	São Paulo/DF	27 e 28/8	Participação
Workshop Ideb	Game	São Paulo/DF	31/10	Participação
Políticas estaduais para o ensino médio	MEC/Fórum de Gestores para Ensino Médio	Goiânia	24 a 27/11	Participação
Seminário "Gênero no tráfico internacional de pessoas"	UNICAMP/OIT	Campinas/SP	07/08	Participação
Seminário Escola Nacional de Ensino médio	Inst. Fernando Braudel	São Paulo/SP	25/08	Participação
II Seminário sobre políticas públicas de juventude	ABUB/Rede Fale/JOCUM/Visão Mundial/Movimento Evangélico pela Justiça	São Paulo/SP	29/08	Palestra sobre Políticas Públicas de Juventude
Festival Visões Periféricas	Produtora Imaginário Digital	Rio de Janeiro/RJ	06/09 e 07/09	Participação
Encontro – Uma experiência feminista para formação política com jovens	Curumim	Olinda/PE	08/10 a 10/10	Participação e exposição
Encontro preparatório da REJ/Reunião Especializada de Juventude do Mercosul	Secretaria Nacional de Juventude	Brasília/DF	15/10	Participação
Reunião com o Ministro da Educação sobre ensino médio	Ministério da Educação	Brasília/DF	30/10	Participação
Reunião para discutir o Orçamento de Educação da Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara para discutir o	Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal de São Paulo	São Paulo/SP	17 de novembro	Participação
Seminário de Metodologias e Práticas em Programas com Juventude.	Fundação Itaú Social/Cenpec	São Paulo/SP	11/11	Debatedora do GT Juventude, Educação e Mundo do Trabalho.
I Encontro Nacional de Conselhos de Juventude – Fortalecendo Diálogos	Conselho Nacional de Juventude/Conjuve	Brasília/DF	27/11 e 28/11	Exposição em duas mesas de debate
Lançamento do "Ensino Médio Nacional"	Ministério da Educação	Brasília/DF	16/12	Participação
Colóquio: Juventude – Questões e atores no espaço público	Ação Educativa e Fundação Friedrich Ebert (FES/ILDES)	São Paulo/SP	01/12 a 03/12	Debatedora na mesa: "Atores não juvenis no campo da juventude".

Semana de Ação Global	Campanha Nacional pelo Direito a Educação	SP/PR/RS	De 22 a 29 de abril/08	Co-organização: realização de pesquisa de opinião sobre "Educação pública de qualidade – quanto custa esse direito?".
Oficina de construção de indicadores do Programa Educação Inclusiva de Save the Children (UK)	Save the Childre (UK)	São Paulo/SP	14 e 15 de fevereiro	Participação na Oficina e construção de indicadores referentes aos projetos da Ação Educativa (participação também dos programas Observatório e Ação na Escola)
Assembléia da Campanha Nacional pelo Direito à Educação	Campanha Nacional pelo Direito à Educação	São Paulo/SP	4 de abril	Participação e fala sobre a Coneb
Conferência Nacional de Educação Básica (Coneb)	Ministério da Educação	Brasília/DF	14 a 17 de abril	Participação como delegado representando a Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Coordenação da mesa: Educação, Gênero e Orientação Sexual. Palestra no colóquio: Formação de mediadores de leitura. Palestra no colóquio: Educação ao longo da vida.
Lançamento Nacional da publicação Custo Aluno Qualidade: rumo à educação pública de qualidade no Brasil	Campanha Nacional pelo Direito à Educação	São Paulo/SP	29 de abril	Palestrante
Encontro Nacional sobre a Implementação da lei 10.639	GT Interministerial para a construção do Plano Nacional	Brasília/DF	1 e 2 de julho	Integrante do GT Interministerial – coordenadora de trabalho sobre a dimensão gestão democrática do Plano
Congresso de Pesquisadores Negros	Associação Brasileira de Pesquisadores Negros	Goiânia	29 a 31 de julho	Tania e Analu realizaram o lançamento da Consulta sobre Relações Étnico-Raciais no evento
Seminário da Plataforma DHESCA Brasil	Plataforma DHESCA Brasil	Brasília/DF	18 e 19 de novembro	Participação na oficina na condição de Relatora Nacional de Educação
XIV Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino - ENDIPE, 2008, Porto Alegre. Trajetórias e processos de ensinar e aprender: políticas e tecnologias	PUC/RS	Porto Alegre	28 a 29/04/2008	Palestrante: Educação de jovens e adultos, direito humano ou desenvolvimento humano.
Encontro de Dialogo: Agenda Nacional dos Indutores de Responsabilidade Social Empresarial	Avina Brasil	São Paulo/DF	09 e 10/03	Debatedor
ENCONTRO ESTADUAL DE EJA: preparatório para CONFITEA VI	Fórum Estadual de EJA/SP	Guarulhos/SP	14 e 15/03/2008	Palestra: "CONFITEA e a EJA no Brasil",
II Oficina de Cooperação Sul-Sul e 1ª Reunião CNANEJA	MEC - SECAD	Salvador	24 a 26/02/2008	Palestrante
Fórum Democracia 2008	Canal Futura/POP	Rio de Janeiro/RJ	28/02/2008	Palestrante

Conferência Nacional de Educação Básica: .Colóquio: Educação ao longo da vida	MEC/SEB	Brasília/DF	17/04/2009	Palestrante
--	---------	-------------	------------	-------------

Regionais/Estaduais/Municipais (28)

Nome	Promotor	Local	Data	Tipo de intervenção
Audiência Pública	Mandato deputado estadual Carlos Giannazi	São Paulo/SP	27/03	Participação: Lei da Mordaza
III Encontro "A mulher no sistema carcerário: A Saúde da Mulher no Sistema Carcerário"	Grupo de Estudos Mulheres Encarceradas; ITTC	São Paulo/SP	5/6	Participação
Seminário: "Remuneração por mérito e a Qualidade do ensino"	Instituto Fernand Braudel	São Paulo/SP	17/9	Participação
Conferência de Juventude da cidade de São Paulo	Coordenadoria de Juventude / Prefeitura de São Paulo	São Paulo/SP	23/02	Participação
Conferência livre da juventude "discutindo a criminalização da pobreza"	Comissão de defesa dos direitos da criança do adolescente e da juventude da Câmara Municipal de São Paulo	São Paulo/SP	26/03	Exposição e debate
Fórum dos Inconfidentes	UFOP	Itabirito/MG	13 a 14 de março	Palestrante sobre a importância do diagnóstico da EJA.
Conferência Estadual de Juventude	Coordenadoria de Juventude de São Paulo	São Paulo/SP	29/03 e 30/03	Participação na mesa de abertura e na Comissão Organizadora
Apresentação e debate sobre a Plataforma do Unicef para os Grandes Centros Urbanos	Unicef	São Paulo/SP	01/04	Participação
Debate: os pais e a qualidade da educação pública	Inst. Fernando Braudel	São Paulo/SP	02/04	Participação
Seminário "Mudanças na Educação Paulista"	Ação Educativa	São Paulo/SP	10/04 e 11/04	Co-organização e mediação de mesa
2º Encontro de Jovens da Força Sindical de São Paulo	Secretaria Estadual da Juventude Criança e Adolescente da Força Sindical São Paulo	São Paulo/SP	14/04	Palestra – Juventude e Participação Social: do imaginário à realidade

Audiência pública sobre o Projovem na cidade de São Paulo	Comissão de defesa dos direitos da criança do adolescente e da juventude da Câmara Municipal de São Paulo	São Paulo/SP	21/05	Participação
Avaliação do trabalho da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança do Adolescente e da Juventude da Câmara Municipal de São Paulo	Comissão de Defesa dos Direitos da Criança do Adolescente e da Juventude da Câmara Municipal de São Paulo	São Paulo/SP	26/06	Mediação da Mesa
Seminário de planejamento do Coletivo de Juventude da CUT	Central Única dos trabalhadores - CUT	São Paulo/SP	13/6	Palestrante. Apresentação dos resultados da pesquisa Jovens e Trabalho no Brasil – desigualdades e desafios para as políticas públicas.
Audiência pública sobre o Projovem na cidade de São Paulo	Comissão de defesa dos direitos da criança do adolescente e da juventude da Câmara Municipal de São Paulo	São Paulo/SP	26/06	Participação
Roda de Conversa Políticas Públicas de Juventude	CCJ – Centro Cultural da Juventude	São Paulo/SP	19/08	Debatedora
Seminário sobre trabalho e gênero	SOF	São Paulo/SP	20/08	Participação.
Lançamento do Pacto Pela Juventude em São Paulo	Conselho Nacional de Juventude e Coordenadoria de Juventude do Estado de São Paulo	São Paulo/SP	20/08	Exposição
Educação – Encontro com Candidatos à Prefeitura de São Paulo.	Movimento Nossa São Paulo	São Paulo/SP	09/09	Participação
1ª Semana do Vídeo Popular	Fórum Audiovisual São Paulo	São Paulo/SP	28/11 a 30/11	Participação
Seminário de Sociologia	Sociedade Brasileira de Sociologia/USP	São Paulo/SP	22/07	Exposição sobre o Contexto da elaboração da Proposta Curricular de sociologia de 1988
Semana da Geografia	Faculdade de Geografia/USP	São Paulo/SP	Outubro	Apresentação de pesquisa de opinião realizadas por alunos da E.E. Dª Esperança Saavedra
“O sentido formativo das Humanidades”	Faculdade de Educação/USP	São Paulo/SP	Novembro	Participação

Congresso Científico da Universidade Metodista	Universidade Metodista	São Bernardo do Campo/SP	29/10/2008	Apresentação: A experiência NEPSO como via de fortalecimento do protagonismo social - um estudo da gestão social em novas arquiteturas organizacionais
Encontro Municipal de educadores de São Paulo	Simpeem	São Paulo/SP	29 de março	Palestrante na mesa sobre o Plano Municipal de Educação de São Paulo
Diálogos Regionais sobre a implementação da lei 10.638	GT Interministerial para a construção do Plano Nacional	São Luis	28 e 29 de maio	Integrante do GT Interministerial - coordenadora de trabalho sobre a dimensão avaliação do Plano
Encontro sobre Educação nas Prisões do Rio Grande do Sul e visita à unidade feminina	UFRS	Porto Alegre	27 e 28 de novembro	Palestrante do Encontro e visita da Relatoria à unidade feminina.
Seminário Educação Inclusiva	Fórum Estadual de Educação Inclusiva	São Paulo/SP	3 de dezembro	Palestrante sobre o Plano Municipal de Educação de São Paulo, representando o GT Educação do Movimento Nossa São Paulo

Locais (14)

Nome	Promotor	Local	Data	Tipo de intervenção
Seminário CEPPPE	CEPPPE	São Paulo	28 e 29/7	Participação
Mesa redonda: Ciências Sociais e Ensino Médio	DECISE/Faculdade de Educação da UNICAMP	Campinas	11/8	Participação
Debate Eleições 2008 e educação	Movimento Nossa São Paulo	São Paulo/SP	09/09	Participação
Roda de Conversa "O desafio da diversidade nas políticas educacionais da França e da África do Sul"	Ação Educativa/Programa Pesquisa e Monitoramento	São Paulo/SP	22/10	Participação
Audiência Pública na Câmara dos Vereadores de São Paulo sobre orçamento 2009	Câmara dos Vereadores de São Paulo	São Paulo/SP	03/11	Participação
Palestra "A importância e a operacionalização do Encceja e Enem no processo de educação dos encarcerados"	Centro de Detenção Provisória de Diadema	Diadema	05/11	Participação
Fórum Paulista de EJA - Palestra sobre educação nas prisões em São Paulo	Fórum Paulista de EJA	São Paulo/SP	06/11	Participação
Lançamento do livro "A Reforma Educacional na América Latina - Uma perspectiva histórico-sociológica"	Profa. Nora Krawczyk	São Paulo/SP	27/11	Participação
I Encontro de Mídia Ativista	Movimento Humanista	São Paulo/SP	29/03	Participação
Encontro com o Diretor Geral de Relações Culturais e Científicas da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento	Casa de Cultura da Espanha	São Paulo/SP	09/04	Participação

Palestra sobre Juventude	Igreja Católica/Diocese da Saúde	São Paulo/SP	31/05	Palestra
Cinema no Campus – filme: Houve Uma Vez um Verão	Centro Universitário do Senac	São Paulo/SP	10/06	Debatedora
Debate: Juventude e Empreendedorismo	Instituto Camargo Correa	São Paulo/SP	28/10	Participação como debatedora em roda de diálogo sobre a situação juvenil no mundo do trabalho, especialmente no universo do empreendedorismo. Contou com a presença de outros 06 representantes de organizações da sociedade civil e da coordenadora de programas para juventude do Estado de São Paulo.
Encontro com alunos FEUSP: Jade e Ensino médio	Faculdade de Educação/USP	São Paulo/SP	03/11	Palestra

V. PARTICIPAÇÃO EM REDES, FÓRUNS, ARTICULAÇÕES INTERSETORIAIS E CONSELHOS DE REPRESENTANTES

Nome	Resultados no período
Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social/CDES	Além das reuniões ordinárias, participou como membro do conselho diretor do Observatório da Equidade.
Conselho Técnico Científico da Educação Básica/CAPES/MEC	O Conselho dedicou-se a estabelecer a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da educação básica e a disciplinar a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada.
Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos – CNAEJA/MEC	Concentrou-se fundamentalmente em construir o processo brasileiro para a participação na CONFITEA VI, a ser realizado em 2009, em Belém.
Campanha Nacional pelo Direito à Educação	Apoio à Lei do Piso Nacional Salarial para o Magistério Acompanhamento dos impactos da reforma tributária para a educação. Definida linha de intervenção na CONEB, produção de subsídios sobre a institucionalidade da gestão participativa na educação.
Plataforma DHESCA Brasil	Coordenação, mandato para cargo de Relator Nacional do Direito à Educação. A relatora fez relatório sobre Educação e Violência Armada: missão ao Complexo do Alemão, devolutiva à comunidade, Participação na reunião de avaliação de Plataforma visando a reconfiguração do Projeto Relatores em 2009.
GT Educação do Movimento Nossa São Paulo	Análise de projetos de lei tramitando no legislativo, organização de debates sobre ensino profissionalizante, organização de debate com representantes dos candidatos ao governo municipal sobre suas propostas para educação, gestões junto ao poder público e sindicatos para desencadear processo de construção participativa de Plano Municipal de Educação, participação nas Comissões Executiva e Organizadora do Plano, elaboração de subsídios sobre metodologia do processo, organização, regimento interno, comunicação entre outras.
Movimento Creche para Todos	Realização de cadastro da demanda por creche, pedidos administrativos, participação em audiências públicas, ações junto ao ministério público.
Conselho Nacional de Juventude (Conjuve)	Assumido mandato de vice-presidente representando a sociedade civil, realização da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude.

GT Juventude – Movimento Nossa São Paulo	Após participação de encontros no 1º semestre, em reunião do GT Juventude tomou-se como orientação que esse espaço fosse um fórum de jovens da cidade de São Paulo, privilegiando a participação destes sujeitos. A partir de então a Ação Educativa distanciou-se do GT, mas manteve-se à disposição para apoiá-lo.
Rede Juventude, Educação e Mobilização Comunitária	A RJEMC é uma proposta da Ação Educativa para articular organizações da sociedade civil que atuam com jovens. Em 2008 foi possível consolidar um grupo de seis organizações que de fato se animam com a proposta. Os encontros permitiram mapear interesses díspares para esse encontro – algumas estão interessadas em articulações políticas, e outras, na troca/intercâmbio de informações e formações. Ficou para 2009 a definição de sua identidade e do seu plano de trabalho.
Fórum Audiovisual São Paulo	O Fórum se fortaleceu, mantendo-se atuante ao longo do ano e sendo responsável pela realização da 1ª Semana de Vídeo Popular, na cidade de São Paulo.
Fórum de Experiências Populares em Audiovisual - Brasil	Participação e viabilização da ida de 45 jovens ao encontro nacional realizado no Rio de Janeiro nos dias 06 e 07 de setembro
Comissão Organizadora da Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude – COE	Em meio às tensões existentes entre a Secretaria Nacional de Juventude e a Coordenadoria de Juventude do Estado de São Paulo, a COE conseguiu garantir a realização da Conferência Estadual, que reuniu 1000 delegados de todo o Estado, definiu as propostas prioritárias de políticas e elegeu os X delegados que representaram o Estado de São Paulo na Etapa Nacional da Conferência.
Comissão Organizadora da Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude – CON.	Instituída por portaria ministerial, a COM coordenou todo o processo da Conferência Nacional de Juventude que mobilizou mais de 400 mil pessoas pelo país, fundamentalmente jovens. Na Etapa Nacional, mais de 2000 jovens debateram e aprovaram 70 resoluções, sendo 22 as prioridades.
Grupo de Buenos Aires	O grupo, que reúne ONGs e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, demandou e conseguiu reunião com o Ministro Fernando Haddad da Educação para discussão da proposta de Reestruturação do Ensino Médio, na qual comprometeu-se a realizar um seminário nacional para discussão da proposta.
Grupo de trabalho Interministerial de construção do Plano Nacional de Implementação da lei 10.639.	Integramos o grupo de Redação do GT Interministerial. O documento foi elaborado, contando com o envolvimento de mais de 700 pessoas que participaram dos Encontros Regionais, O documento foi entregue em audiência ao Ministro da Educação no dia 20 de novembro. Aguardamos para o dia 13 de maio posicionamento do MEC sobre o documento. O GT foi extinto formalmente com a entrega do documento ao Ministro.

V. INSERÇÕES NA MÍDIA

Tema: Educação e Direitos Humanos/Justiciabilidade

Rádio e TV

1. CBN São Paulo - **Radio CBN** - 23/01/2008 - SP - Entrevista ao vivo com Mariângela Graciano sobre a entrega de dossiê sobre lei que impede livre expressão de professores de SP ao Ministério Público do Estado.
2. Programa Silêncio dos professores - **TV APEOESP** - 26/01/2008 - SP - Entrevista com Mariângela Graciano (coordenadora do Observatório da Educação), sobre lei que impede livre expressão de professores de SP.
3. Situação dos Professores de Escola Pública - **Jornal da Record - TV Record** - fevereiro 2008 - 19h - SP - Situação em áreas de conflito armado Entrevista com Denise Carreira - Tema Situação dos Professores de Escola Pública incluindo áreas de conflito armado
4. **Rádío Globo** - 04/07/2008 - SP - Entrevista com Sérgio Haddad (coordenador-geral da Ação Educativa) sobre a ausência dos professores na definição das políticas educacionais.
5. **Canal Futura** - 07/10/2008 - SP - Entrevista com Sérgio Haddad (coordenador geral da Ação Educativa) sobre a Campanha Fala Educador! Fala Educadora!
6. Jornal Jovem Pan - **Rádío Jovem Pan Am** - 07/10/2008 - 15h10 às 16h - SP - Entrevistas com Mariângela Graciano (coordenadora do Observatório da Educação), Paula Martins (coordenadora da ONG Artigo XIX) e José Luiz Fiori (professor da rede estadual de São Paulo), sobre a Campanha Fala Educador! Fala Educadora

Jornais e revistas

1. Supletivo de SP é inadequado, diz Promotoria - **Jornal Folha de S. Paulo** - Pg. C 10 - 25/01/2008 - SP - Entrevista com Salomão Ximenes (Ação Educativa) sobre a promotoria de SP querer que secretarias de educação realizem um censo sobre a demanda de EJA.
2. Retaliada por falar - **Jornal O Povo** - 02/02/2008 - CE - Coluna inspirada por sugestão do Boletim Ação na Mídia, produzido pelo Observatório da Educação da Ação Educativa, sobre a entrega de dossiê sobre lei que impede livre expressão de professores de SP ao relator da ONU sobre o direito à educação e situação de professores no Ceará.
3. Mordaza na escola - **Revista Época** - Pg. 56 - 25/02/2008 - nacional - Entrevista com Paula Martins (Artigo 19) e Mariângela Graciano (Observatório da Educação) sobre necessidade de revisão de lei criada para punir funcionários públicos que falam com a imprensa.
4. Construindo democracia - balanço das apostas pós-ditaduras - **Jornal Brasil de Fato** - pg. 00 - Brasil - 24/03/2008 - artigo assinado por Sérgio Haddad.
5. Educação e Exclusão no Brasil - **Jornal Le monde diplomatique** - pg. 32 a 33 - Brasil - 01/05/2008 - artigo assinado por Sérgio Haddad.
6. Crescimento e saúde pública - **Jornal Brasil de Fato** - pg. 00 - São Paulo - 07/05/2008 - artigo assinado por Sérgio Haddad.
7. Estatutos do silêncio - **Revista Educação** - pg. 68 - Maio/2008 - nacional - Entrevista com Mariângela Graciano (coordenadora do Observatório da Educação), sobre levantamento dos estados que possuem leis que restringem a liberdade de expressão de professores.
8. Em São Paulo, déficit de vaga em creche salta 49% - **Jornal O Estado de S. Paulo** - pg. A 17 - 25/07/2008 - SP - Entrevista com Salomão Ximenes (assessor da Ação Educativa) sobre falta de vagas em creches em São Paulo.
9. 110 mil crianças aguardam vagas nas creches municipais - **Jornal da Tarde** - pg. 6A - 25/07/2008 - SP - Entrevista com Salomão Ximenes (assessor da Ação Educativa) sobre aumento da demanda por creches publicada pela prefeitura após mandato de segurança.
10. Educação na rota das balas - **Jornal Correio Braziliense** - 09/08/2008 - DF - Entrevista Denise Carreira (relatora pelo direito à educação) sobre relatório sobre a educação no complexo do alemão.
11. Guerra do tráfico deixa sem aula 40% dos jovens de favela no Rio - **Jornal Diário de São Paulo** - 11/08/2008 - SP - Entrevista Denise Carreira (relatora pelo direito à educação) sobre relatório sobre a educação no complexo do alemão.
12. Confrontos deixaram 40% sem aulas no Alemão - **Jornal O Globo RJ** - 11/08/2008 - RJ - Entrevista Denise Carreira (relatora pelo direito à educação) sobre relatório sobre a educação no complexo do alemão.
13. Violência deixa alunos de favela sem aula - **Jornal O Estado de S. Paulo** - 11/08/2008 - SP - Entrevista Denise Carreira (relatora pelo direito à educação) sobre relatório sobre a educação no complexo do alemão.

14. Retrato brasileiro - Flagrantes de abuso - **Jornal Correio Braziliense** - 14/08/2008 - DF - Entrevista Denise Carreira (relatora pelo direito à educação) sobre relatório sobre a educação no complexo do alemão.
15. Presídios de Pernambuco recebem relatoria - **Revista Zap PE -28/10/2008** Denise Carreira entrevistada sobre a Missão da Relatoria.
16. Educação é para pouco no Presídio Aníbal Bruno - **Diário de Pernambuco** - 28/10/2008 - Denise Carreira entrevistada sobre a Missão da Relatoria.
17. Fale bem ou se cale! - **Revista Viração** - pg. 22 a 23 - outubro - SP - Entrevista com Mariângela Graciano (coordenadora do Observatório da Educação) sobre a Campanha Fala Educador! Fala Educadora!
18. Cale a boca, professor! (É a lei) - **Revista Súmula Inteligente** - pg. 54 e 55 - Dezembro de 2008 - Nacionais - Entrevista com Sérgio Haddad (Coordenador Geral da Ação Educativa) sobre a Campanha Fala Educador! Fala Educadora!

Internet

1. Notícias/Centro de Cultura Luiz Freire/Entrevistas - www.ombuspe.org.br/cclf - 21/02/2008 - entrevista sobre a pesquisa Educação Exclusão - entrevistado: Sérgio Haddad
2. Fala Mestre! Fala Mestre! - www.apeoesp.org.br - 05/06/2008 - SP - reprodução do editorial do boletim Desafios da Conjuntura 24, produzido pelo Observatório da Educação da Ação Educativa.
3. Confrontos entre polícia e traficantes tiram crianças da escola no Rio - www.folha.uol.com.br - 11/08/2008 - SP - entrevista Denise Carreira (relatora pelo direito à educação) e divulga relatório sobre a educação no complexo do alemão.
4. Educação no Morro do Alemão está em situação de emergência - www.agenciabrasil.gov.br - 14/08/2008 - DF - entrevista Denise Carreira (relatora pelo direito à educação) e divulga relatório sobre a educação no complexo do alemão.
5. Fala Educador! - Boletim Educacional e Cultural da Apeoesp - www.apeoesp.org.br - 23/9/2008 - SP - Divulga Campanha Fala Educador! Fala Educadora!
6. Debate lança campanha pela liberdade de expressão dos profissionais da educação - www.e-educador.com - 26/09/2008 - Nacional - divulgação da Campanha Fala Educador! Fala Educadora!
7. Debate lança campanha pela liberdade de expressão dos profissionais da educação - www.avina.net - Outubro - Nacional - divulgação da Campanha Fala Educador! Fala Educadora!
8. Entidades lançam campanha nacional em favor da liberdade de expressão de trabalhadores em educação - www.ogiro.com.br - 06/10/2008 - Nacional - entrevista com Mariângela Graciano (coordenadora do Observatório da Educação) sobre Campanha Fala Educador! Fala Educadora!
9. Campanha pela liberdade de expressão dos profissionais da educação - www.oficinadeimagens.org.br - 06/10/2008 - Nacional - divulgação da Campanha Fala Educador! Fala Educadora!
10. A Lei do Silêncio - www.sinprocampinas.org.br - 09/10/2008 - Nacional - divulgação da Campanha Fala Educador! Fala Educadora!
11. A lei do silêncio - www.educarparacrescer.abril.com.br/ - 07/10/2008 - SP - divulgação da Campanha Fala Educador! Fala Educadora!
12. "Fala Educador! Fala Educadora!" - www.cut.org.br/ - 07/10/2008 - Nacional - divulgação da Campanha Fala Educador! Fala Educadora!
13. A lei do silêncio - www.puccamp.br/imprensa - 07/10/2008 - Nacional - divulgação da Campanha Fala Educador! Fala Educadora!
14. A lei do silêncio - www.andi.org.br - 07/10/2008 - Nacional - divulgação da Campanha Fala Educador! Fala Educadora!
15. Campanha denuncia ausência da voz dos professores no debate sobre educação - www.aprendiz.uol.com.br - 08/10/2008 - Nacional - entrevista com Sérgio Haddad (Coordenador Geral da Ação Educativa) sobre Campanha Fala Educador! Fala Educadora!
16. Campanha denuncia ausência da voz dos professores - www.jornaldeopiniao.com.br - 12/10/2008 - Nacional - entrevista com Sérgio Haddad (Coordenador Geral da Ação Educativa) sobre Campanha Fala Educador! Fala Educadora!
17. Professores de bico calado - www.cnte.org.br - 15/10/2008 - Nacional - divulgação da Campanha Fala Educador! Fala Educadora!
18. Professores de bico calado - www.direitoacomunicacao.org.br - 15/10/2008 - Nacional - divulgação da Campanha Fala Educador! Fala Educadora!
19. Moção de Apoio à Campanha Fala Educador! Fala Educadora! - www.cnte.org.br - 20/10/2008 - Nacional - divulgação da Campanha Fala Educador! Fala Educadora!

20. Fontes de sabedoria - www.canaldaimprensa.com.br/ - 23/10/2008 - Nacional - divulgação da Campanha Fala Educador! Fala Educadora!
21. Campanha lembra ameaças a professores da rede pública que se manifestam à imprensa - www.abjnoticias.com - 28/10/2008 - Nacional - entrevista com Sérgio Haddad (Coordenador Geral da Ação Educativa) sobre Divulgação da Campanha Fala Educador! Fala Educadora
22. Relatoria Nacional analisa oferta de educação em presídios pernambucanos - www.oglobo.com.br - 27/10/2008 - entrevista de Denise Carreira sobre Missão Educação nos presídios em Pernambuco.
23. Presídios de PE recebem visita de grupos ligados a Direitos Humanos à Educação - www.oglobo.com.br - 28/10/2008 - entrevista de Denise Carreira sobre Missão Educação nos presídios em Pernambuco.
24. Relatoria de Educação visita o Presídio Aníbal Bruno - www.jc.com.br - 28/10/2008 - Denise Carreira entrevistada sobre Missão da Relatoria.
25. Missão investiga sistema educacional de prisões no Brasil - www.radioagenciamp.com.br - 29/10/2008 - Denise Carreira entrevistada sobre Missão da Relatoria.
26. Fontes de sabedoria - Observatório da Imprensa www.observatoriodaimprensa.com.br - 28/10/2008 - Nacional - Divulgação da Campanha Fala Educador! Fala Educadora!
27. Relatoria Nacional de Educação conclui missão em Pernambuco - Portal Cimi <http://www.ecodebate.com.br> - 10/11/2008 - Nacional - Denise Carreira (relatora pelo direito à educação) e Suelaine Carneiro (assessora da relatoria pelo direito à educação), sobre o cumprimento do direito à educação em presídios de Pernambuco.
28. Justiça e Serra operam para calar funcionários públicos - Site Vermelho www.vermelho.org.br - 14/11/2008 - Nacional - Mariângela Graciano (coordenadora do Observatório da Educação) sobre Campanha Fala Educador! Fala Educadora!
29. Em SP, lei e decisões judiciais calam funcionários - Observatório do Direito à Comunicação www.direitoacomunicacao.org.br - 13/11/2008 - Nacional - Mariângela Graciano (coordenadora do Observatório da Educação) sobre Campanha Fala Educador! Fala Educadora!
30. Consumismo atrapalha objetivos da Declaração Universal dos Direitos Humanos - <http://noticias.uol.com.br/ultnot/internacional/2008/12/10/ult1859u475.jhtm> - 10/12/2008 - matéria sobre a comemoração da declaração dos direitos humanos - cita Sérgio Haddad
31. Assembléia revoga "lei da mordada" para funcionalismo de SP - [Observatório do Direito à Comunicação](http://Observatorio.do.Direito.a.Co-municacao) - 11/12/2008 - Nacional - Mariângela Graciano (coordenadora do Observatório da Educação) - Campanha Fala Educador! Fala Educadora!

Tema: Analfabetismo/Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional

Jornais e revistas

1. Uma equação sem resultado - **Revista Educação** - Edição 139 - 15/02/2008 - matéria sobre o INAF.

Internet

1. Indicadores para alfabetizar o Brasil - www.trilhadeluz.com.br - 08/09/2008- Brasília - matéria no portal de educação de Brasília sobre o INAF
2. Uma equação sem resultado - www.revistaeducacao.uol.com.br - 15/02/2008 - matéria sobre o INAF.

Tema: Educação de Jovens e Adultos

Jornais e revistas

1. Educação: difícil recuperação - **Jornal Correio Braziliense** - p. 00 - 25/05/2008 - Caderno Brasil/Brasília - matéria sobre EJA - entrevistada: Vera Masagão Ribeiro
2. Ensino voltado para jovens e adultos no País apresenta evasão próxima de 70% - **Jornal O Estado de Tapajós** - p. 00 - 26/05/2008 - matéria sobre a desistência em EJA - cita Vera Masagão Ribeiro
3. VI CONFITEA: uma oportunidade - **Revista Presença Pedagógica** v.14 nº 82 - p.77 a 78 - Jul./ago/2008 - artigo assinado por Sérgio Haddad sobre a Confintea VI
4. Em busca do tempo perdido - **Revista Amanhã/Encarte especial Educação um novo começo** - ed./julho/2008 - Porto Alegre - matéria sobre EJA no Brasil - entrevistada: Vera Masagão Ribeiro

Internet

1. Nacional: coordenadora ONG da Ação Educativa critica Brasil Alfabetizado – www.tribunaimprensa.com.br – 27/04/2008 – Araraquara – matéria sobre atendimento EJA dentro do Programa Brasil Alfabetizado – entrevistada: Vera Masagão Ribeiro
2. Educação: difícil recuperação – www.correiobraziliense.com.br – 25/05/2008 – Caderno Brasil/Brasília – matéria sobre EJA – entrevistada: Vera Masagão Ribeiro
3. Ensino voltado para jovens e adultos no País apresenta evasão próxima de 70% – www.blogdoestado.blogspot.com/ – 26/05/2008 – matéria sobre a desistência em EJA – cita Vera Masagão Ribeiro
4. Em busca do tempo perdido – <http://amanha.terra.com.br/> – ed./julho/2008 – Porto Alegre – matéria sobre EJA no Brasil – entrevistada: Vera Masagão Ribeiro

Tema: Outras Políticas Educacionais*Rádio e TV*

1. Jornal da Band – **TV Bandeirantes** – 11/01/2008 – Nacional – matéria sobre educação infantil – entrevistada Vera Masagão Ribeiro
2. Programa Jornal da Cultura – **TV Cultura** – 17/03/2008 – Nacional – matéria sobre os dados do Saesp – entrevistada Vera Masagão Ribeiro
3. Programa Letrado – **Rádio Metropolitana de Campinas** – 22/04/2008 – Programa semanal no qual Denise Carreira fez comentários sobre discussões da 1ª Conferência Nacional de Educação Básica.
4. SPTV – **Rede Globo** – 06/08/2008 – Denise Carreira fala sobre o custo aluno
5. SPTV 1ª Edição – **TV Globo** – 10/06/2008 – matéria sobre a nova regra que limita falta de professores de escolas estaduais em SP – entrevistada: Vera Masagão Ribeiro

Jornais e revistas

1. Cem piores escolas receberão apoio – **Jornal O Estadão** – pg.00 – 14/03/2008 – matéria sobre o resultado do Saesp – entrevistada Vera Masagão Ribeiro
2. Reprovado! – **Revista Época/Educação** – Março/2008 – pg.00 – matéria sobre os resultados do SAEB – entrevistada Vera Masagão Ribeiro
3. Quanto Custa Educar Direito – **Revista Época – Edição 466** – 26/03/2008 – Denise Carreira falou sobre o Custo Aluno.
4. A Greve do professorado – **Jornal O Estado de S. Paulo/Editorial** – 18/06/2008 – pg. 00 – matéria sobre o índice remoção de professores – entrevistada Vera Masagão Ribeiro
5. Adesão a greve dos professores do Estado é baixa – **Jornal O Estado de S. Paulo/Caderno Vida &** – 17/06/2008 – p. A18 – matéria sobre o índice remoção de professores – entrevistada Vera Masagão Ribeiro
6. Greve é parcial – **Jornal da Tarde/Cidade** – 17/06/2008 – pg. 4A – matéria sobre o índice remoção de professores – entrevistada Vera Masagão Ribeiro
7. Escola estadual tem mais alunos na serie certa – **Jornal O Estadão** – p.00 – 15/09/2008 – matéria sobre a aprovação automática – entrevistada Vera Masagão Ribeiro
8. Seminário gratuito debate ensino médio – **Jornal O Estado de S. Paulo** – pg. A 14 – 02/06/2008 – SP – Nota divulga inscrições para seminário Desafios da Conjuntura “Balanço e Perspectivas do Ensino Médio no Brasil”, organizado pelo Observatório da Educação da Ação Educativa.
9. Ensino médio em pauta – Boletim Virou Notícia – **Revista Viração** – 25/06/2008 – nacional – Sobre seminário Desafios da Conjuntura “Balanço e Perspectivas do Ensino Médio no Brasil”, organizado pelo Observatório da Educação da Ação Educativa.
10. Diagnóstico – Ensino médio no divã – **Jornal Correio Braziliense** – 30/06/2008 – DF – Aborda discussões do seminário Desafios da Conjuntura “Balanço e Perspectivas do Ensino Médio no Brasil”, organizado pelo Observatório da Educação da Ação Educativa.
11. Governo quer criar rede de escolas federais de ensino médio – **Jornal A Gazeta** – 03/07/2008 – ES – Aborda discussões do seminário Desafios da Conjuntura “Balanço e Perspectivas do Ensino Médio no Brasil”, organizado pelo Observatório da Educação da Ação Educativa.
12. Seminário discute ensino da religião – **Jornal Estado de S. Paulo** – SP – Nota divulga inscrições para o seminário sobre o Ensino Religioso realizado pela Ação Educativa.
13. Estado paga pelo ensino religioso – **Jornal Estado de S. Paulo** – 18/08/2008 – SP – Entrevista com Salomão Ximenes (assessor da Ação Educativa) que trata de seminário sobre o Ensino Religioso realizado pela Ação Educativa.

14. Ensino religioso é facultativo e obrigatório - **Jornal da Tarde** - pg. 8A - 18/08/2008 - SP - Entrevista com Salomão Ximenes (assessor da Ação Educativa) que trata de seminário sobre o Ensino Religioso realizado pela Ação Educativa.
15. Consenso superficial - **Revista Carta na Escola Ed. nº 28** - pg. 08 a 11 - Ago/2008 - matéria sobre educação em geral - entrevistado: Sérgio Haddad
16. Consenso superficial - **Revista Carta Capital** - p. 98 a 102 - 18/06/2008 - matéria sobre educação em geral - entrevistado: Sérgio Haddad
17. Qualidade e vagas, os dois maiores desafios na educação - **Jornal O Estado de São Paulo** - 08/09/2008 - Denise Carreira foi entrevistada sobre o Plano Municipal de Educação.
18. Jesus vai à escola - **Revista Época** - Pg. 108 a 113 - 01/09/2008 - Nacional - Entrevista com Salomão Ximenes (assessor da Ação Educativa) sobre o ensino religioso nas escolas brasileiras.
19. Avaliando as avaliações - **Revista Carta Fundamental** - p. 14 a 16 - artigo assinado por Vera Masagão Ribeiro sobre os sistemas de avaliação da educação no país.

Internet

1. Cem piores escolas receberão apoio - www.estadao.com.br - 14/03/2008 - matéria sobre o resultado do Saesp - entrevistada Vera Masagão Ribeiro
2. Reprovado! - www.revistaepoca.com.br - Março/2008- matéria sobre os resultados do SAEB - entrevistada Vera Masagão Ribeiro
3. Cem piores escolas receberão apoio - www.linearclipping.com.br/cnte - 14/03/2008 - matéria sobre o resultado do Saesp - entrevistada Vera Masagão Ribeiro
4. Cem piores escolas receberão apoio - www.jornaldaciencia.org.br - site da Fundação Carlos Chagas - 17/03/2008 - matéria sobre o resultado do Saesp - entrevistada Vera Masagão Ribeiro
5. Cem piores escolas receberão apoio - www.ivoluntarios.org.br - site do ITAU Voluntário - 14/03/2008 - matéria sobre o resultado do Saesp - entrevistada Vera Masagão Ribeiro
6. Falta de clareza e de recursos marcam primeiro ano do PAC da Educação, avalia ONG - www.rcp.com.br/gazetadopovo/vidapublica/conteudo/phtml?id+760445 - 26/04/2008 - matéria sobre a avaliação de um ano do PAC Educação - entrevistada: Vera Masagão Ribeiro
7. Falta de clareza e de recursos marcam primeiro ano do PAC da Educação, avalia ONG - www.iclick.folhadaregio.com.br - 28/04/2008 - matéria sobre a avaliação de um ano do PAC Educação - entrevistada: Vera Masagão Ribeiro
8. A Greve do professorado - www.oestadodesaopaulo.com.br - 18/06/2008 - matéria sobre o índice remoção de professores - entrevistada Vera Masagão Ribeiro
9. Consenso superficial - www.cartanaescola.com.br - Ago/2008 - matéria sobre educação em geral - entrevistado: Sérgio Haddad
10. Consenso superficial - www.cartacapital.com.br - 18/06/2008 - matéria sobre educação em geral - entrevistado: Sérgio Haddad
11. Escola estadual tem mais alunos na serie certa - www.estadao.com.br - 15/09/2008 - matéria sobre a aprovação automática - entrevistada Vera Masagão Ribeiro
12. Seminário gratuito - www.apeoesp.org.br - 31/03/2008 - SP - divulgação das inscrições para Seminário Desafios da Conjuntura "Mudanças na educação paulista", organizado pelo Observatório da Educação da Ação Educativa.
13. Autonomia e contribuição social - www.revistaescola.abril.com.br - 11/04/2008 - Nacional - Sobre seminário Desafios da Conjuntura "Mudanças na educação paulista", organizado pelo Observatório da Educação da Ação Educativa.
14. Atividades gratuitas - www.apeoesp.org.br - 04/06/2008 - SP - divulgação das inscrições para seminário Desafios da Conjuntura "Balanço e Perspectivas do Ensino Médio no Brasil", organizado pelo Observatório da Educação da Ação Educativa.
15. Seminário discute ensino médio brasileiro - www.revistaeducacao.uol.com.br - 05/06/2008 - Nacional - divulgação das inscrições para seminário Desafios da Conjuntura "Balanço e Perspectivas do Ensino Médio no Brasil", organizado pelo Observatório da Educação da Ação Educativa.
16. Seminário discute ensino médio em SP - www.abong.org.br - 06/06/2008 - nacional - divulgação das inscrições para seminário Desafios da Conjuntura "Balanço e Perspectivas do Ensino Médio no Brasil", organizado pelo Observatório da Educação da Ação Educativa.
17. Seminário Desafios da Conjuntura - www.cenpec.org.br - 16/06/2008 - Nacional - divulgação das inscrições para seminário Desafios da Conjuntura "Balanço e Perspectivas do Ensino Médio no Brasil", organizado pelo Observatório da Educação da Ação Educativa.
18. Seminário em SP debate política para o ensino médio - www.ondajovem.terra.com.br - 18/06/2008 - Nacional - divulgação das inscrições para seminário Desafios da Conjuntura "Ba-

- lanço e Perspectivas do Ensino Médio no Brasil”, organizado pelo Observatório da Educação da Ação Educativa.
19. Ação Educativa debate desafios do ensino médio no país - www.oglobo.globo.com/ - 18/06/2008 - Nacional - divulgação das inscrições para seminário Desafios da Conjuntura “Balanço e Perspectivas do Ensino Médio no Brasil”, organizado pelo Observatório da Educação da Ação Educativa.
 20. Estudantes querem orientação profissional no ensino médio, aponta pesquisa - www.agenciabrasil.gov.br - 24/06/2008 - Nacional - divulgação dos resultados da pesquisa feita pela Ação Educativa e divulgada no seminário Desafios da Conjuntura “Balanço e Perspectivas do Ensino Médio no Brasil”, organizado pelo Observatório da Educação da Ação Educativa.
 21. Haddad defende maior integração entre ensino médio e profissionalização - www.agenciabrasil.gov.br - 24/06/2008 - Nacional - Ministro da Educação comenta pesquisa da Ação Educativa divulgada no seminário Desafios da Conjuntura “Balanço e Perspectivas do Ensino Médio no Brasil”, organizado pelo Observatório da Educação da Ação Educativa.
 22. Pesquisa traz visão dos alunos sobre ensino médio - <http://www.deolhonaeducacao.org.br/> - 24/06/2008 - nacional - aborda discussões do seminário Desafios da Conjuntura “Balanço e Perspectivas do Ensino Médio no Brasil”, organizado pelo Observatório da Educação da Ação Educativa, e divulga relatório da pesquisa JADE.
 23. Seminário discute expectativa do ensino médio no Piauí - www.gp1.com.br - 24/06/2008 - PI - aborda discussões do seminário Desafios da Conjuntura “Balanço e Perspectivas do Ensino Médio no Brasil”, organizado pelo Observatório da Educação da Ação Educativa.
 24. Seminário discute expectativa do ensino médio no Piauí - www.seduc.pi.gov.br - 24/06/2008 - PI - aborda discussões do seminário Desafios da Conjuntura “Balanço e Perspectivas do Ensino Médio no Brasil”, organizado pelo Observatório da Educação da Ação Educativa.
 25. MEC discute a criação de escolas nacionais de ensino médio - www.cgccomunicacao.com.br - 30/06/2008 - SP - aborda discussões do seminário Desafios da Conjuntura “Balanço e Perspectivas do Ensino Médio no Brasil”, organizado pelo Observatório da Educação da Ação Educativa.

Tema: Projetos Pedagógicos em escolas públicas

Rádio e TV

1. **Jornal do Serviço - Rádio Jovem Pan AM** - 19/05/2008 - Nota informativa sobre o Prêmio Minha Comunidade Sustentável.
2. **Planeta Jovem Pan - Rádio Jovem Pan AM - 19/05/2008** - Nota informativa sobre o Prêmio Minha Comunidade Sustentável.
3. **Programa Plantão Saúde - Rádio OBORÉ** - Projetos Especiais em Comunicações e Artes - Julho e Agosto/2008 - inserção do spot de divulgação do Prêmio Minha Comunidade Sustentável nas edições do programa (julho e agosto) e distribuído para 262 rádios comunitárias do Brasil.

Jornais e revistas

1. **Boletim Cultural e Educacional da APEOESP** - junho/2008 - Informações sobre o Prêmio Minha Comunidade Sustentável.
2. **"Nossa Escola Pesquisa Sua Opinião em unidades de conservação" - Revista Educação Ambiental/Estação Ecológica de Águas Emendadas** - 3ª. ed. Org. Equipe de educação ambiental da Esec-AE - Junho/2008, p. 8 e 9 - entrevistada: Marilse Araujo
3. **Revista Fórum** - julho/2008 - Nota informativa sobre o Prêmio Minha Comunidade Sustentável.
4. **Revista Carta na Escola** - Edição 31 - 7/11/2008 - Por dentro do prêmio. Balanço: as dificuldades e os desafios de se construir propostas de educação sustentável envolvendo escola e comunidade - entrevistado: Roberto Catelli Junior

Internet

1. Ensino e Aprendizagem da Leitura e da Escrita Indicadores da Qualidade na Educação - www.oei.es/noticias - 13/01/2008 - matéria sobre o projeto indicadores.
2. Prêmio Minha Comunidade Sustentável - www.undime.org.br - 14/4/2008 - matéria sobre o Prêmio Minha Comunidade Sustentável.
3. Confira aqui informações sobre o Prêmio Minha Comunidade Sustentável - www.seduc.mt.gov.br - 12/06/2008 - matéria sobre o Prêmio Minha Comunidade Sustentável.
4. Carta na Escola lança prêmio Minha Comunidade Sustentável - www.seduc.to.gov.br - 22/04/2008 - matéria sobre o Prêmio Minha Comunidade Sustentável.
5. Prorrogada até sexta-feira inscrições para Prêmio Minha Comunidade Sustentável - www.juventude.sp.gov.br - 02/09/2008 - matéria sobre o Prêmio Minha Comunidade Sustentável.

6. Força Voluntária apóia Prêmio minha Comunidade Sustentável - www.itaipu.gov.br - 18/06/2008 - matéria sobre o Premio Minha Comunidade Sustentável.
7. Escola rural do Acre investe prêmio de concurso nacional na revitalização de Igarapé - www.agencia.ac.gov.br - 20/02/2009 - matéria sobre o Premio Minha Comunidade Sustentável.
8. Educação premiada - blogs.diariodonordeste.com.br/roberto/ceara/educacao-premiada - 14/10/2008 - matéria sobre o Premio Minha Comunidade Sustentável.
9. Prêmio Valoriza as soluções para um planeta saudável - www.to.gov.br - 21/08/2008 - matéria sobre o Premio Minha Comunidade Sustentável.
10. Mais uma escola de Rondônia vai receber prêmio nacional em São Paulo - www.diof.ro.gov.br - 19/10/2008 - matéria sobre o Premio Minha Comunidade Sustentável.
11. Prorrogadas inscrições para o Prêmio Minha Comunidade Sustentável www.tribunadonorte.com.br - 04/09/2008 - matéria sobre o Premio Minha Comunidade Sustentável.
12. Projeto sustentável recebe premiação - www.diariodonordeste.globo.com - 17/10/2008 - matéria sobre o Premio Minha Comunidade Sustentável.
13. Escola rural do Acre investe Prêmio de concurso nacional na revitalização de Igarapé - www.folhadoacre.com - 19/02/2009 - matéria sobre o Premio Minha Comunidade Sustentável.

Tema: Juventude

Rádio e TV

1. Programa: Manos e Minas - **TV Cultura** - 18/04/2008 - Entrevistada Maria Carla Corrochano, sobre a situação dos jovens no mundo do trabalho.
2. Programa: Painel da Manhã - **Rádio Roquete Pinto do Rio de Janeiro** - 01/07/2008. Entrevistada Raquel Souza sobre Resultados da pesquisa "Que Ensino Médio Queremos".
3. Programa: Jornal da Gazeta - **TV Gazeta de São Paulo** - 13/07/2008. Entrevistada Raquel Souza sobre resultados da pesquisa "Que Ensino Médio Queremos".
4. Programa: CBN São Paulo - **Rádio CBN** - 09/09/08. Entrevistada Maria Virgínia de Freitas sobre jovens na política.
5. Programa: Sociedade Solidária - **Boa Vontade TV** - 17/09/08. Veiculado em setembro. Entrevistada Maria Virgínia de Freitas sobre a Ação Educativa e o Conselho Nacional de Juventude.
6. Programa: Cidadania para Todos - **TV Canal Universitário de São Paulo** - 05/11 - Veiculado em Novembro. Entrevistada Maria Virgínia de Freitas sobre Jovens e o Mercado de Trabalho.
7. **TV da Câmara Municipal de São Paulo** - 19/11/08. Entrevistada Maria Virgínia de Freitas sobre Políticas Públicas de Juventude.
8. Programa da **TV Local Kiskunfelegyhaza/Hungria** - 10/12/08- Entrevistado Luiz Barata sobre o projeto Participação Juvenil na Democracia
9. **Rádio Nacional da Amazônia** - 17/07/2008 - AM - Entrevista com Ana Paula Corti (assessora da Ação Educativa) sobre o Projeto Jovens Agentes pelo Direito à Educação (JADE).
10. **Rádio Nacional Brasília** - 23/07/2008 - DF - Entrevista com Ana Paula Corti (assessora da Ação Educativa) sobre o Projeto Jovens Agentes pelo Direito à Educação (JADE).

Jornais e revistas

1. Educação é questão de ordem - **Jornal do Brasil** - 28/04/2008 - artigo sobre a abertura da Conferência Nacional de Juventude em Brasília traz entrevista com Maria Virgínia de Freitas.
2. Ensino médio frustra expectativa - **Jornal da Tarde** - Caderno Cidade - 08/06/2008 - p.8A - São Paulo/SP - matéria sobre os jovens e o ensino médio, entrevistada Ana Paula Corti.
3. Ensino distante da realidade desmotiva jovem - **Jornal O Estado de S.Paulo** - 08/06/2008 - p.A26 - São Paulo/SP - matéria sobre pesquisa realizada pela AE sobre os jovens e o ensino médio, entrevistada Ana Paula Corti.
4. Ensino médio: o que querem os jovens? - **Revista juventude.br** - junho/2008 nº 5 pg. 19/20 e 21 - artigo sobre os anseios e expectativas do público jovem, entrevistada Ana Paula Corti.
5. Mais cursos técnicos - **Jornal da Tarde** - Caderno Cidades - 09/07/2008 - p.3A - artigo sobre a criação de cursos técnicos e a distribuição das vagas nas escolas estaduais, entrevistada Ana Paula Corti.
6. Jovens preocupados com o trabalho - **Correio Braziliense** - 14/07/2008 - DF - entrevista Ana Paula Corti (assessora da Ação Educativa) sobre o Projeto Jovens Agentes pelo Direito à Educação (JADE).
7. O mal da falta de sintonia - **Correio Braziliense** - 20/07/2008 - DF - reportagem comenta Projeto Jovens Agentes pelo Direito à Educação (JADE).

8. O Conjuve e a 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude – **Caderno de Resoluções** – pg. 42 e 43 – Agosto/2008 – artigo de Maria Virgínia de Freitas em parceria com Danilo Moreira e José Eduardo Andrade).
9. Para Conjuve, Conferência superou expectativas - **1ª Conferência Nacional de Juventude – Caderno de Resoluções** – página 12 - agosto de 2008 – cita trecho de entrevista com Maria Virgínia de Freitas.

Internet

1. Ensino médio: quem sabe o que é? – www.uff.br/obsjovem – 25/02/2008 - entrevista com Ana Paula Corti.
2. Danilo Moreira é o novo presidente do Conselho de Juventude – www.contee.org.br – 03/03/2008 – notícia traz entrevista com Maria Virgínia de Freitas, eleita para a vice-presidência do Conjuve.
3. Seminário Internacional junta jovens para discutir democracia – www.oribatejo.pt – 07/03/2008 – matéria sobre o debate juventude e cidadania política realizado em Santarém, Portugal – entrevista com Maria Virgínia de Freitas.
4. Conferência dá voz à juventude brasileira – www.goldeletra.org.br – 14/04/2008 - matéria sobre a Conferência Estadual de Juventude destaca algumas das idéias apresentadas por Maria Virgínia de Freitas na mesa de abertura do evento.
5. Publicação analisa relação dos jovens com trabalho e estudos – www.ueg.br – 07/2008 - Reproduz matéria do site da Ação Educativa sobre o lançamento do livro “Jovens e Trabalho no Brasil: desigualdades e desafios para as políticas públicas”.
6. Veja como foi a Mesa Redonda com o Portal da Juventude Paulista – www.juventude.sp.gov.br – 22/08/08 – Matéria sobre o lançamento do Pacto Pela Juventude em São Paulo com entrevista com Maria Virgínia de Freitas.
7. Escola de Gente participa de Colóquio e contribui para balanço-síntese das ações, acompanhamento e proposições de investigação e políticas públicas de juventude – www.escoladegente.org.br – 07/12/2008 - Notícia sobre o Colóquio Juventude(s): Questões e Atores no Espaço Público, realizado pela Ação Educativa e pela Fundação Friedrich Ebert.
8. Última reunião do Conjuve no ano realiza balanço 2008 e discute planejamento para 2009 – Notícias – www.juventudesulamericanas.org.br – 15/12/2008 – matéria sobre a reunião do Conjuve relata a exposição feita por Maria Virgínia de Freitas acerca do Ensino Médio no Brasil.
9. Juventude: caminhos para outro mundo possível – Curso Latino-americano de Formação Pastoral – www.cesep.org.br – disponibiliza material didático de autoria de Maria Virgínia de Freitas.

Tema: Espaço de Cultura e Mobilização Social

Jornais e revistas

1. Exposição Comemora o Dia do Grafite, **Jornal Metro**, 27 de Março de 2008, São Paulo - reportagem sobre o evento realizado pela Ação Educativa.
2. Dia do Grafite é celebrado hoje, **Jornal SP Destak**, 27 de Março de 2008, São Paulo - Matéria sobre o evento realizado pela ação educativa.
3. Grafite na parede da galeria, **Revista REDE**, maio 2008, São Paulo - reportagem com cobertura do evento comemorativo do Dia do Graffiti.
4. Cultura da Periferia pra a Periferia, **Revista Conexões Urbanas**, julho 2008, Rio de Janeiro-matéria trata do aniversário de um ano da Agenda Cultural da Periferia.
5. Primeira Mostra Cultural da Cooperifa – **Jornal Folha de São Paulo- caderno Guia**, 14 de Novembro 2008 - nota no Guia sobre o evento realizado em parceria com a Cooperifa.
6. Dia Nacional do Samba – **Revista E – SESC** – dezembro de 2008, São Paulo - nota na programação sobre o evento da Ação Educativa.
7. Periferia no Mapa – **Revista Veja** - 24 de Dezembro de 2008, São Paulo - matéria aborda a área de cultura da Ação Educativa, em especial o Projeto Arte na Casa.

Tema: Ação Educativa (institucional)

Jornais e revistas

1. Avaliação: quem merece seu dinheiro? – **Revista Seleções** – p.63 a 65 – Junho de 2008 – Nacional – matéria sobre as instituições confiáveis no Brasil
2. É preciso ouvir a voz do professorado – **Revista A Rede Ed.42** - p. 50 – 04/11/2008 - artigo assinado por Sérgio Haddad

Internet

1. É preciso ouvir a voz do professorado – www.aredes.inf.br – 04/11/2008 - artigo assinado por Sérgio Haddad

Tema: Educação e Relações Raciais*Rádio e TV*

1. Programa Letrado - *Rádio Metropolitana* - Campinas - 06/05/2008 (Comentário semanal no programa Letrado) - Tania Portella falou sobre história e cultura afrobrasileira, a lei 10.639/03 e as pesquisas de AE sobre o tema.
2. CBN Belo Horizonte - **Radio CBN** - 14/05/2008 - Entrevista sobre Resultados da pesquisa sobre Igualdade Racial nas Escolas - Patrícia Santana falou sobre o lançamento da Consulta.
3. Rádio CBN Goiânia - **Radio CBN** - 29/07/2008 – Ana Lúcia Souza Silva foi entrevistada sobre o lançamento da consulta no Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros.
4. Bom Dia Goiás – **TV Globo** - 29/07/2008 - Ana Lúcia Souza e Silva foi entrevistada sobre os resultados da pesquisa e o lançamento da consulta no Copene.
5. CBN Goiânia – **Radio CBN** - 30/07/2008 – Entrevista de Ana Lúcia Souza Silva e Patrícia Santana sobre resultados da pesquisa e o lançamento da Consulta.
6. Rádio CBN RJ - **Radio CBN** - 25/09/2008 – Entrevista de Fernanda Felisberto e Ana Lúcia Souza Silva sobre o lançamento da Consulta.
7. **Rádio UFMG** -14/11/2008 - Entrevista de Tania Portella sobre a lei 10.639/03 – pauta proposta a partir da divulgação do debate Desafios da Conjuntura “Educação anti-racista”.
8. **Canal Futura** - 20/11/2008 - Igualdade das Relações Étnico-Raciais na Escola - Possibilidades e Desafios para a Implementação da Lei 10.639/03 – Entrevista de Ana Lúcia Souza Silva sobre a Consulta e Pesquisa EU.
9. **TV RBS Santa Catarina** - 20/11/2008 - Dia da Consciência Negra e Igualdade Racial - Cita AE e parceiros ao falar sobre o lançamento da Consulta.

Jornais e revistas

1. Ilustrações sobre escravidão provocam polêmica em SP - **Jornal da Tarde SP** - 03/03/2008 - Denise Carreira comenta o material distribuído para alunos em recuperação, no estado, que traz trabalhos de Debret, do século 19, fora de contexto.
2. Pesquisa apresenta os resultados da consulta sobre relações raciais em Salvador - **Jornal A Tarde BA** - 26/03/2008 - Marta Alencar e Patrícia Santana foram entrevistadas para matéria sobre os resultados da consulta.
3. Implementação da lei 10.639 e resultados da pesquisa sobre relações raciais - **Jornal Hoje em Dia MG** - 14/05/2008 - Patrícia Santana foi entrevistada sobre o lançamento da Consulta.
4. Consulta sobre relações raciais será lançada durante a Copene - **Diário da Manhã** - 28/07/2008 - Ana Lúcia Souza Silva foi entrevistada sobre os resultados da pesquisa e o lançamento da consulta no copene.
5. Alunos livres de preconceitos - **Revista Guia Prático para Professores de Educação Infantil – SP** – Nov./2008 - Tania Portella foi entrevistada sobre Consciência negra na educação infantil e resultado da consulta.

Internet

1. Pesquisa quer ajudar a garantir a inclusão das aulas sobre história e cultura afro nas escolas – www.oglobo.globo.com - 14/03/2008 - entrevista de Patrícia Santana para Marta Reis sobre o Lançamento da Consulta em MG.
2. Pesquisa sobre Igualdade Racial na Escola é lançada em Curitiba - [Portal Educação PR](http://PortalEducaçãoPR) - 12/05/2008 - matéria sobre o lançamento da Consulta.
3. Pesquisa sobre a Igualdade na Escola será lançada em Goiânia - www.pautasocial.com.br - 22/07/2008 – matéria sobre o lançamento da Consulta que cita AE e parceiros.
4. Mais que a abolição, além da oca - www.cachuera.org.br -20/11/2008 – matéria com vários especialista e entrevista com Tania Portella sobre a implementação da lei 10.639 e pesquisa da AE sobre o tema.